



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA – UNIR
NÚCLEO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA – NCET
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA – DGEO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO E DOUTORADO EM
GEOGRAFIA – PPGG**

ERLAINY JOANNA SOUZA DE PAIVA

**ATIVIDADE PESQUEIRA, USOS E CONFLITOS NO TERRITÓRIO: realidade em
comunidades ribeirinhas de Tabatinga – Amazonas.**



**Porto Velho – RO
2019**

ERLAINY JOANNA SOUZA DE PAIVA

**ATIVIDADE PESQUEIRA, USOS E CONFLITOS NO TERRITÓRIO: realidade em
comunidades ribeirinhas de Tabatinga – Amazonas.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGG da Universidade Federal de Rondônia - UNIR, como requisito avaliativo para obtenção do Título de Mestre em Geografia.

Área de Concentração: Ambiente e Território na Pan-Amazônia

Linhas de Pesquisa: Território e Sociedade na Pân-Amazônia - TSP

Orientador: Professor Doutor Ricardo Gilson da Costa Silva

**Porto Velho – RO
2019**

Aos meus pais Enock Gomes de Paiva e Maria de Fátima Rodrigues de Souza, por compartilharem comigo a vida, seus ensinamentos e por terem semeado em mim o amor pelo conhecimento.

Ao meu querido esposo Flávio Falcão Ferreira, pelo carinho, companheirismo, apoio incondicional, estímulo diário, dedicação... por ser meu porto seguro e motivação de minha vida.

AGRADECIMENTOS

Aos deuses de todas as religiões pela brilhante oportunidade da vida.

À Universidade do Estado do Amazonas – UEA e CSTB – Centro de Estudos superiores de Tabatinga, pela possibilidade em cursar universidade pública na Região Norte do Brasil.

À Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR pela oportunidade em poder ingressar no PPGG – Programa de Pós-Graduação em Geografia e cursar o Mestrado.

Ao NESAM – Núcleo de Estudos Socioambientais da Amazônia, do qual faço parte.

Agradeço imensamente aos moradores e pescadores de Terezina III, Araçari e Bom Futuro: Luziete Sevalho, Francisco Sevalho, Trindade, Hildo Barbosa (*in memoriam*), Leônidas, Canaã, Albertina Roque Pinto, Francisca Ferreira Barbosa, Sildonor, Suzana, José Bezerra Pinto, dentre outros que a memória me deixa falhar, pela acolhida em suas casas, disponibilidade em dialogar, fornecer informações e sobretudo pelo prazer em contar suas lutas diárias, vivências, desafios e alegrias que a vida em comunidade presenteia.

Ao meu orientador, Dr. Ricardo Gilson da Costa Silva, por ter acreditado no meu potencial, pelas instruções para elaboração deste trabalho e pelo prazer em compartilhar conhecimentos.

Ao meu amigo e professor de graduação Me. Reginaldo Conceição da Silva, pelo tempo disponível dedicado a mim, pela consideração em ler o que escrevo, pelas orientações criteriosas e seu amor pela pesquisa científica. Não há palavras que descrevam minha gratidão.

Aos amigos que conheci durante o Mestrado e os que trago desde a época de graduação que, de um jeito ou de outro, fizeram/fazem parte da minha trajetória acadêmica, em especial: Jaqueline Sousa de Araújo (pela acolhida em sua casa, pelos conselhos e força quando a responsabilidade do mestrado me consumia, por se dispor a corrigir e formatar itens da minha dissertação (sem cobrar nada)... ah,

principalmente pelos sorrisos diários e pelas nossas conversas aleatórias). Edilson Peres Holanda (por ser o ponto de descontração quando a saudade de casa apertava, por ouvir comigo e gostar das músicas que lembram a fronteira e por admirar meus dotes culinários que amenizavam a pressão vinda da pós-graduação). Miriam Pereira Suave (pela amizade, divisão de inquietudes e sofrimentos acadêmicos), Jailson Franco Aguiar (pela confecção dos mapas, pela paciência e disponibilidade desde a época da graduação), e os tantos outros colegas que compartilharam comigo momentos singulares, meus singelos agradecimentos.

A minha irmã Eluzainy Souza de Paiva, pela ajuda e disponibilidade nas pesquisas de campo.

Ao meu esposo Flávio Falcão Ferreira, pela presença constante em minha vida (tão longe e tão perto). Agradeço por entender minha ausência, principalmente na fase de produção acadêmica, eventos internacionais, orientações, trabalhos de campo, situações das quais precisei me ausentar... Agradeço por vibrar comigo, pela atenção dedicada e inspiração.

Enfim, a todos que contribuíram direta e indiretamente para a construção deste trabalho.

PAIVA, Erlainy Joanna Souza de. **ATIVIDADE PESQUEIRA, USOS E CONFLITOS NO TERRITÓRIO**: realidade em comunidades ribeirinhas de Tabatinga – Amazonas. 2019.156 folhas. Dissertação, Programa Pós-Graduação Geografia (PPGG) – Universidade Federal de Rondônia – UNIR, Porto Velho, 2019.

RESUMO

A atividade pesqueira no Brasil, sobretudo no Estado do Amazonas, tem passado por mudanças econômicas, sociais e ambientais nos últimos anos que interferiram negativamente na vida de centenas de ribeirinhos que usam a pesca como atividade de subsistência. Desse modo, a pesca comercial regional tomou espaço em muitas comunidades que antes realizavam-na somente para subsistência. Assim, a presente dissertação aborda a dinâmica dos territórios pesqueiros marcados por conflitos, lutas e resistências após a inserção do co-manejo pesqueiro como medida conservacionista em lagos selecionados. O co-manejo tem aparecido como principal ação para reestruturar o ambiente aquático afetado pela exploração pesqueira comercial na microrregião do alto Solimões, porém, tem falhado quando as variáveis contidas nas ações do Estado e dos próprios usuários não conseguem organizar toda a demanda que o projeto exige. O território pesqueiro, alvo de constantes disputas entre categorias de pescadores (comerciais e subsistência) pelos recursos que nele existem, é marcado como espaço de conflitos em/entre comunidades ribeirinhas. A tríplice fronteira entre Brasil (Tabatinga), Colômbia (Letícia) e Peru (Isla de Santa Rosa) é espaço refletido por disputas entre pescadores das três nacionalidades que utilizam os territórios pesqueiros, invadem áreas demarcadas (lagos fechados de comunidades) e abastecem o comércio de peixe regional e internacional. Assim, para compreender a realidade do território pesqueiro em Terezina III, comunidade ribeirinha de Tabatinga, utilizamos o método qualitativo e quantitativo em consonância com a técnica de aplicação de questionário e entrevistas estruturadas que possibilitaram compreender a dinâmica de pesca vivida em comunidades próximas a tríplice fronteira, como também a existência de conflitos, disputas territoriais e a livre comercialização entre os três países. Na realidade investigada, observou-se a pesca comercial destinada a comercialização na própria região e, eventualmente para outros países (Colômbia e Peru) pela proximidade fronteiriça e livre comércio. Foi possível constatar a diferença entre espécies comercializadas localmente e as destinadas à exportação, resultante da preferência dos consumidores, sabor e tamanho do pescado. Conflitos entre as comunidades ocorrem pela divergência nas finalidades da pesca, uma vez que, há duas categorias de pescadores em atrito. Portanto, a compreensão acerca da realidade vivida em comunidade possibilita entender além dos arranjos sociais, econômicos e ambientais, ela perpassa o sentido simbólico e imaterial vivenciado e cultuado por ribeirinhos.

Palavras-chave: Comunidades ribeirinhas. Pescadores. Subsistência. Território

RESUMEN

La actividad pesquera en Brasil, sobre todo en el Estado del Amazonas, ha pasado por cambios económicos, sociales y ambientales en los últimos años que interferieron negativamente en la vida de cientos de ribereños que usan la pesca como actividad de subsistencia. De este modo, la pesca comercial regional ha tomado espacio en muchas comunidades que antes la realizaban solamente para subsistencia. Así, la presente disertación aborda la dinámica de los territorios pesqueros marcados por conflictos, luchas y resistencias después de la inserción del co-manejo pesquero como medida conservacionista en lagos seleccionados. El co-manejo ha aparecido como principal acción para reestructurar el ambiente acuático afectado por la explotación pesquera comercial en la microrregión del alto Solimões, pero ha fallado cuando las variables contenidas en las acciones del Estado y de los propios usuarios no logran organizar toda la demanda que el proyecto se requiere. El territorio pesquero, espacio de constantes disputas entre categorías de pescadores (comerciales y subsistencia) por los recursos que en él existen, está marcado como territorio de conflictos en / entre comunidades ribereñas. La triple frontera entre Brasil (Tabatinga), Colombia (Leticia) y Perú (Isla de Santa Rosa) es un espacio reflejado por disputas entre pescadores de las tres nacionalidades que utilizan los territorios pesqueros, invaden áreas demarcadas (lagos cerrados de comunidades) y abastecen el comercio de pescado regional e internacional. Así, para comprender la realidad del territorio pesquero en Terezina III, comunidad ribereña de Tabatinga, utilizamos el método cualitativo y cuantitativo en consonancia con la técnica de aplicación de cuestionario y entrevistas estructuradas que posibilitaron comprender la dinámica de pesca vivida en comunidades cercanas a la triple frontera, así como la existencia de conflictos, disputas territoriales y la libre comercialización entre los tres países. En la realidad investigada, se observó la pesca comercial destinada a comercialización en la propia región y, eventualmente a otros países (Colombia y Perú) por la proximidad fronteriza y el libre comercio. Fue posible observar la diferencia entre las especies comercializadas localmente y de exportación, como resultado de la preferencia del consumidor, el sabor y el tamaño del pescado. Los conflictos entre comunidades ocurren debido a la divergencia en los propósitos de pesca, ya que hay dos categorías de pescadores en fricción. Por lo tanto, la comprensión de la realidad vivida en la comunidad permite comprender más allá de los arreglos sociales, económicos y ambientales, impregna el significado simbólico e inmaterial vivido y adorado por la gente ribereña.

Palabras clave: Comunidades ribereñas. Pescadores. Subsistência. Territorio.

LISTA DE SIGLAS

BASA – Banco da Amazônia S.A

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

FINDAM – Fundo para Investimentos Privados no Desenvolvimento da Amazônia

FUNAI – Fundação Nacional do Índio

IARA – Instituto Amazônico de Manejo Sustentável dos Recursos Ambientais

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDAM – Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas

IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

IFAM – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas

IPAAM – Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas

NAS – National Academy of Sciences

NESAM – Núcleo de Estudos Socioambientais do Amazonas

PAIC – Programa de Apoio a Iniciação Científica

PIB – Produto Interno Bruto

PNRH – Política Nacional de Recursos Hídricos

PRÓVARZEA – Projeto Manejo dos Recursos Naturais da Várzea

SUDAM – Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia

SUDEPE – Superintendência do Desenvolvimento da Pesca

UEA – Universidade do Estado do Amazonas

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01 - Entrada da comunidade Terezina III e a Escola Padre Anchieta na época da seca	33
Figura 02 -Entrada da comunidade Terezina III na época da cheia do Rio Solimões/Amazonas	34
Figura 03 - Localização das comunidades Terezina III, Araçari e Bom Futuro.....	36
Figura 04 - Localização do lago Caiau.....	38
Figura 05 - Lago Caiau em uma manhã nublada.....	39
Figura 06 - Balsa “Sabá Cotó” no porto fluvial de Tabatinga - Amazonas.....	44
Figura 07 - Porto fluvial de Tabatinga - AM.....	45
Figura 08 - Terra de várzea e o leito principal do Rio Solimões/Amazonas	46
Figura 09 - Entrada da comunidade Terezina III no período da seca do rio Solimões/Amazonas.	47
Figura 10 - Trabalho de campo em Terezina III, aplicação de questionário.....	48
Figura 11 - Aplicação de questionário com pescador comercial interno	49
Figura 12 - Aplicação de questionário com pescador de subsistencia.....	50
Figura 13 - Entrada da comunidade Bom Futuro	51
Figura 14 - Aplicação de questionário e entrevista em Bom Futuro.....	52
Figura 15 - Mercado municipal do peixe na cidade Tabatinga – AM.....	53
Figura 16 - Comercialização do peixe Aruanã;.....	54
Figura 17 - Comércio de jaraqui no mercado do peixe em Tabatinga.....	55
Figura 18 - Comércio de Tambaqui no mercado municipal do peixe em Tabatinga	55
Figura 19 - Comércio de pirarucu (<i>Arapaima gigas</i>) fresco no mercado do peixe em Tabatinga - AM	56
Figura 20 - Venda de peixe realizada em canoas no porto de Tabatinga – AM.	84
Figura 21 - Peixe fresco a venda em canoa no porto de Tabatinga- AM.	85
Figura 22 - Feirante no porto de Tabatinga – AM	85
Figura 23 - Venda de tucunaré (<i>Cichla.sp</i>) e carauaçu (<i>Astronotus ocellatus</i>) no mercado de Letícia – CO	87
Figura 24 - Venda de pacú (<i>Piaractus mesopotamicus</i>) e tucunaré (<i>Cichla.sp</i>) no mercado municipal de Tabatinga – AM.....	87
Figura 25 - Venda de surubim (<i>Pseudoplatystoma corruscans</i>) e caparari (<i>Pseudoplatystoma tigrinum</i>) no mercado municipal de Tabatinga –AM	88
Figura 26 - Canoa de pesca comercial de pequena escala em comunidade.....	92
Figura 27 - Transporte de pescados em caixas de gelo e pec-pec com destino a cidade de Tabatinga - AM	93
Figura 28 – Organograma das espécies encontradas em lagos (peixes de escama);	100
Figura 29 - Organograma das espécies encontradas no rio (peixes lisos).....	101
Figura 30 - Organograma das Regulamentações governamentais e ações internacionais como estratégias de conservação	104
Figura 31 - Pirarucu (<i>Arapaima gigas</i>) seco e salgado exposto a venda no mercado municipal de Tabatinga -AM.....	106
Figura 32 - Organograma do ciclo dos recursos pesqueiros no lago Caiau.....	129
Figura 33 - Organograma conselho diretor de Terezina III.....	135
Figura 34 – Organograma do Conselho comunitário de Terezina III	138

Figura 35 - Resultados do acordo de pesca em Terezina III.....	141
Figura 36- Sujeitos do conflito	142

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 - Destino da espécies capturadas na tríplice fronteira.....	89
Gráfico 02 - Total de peixes capturados para comercialização de 1970 a 2003	105
Gráfico 03 - Quantitativo de pescadores nas comunidades em Terezina III, Araçari e Bom Futuro	110
Gráfico 04 - Pescadores da comunidade Bom Futuro	112
Gráfico 05 - Pescadores da comunidade Araçari.....	113
Gráfico 06 - Pescadores da comunidade Terezina III	114

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 - Comunitários que foram favoráveis ao co-manejo	120
Quadro 02 – Instrução Normativa Nº 29, de 13 de setembro de 2005.....	123
Quadro 03 - Estatuto da Associação dos Produtores Rurais da Comunidade Teresina III, Araçari e Bom Futuro.....	133
Quadro 04 - Funcionamento da associação	134
Quadro 05 - Conselho diretor	135
Quadro 06 - Competência da diretoria.....	137

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 - Espécies mais capturadas para comercialização na tríplice fronteira Brasil, Colômbia e Peru (2010)	107
Tabela 02 - Quantitativo pescado no lago Caiu no período de 2012 a 2018.....	126

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	16
INTRODUÇÃO	20
I – Justificativa e problemática da pesquisa	26
II - Área de Estudo	31
III - Caracterização dos lagos comunitários.....	37
I.V – Metodologia	40
IV. I – Materiais e métodos.....	40
IV. II – Métodos de abordagem.....	41
IV.III – Critérios de seleção dos sujeitos da pesquisa	42
V – Procedimentos metodológicos	43
V. I – Trabalho de campo em Terezina III.....	43
V.II – Trabalho de campo na comunidade Bom Futuro	51
V.III – Trabalho de campo em Tabatinga-AM.....	53
SEÇÃO I – COMUNIDADES, TERRITÓRIOS E A CONFIGURAÇÃO DAS DINÂMICAS VIVIDAS NA PESCA	58
I – Conceitos e percepções sobre o ambiente e Território Pesqueiro no Amazonas	62
II – Ordenamento dos recursos aquáticos, modalidades de pesca e a importância do co-manejo para lagos selecionados;	73
III – A atividade pesqueira comercial no Alto-Solimões/Amazonas.....	80
SEÇÃO II – A PESCA NA AMAZÔNIA E ESTRATÉGIAS DE CO-MANEJO PESQUEIRO 91	
I – Territórios Pesqueiros na Amazônia.....	97
II – A importância econômica e a sobrepesca do pirarucu (<i>arapaima gigas</i>) e tambaqui (<i>colossoma macropomum</i>).....	103
III – Co-manejo pesqueiro como estratégia para a gestão dos recursos pesqueiros na comunidade de Teresina III, Araçari e Bom Futuro.....	109
SEÇÃO III – ATIVIDADE PESQUEIRA, CONFLITOS PELO USO E APROPRIAÇÃO DO TERRITÓRIO	118
I – Sujeitos favoráveis ao manejo.....	120
II – Pescadores comerciais internos.....	124
III – Como são organizadas as comunidades ribeirinhas internamente	130
IV – Conflitos internos pelo uso e apropriação dos territórios pesqueiros.....	139
CONSIDERAÇÕES FINAIS	144
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	149

APÊNDICE	155
----------------	-----

APRESENTAÇÃO

Tabatinga é uma palavra de origem indígena que no Tupi significa "barro branco" de muita viscosidade, encontrado no fundo dos rios, e, no Tupi Guarani quer dizer "casa pequena". No início era um povoado chamado São Francisco Xavier de Tabatinga, fundada no final do século XVII pelos jesuítas. Hoje, a cidade do interior do Estado do Amazonas, é conhecida nacionalmente pelo elevado índice de assassinatos em decorrência do narcotráfico facilitado pela fronteira com Colômbia e Peru. Tem variações gastronômicas invejáveis por utilizar a mistura fronteiriça no preparo dos alimentos. Também é conhecida, localmente, pela união dos três países que dão sentido à cultura mesclada dos nativos.

Nasci nessa cidade, no dia 11 de dezembro de 1994, no Hospital de Guarnição de Tabatinga - HGUT. Vim de família humilde e morei até meus 12 anos na casa de minha avó com meus pais e 4 irmãs (sou a mais nova de todas). Meu pai sempre foi um homem trabalhador, veio do interior do sertão nordestino com pouco estudo, fato que não me envergonha, pelo contrário. Meu pai foi, e ainda é, um dos maiores apoiadores dos meus estudos. Minha mãe é amazonense, é fruto de uma mistura de peruanos com brasileiros, nascida na comunidade ribeirinha São Jorge (Tabatinga), ela também tem pouca escolaridade.

Iniciei meus estudos na escolinha pública municipal José Carlos Mestrinho, até hoje conhecida carinhosamente como "botinho" onde estudei até a alfabetização. Iniciei a 1ª série na Escola Estadual Marechal Rondon no ano 2000 e terminei o ensino médio em 2011 na mesma. Tabatinga não oferecia possibilidades de cursos superiores até meados de 2001, limitava-se a cursos de ensino médio oferecidos por escolas públicas estaduais; quem procurava cursar nível superior recorria à capital Manaus. Com sorte, pude ingressar na Universidade em Tabatinga, pois as condições financeiras na época não me permitiriam ir estudar em Manaus.

No ano 2012 ingressei na Universidade do Estado do Amazonas – UEA e cursei Licenciatura em Geografia. Minha graduação durou os quatro anos programados, sem reprovações nas disciplinas ofertadas. No Centro de Estudos Superiores de Tabatinga – CESTB fiz parte do grupo de pesquisa NUPEATT – Núcleo de Pesquisa em Estudos Agrários, Território e Trabalho, coordenado pelo professor Dr. José Aparecido Lima Dourado (*in memoriam*), após dois anos migrei para o grupo de pesquisa NESAM – Núcleo de Estudos Socioambientais da Amazônia, no mesmo

centro universitário, coordenado pelo professor Dr. Pedro Henrique Coelho Rapozo e Ms. Reginaldo Conceição da Silva. Neste segundo grupo iniciei minha jornada científica e pesquisas sobre pescadores e ribeirinhos.

Com orientações, em meados de novembro de 2014, comecei a fazer leituras sobre comunidades ribeirinhas e desenvolvimento de co-manejo pesqueiro em lagos selecionados. Nesse contexto, pude ampliar conhecimentos sobre a forma de organização, dinâmica vivida em comunidade, uso de lagos compartilhados, práticas de atividades pesqueiras e agricultura familiar. As primeiras leituras que fiz sobre essas temáticas (que serviram de base para minha carreira no mundo científico) foram literaturas vindas da sociologia rural, das quais destaco: **Homens Anfíbios: Etnografia de um campesinato das águas**, da socióloga Therezinha de Jesus Pinto Fraxe; **Terras, florestas e águas de trabalho: os camponeses amazônicos e as formas de uso de seus recursos naturais**, do também sociólogo Antônio Carlos Witkoski; **A pesca na Amazônia Central – Ecologia, conhecimento tradicional e formas de manejo**, organizado por Therezinha de Jesus Pinto Fraxe, Antônio Carlos Witkoski e Suzy Cristina Pedroza da Silva. Essas literaturas instigaram minha curiosidade pela aproximação à realidade vivida em comunidades ribeirinhas da Amazônia.

Comecei pesquisar a comunidade ribeirinha Terezina III através do Programa de Apoio à Iniciação Científica – PAIC no ano de 2015. Foi necessário participar de reuniões anuais no Sindicato dos Pescadores Artesanais de Tabatinga para estreitar relações com os comunitários e poder iniciar pesquisas após o consentimento dos representantes. No segundo semestre de 2016, além desta, fui à comunidade Araçari e Bom Futuro para coletar dados referente a minha monografia de graduação intitulada: **“Práticas de co-manejo em ambientes de pesca: A gestão dos recursos pesqueiros em comunidades do município de Tabatinga- AM”**. As idas à campo, e a interação com os indivíduos proporcionaram-me olhar diferenciado sobre a realidade investigada ao unir teoria e empirismo.

Finalizei a graduação. Ingressei no mestrado em Geografia pela Universidade Federal de Rondônia – UNIR em 2017 e quis seguir na mesma linha temática por ser um assunto familiar, contudo, nessa proposta seria estudado mais profundamente. Iniciei a pós-graduação cursando a disciplina do meu orientador Dr. Ricardo Gilson da Costa Silva, intitulada “Organização do Espaço Agrário”. Seguidamente cursei as disciplinas: Epistemologia da Geografia; Biogeografia e Ecossistemas Amazônicos; e

Métodos e Técnicas de Pesquisa em Geografia. Todas essas disciplinas foram úteis e contribuíram para ampliar o horizonte de conhecimento, além disso, proporcionou conhecer pessoas e fazer amizades especiais. A possibilidade de ter estudado e vivenciado na UNIR o PPGG – Programa de Pós-Graduação em Geografia, foi de grande importância e certamente será uma lembrança boa para recordar

Como sugestão inicial para o mestrado propus estudar a **“introdução de práticas de co-manejo para a gestão dos recursos pesqueiros nos lagos utilizados pelas comunidades ribeirinhas Terezina III, Bom Futuro e Araçari do município de Tabatinga- AM”**, porém, ao realizar pesquisa de campo no segundo semestre de 2018 deparei-me com o fracasso do projeto da comunidade. O fato estimulou modificar toda proposta inicial da dissertação por não poder defender a ideia do “co-manejo como alternativa mais eficaz para a conservação dos estoques pesqueiros”.

Fiquei ciente sobre o fracasso do co-manejo no dia 08 de agosto de 2018, no Sindicato dos Pescadores Artesanais de Tabatinga ao conversar com Walmir Barbosa (presidente do sindicato). Walmir relatou que o manejo deixou de funcionar em maio/2018 e que o lago estava aberto para qualquer pessoa pescar. O fator negativo consistiu na despesca realizada em época de “fartura” (o preço do pescado fica muito baixo) e sem apoio dos órgãos ambientais de Tabatinga. As ações de encontros, desencontros e imprevisibilidades que a pesquisa acadêmica traz nos torna pesquisadores mais ativos e entendedores de que a ciência está em constante transformação. Contudo, podemos nos preparar através da teoria para que a prática tenha melhor desenvoltura.

Este trabalho científico, portanto, é fruto de cinco anos de pesquisas em Terezina III (da graduação até o mestrado) e conta com a reciprocidade entre pesquisador-pesquisado, ação necessária à investigação e conhecimento da realidade vivida. A participação do pesquisador se fez no sentido de expor a realidade dita pelo pesquisado, sem alterações, ambiguidades e induzimento dos elementos colhidos. A troca de informações, conhecimentos, coleta de dados, visitas a comunidade, participação em reuniões foram atos necessários e que enriqueceram este trabalho.

Todas essas ações só foram possíveis por haver uma relação muito próxima, de confiança, respeito e honestidade com os sujeitos investigados que se sentiram “confortáveis” em trocar informações. Nesse sentido, todas as aproximações com a

comunidade de Terezina III na realização de entrevistas, aplicação de questionários, participação nas conversas, conhecimento do território pesqueiro, observações do cotidiano e da rotina dos moradores locais contaram primeiramente com a neutralidade que a pesquisa científica exige. O universo de possibilidades que a Universidade traz, conduziu-me a conhecer professores brilhantes que me instruíram a compreender muito além do óbvio. Através dos trabalhos de campo e dos sujeitos pesquisados foi possível vivenciar a teoria e o empirismo. Assim, pelas reflexões e informações que trago neste trabalho, espero contribuir para a ciência.

INTRODUÇÃO

No Brasil, sabe-se que as primeiras populações “descobertas” se localizavam conexas aos mares, rios, lagos, igapós, etc. desenvolviam práticas sociais e territoriais simbolicamente ligadas a ambientes aquáticos. A imagem das águas marítimas e flumíneas sucessivamente pintou espaços marcados por atividades pesqueiras artesanais condicionadas ao meio simbólico de “pertencimento” que o homem construiu contíguo à natureza. A sobrevivência nestes ambientes traduz em sua significação concreta e imaginária, indivíduos ou grupos de indivíduos, organizados internamente a desenvolver atividades de subsistência primitivo com a utilização de utensílios nativos. Características peculiares de comunidades litorâneas (mar) e ribeirinhas (rio) modificaram-se a partir do desenvolvimento comercial da pesca, valendo-se de equipamentos tecnológicos, captura em grande escala e sobretudo com finalidade de obter renda.

Nos últimos vinte anos o desenvolvimento significativo das atividades pesqueiras em escala mundial tem contado com diversos arranjos sociais, ecológicos, econômicos e políticos. A extração diversificada de animais aquáticos, principalmente os que pertencem aos grupos de peixes, crustáceos e moluscos, são resultados da pesca extrativista que, nas suas diversas finalidades, servem para a alimentação, ornamentação (captura para fins ornamentais), recreação (ou pesca desportiva), para fins comerciais/industriais, dentre outras.

No Brasil, sabe-se que os pescados fornecem uma das quatro principais fontes de proteínas da dieta alimentar humana no país, o que torna as atividades pesqueiras uma importante estratégia econômica na manutenção de empregos em escala nacional e mundial. Além de tudo, essas atividades sempre fizeram parte das culturas humanas, não só como meio de subsistência, mas também como modo de vida, o que tem contribuído especialmente na construção de identidade das comunidades.

Historicamente, podemos perceber através da pesca artesanal a influência de três correntes étnicas que consolidaram a cultura da pesca em comunidades. Desse modo, as três correntes étnicas aparecem nos relatos de Diegues (2001), o qual indica que: através da “cultura indígena as populações litorâneas herdaram o preparo do peixe para a alimentação, o feitio das canoas e jangadas, as flechas, os

arpões e as tapagens”; da cultura portuguesa, “herdaram os anzóis, pesos de metal, redes de arremessar e de arrastar”; já da cultura negra, “herdaram a variedade de cestos e outros utensílios utilizados para a captura dos peixes”, o que originou uma das maiores culturas que resistem nas terras de várzea da Amazônia.

A Amazônia legal e seus ecossistemas de várzea e terra firme abrigam uma riquíssima biodiversidade de recursos naturais destacada em todo o planeta. De acordo com o relatório da *National Academy of Sciences – NAS*¹, em uma milha quadrada de área típica da floresta tropical da Amazônia contém: “750 espécies de árvores; 125 tipos de mamíferos; 400 tipos de pássaros; 100 de répteis; 60 de anfíbios; cada tipo de árvore dá suporte à vida de mais de 400 espécies de insetos”. Se formos comparar estes dados aos de outros países, perceberemos a grandiosa diversidade de fauna e flora que há no Brasil.

Esta expressiva variedade ecossistêmica se sobressai ao ponderarmos os ambientes aquáticos brasileiros sobretudo na porção da Amazônia. Estimativas feitas por Goulding (1979, p. 37) indicam que “na Bacia Amazônica existem aproximadamente 3.000 espécies de peixes, potencial este que representa 30% da ictiofauna de água doce do mundo”. Notadamente, estes ecossistemas têm propiciado a continuidade do modo de vida único de comunidades ribeirinhas, localizadas nas margens dos rios e seus afluentes, que utilizam os recursos pesqueiros, na grande maioria, para alimentação e obter renda. Compreendemos que a bacia Amazônica “é a casa da maior e mais diversificada ictiofauna do mundo, apesar desta evidência, poucas espécies são exploradas comercialmente pela população regional” (FALABELA, 1994, p.41).

As atividades pesqueiras no rio Solimões/Amazonas têm-se desenvolvido nos últimos anos e possibilitado a permanência de inúmeras comunidades ribeirinhas sustentadas pela pesca. A história das populações tradicionais apresentadas por Diegues (2001) na obra “O mito da natureza intocada”, indica que nessa porção territorial da Amazônia, nas terras de várzea que margeiam o grandioso rio Solimões/Amazonas, a pesca de subsistência refletia/reflete a principal atividade de trabalho das sociedades amazônicas – tendo a caça e a agricultura como atividades

¹ Disponível em:

<https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKEwj1gJTgh4DaAhWKIJAKHd8FD2YOFggoMAA&url=http%3A%2F%2Fwww.nasonline.org%2F&usq=AOvVaw1C28TBnjeRU-GvwWvMf1gs>.

complementares à dinâmica dessa população – por outro lado, passou a representar também uma atividade comercial importante durante as últimas décadas na região.

Nesse contexto, o desenvolvimento do setor pesqueiro na Amazônia brasileira deve-se especialmente ao aumento da pesca comercial na região, fruto do aumento da demanda de pescados para os centros urbanos mais próximos. Deste modo, a pesca como atividade constituinte da vida dos grupos sociais locais passa a ter dicotomia de finalidades, pois além de suprir a necessidade de subsistência, a pesca passou a ter finalidade comercial.

As barrentas e claras águas do rio Solimões/Amazonas, nascido nas Cordilheiras dos Andes no Peru, apresenta ao longo de sua extensão ambientes territorializados por populações ribeirinhas e caboclas. Estas populações locais têm como principais áreas de trabalho os territórios pesqueiros, que no cenário atual, passam por processos de territorialização pela necessidade de proteção desses locais, continuamente representativos por ser área de trabalho e subsistência de inúmeras famílias ribeirinhas.

A inserção da pesca comercial na região do Alto Solimões-Amazonas realizada pelos “capitalistas da pesca” discutidos por Cruz (2005), atualmente tem ocasionado diversos conflitos sociais e problemas ambientais, o que resulta sérias disputas territoriais que visam à posse das áreas de pesca. Os atores sociais envolvidos (direta ou indiretamente) e instituições governamentais têm buscado diálogos para solucionar essas disputas, na tentativa de equilibrar o uso compartilhado dos recursos pesqueiros.

No entanto, a inserção de projetos ambientais voltados a conservação dos recursos pesqueiros tem apresentado, em alguns casos, fracasso no andamento e ocasionado conflitos entre os atores sociais ao invés de solucionar o problema local. De fato, as relações sociais instituídas através das práticas pesqueiras requerem uma abordagem significativa, tanto do ponto de vista social, quanto das práticas desencadeadas a partir da pesca comercial na região, que todavia, tem desequilibrado o ecossistema aquático com a sobrepesca de algumas espécies de peixe.

Desta maneira, a territorialização dos ambientes de pesca, realizado por pescadores de comunidades ribeirinhas da Amazônia, surgem a partir da apropriação de territórios de uso comum. Assim, a Amazônia passou a consentir na criação de

*territorialidades sociais*² que segundo Rapozo (2010, p. 18), “a demarcação dos espaços sociais da pesca comercial e de subsistência entre os agentes envolvidos tem criado/recriado conflitos sociais pelo acesso aos recursos pesqueiros e (re) configurado as relações de trabalho na atividade pesqueira”. Por isso, as demarcações desses espaços surgem como meio de proteção às áreas destinadas a realização dessas atividades, visando a “apropriação” do local para que não surjam futuros conflitos, ou, para mediar os já existentes.

Nesta concepção, os rios, seus afluentes, igapós e paranás, são fontes de riqueza para a produção e reprodução da vida dos grupos locais. O Estado do Amazonas, com população estimada 4.080.611 milhões de habitantes no ano de 2018, segundo os dados fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, é considerado o segundo estado com a maior população da região Norte do Brasil. De acordo com os dados³ do IDAM (Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas) a pesca artesanal é uma das atividades que mais emprega no Estado.

Mais de 45.000 pescadores vivem diretamente da atividade pesqueira e cerca de 200.000 pessoas estão envolvidas no sistema produtivo e com os subprodutos, desde a captura, desembarque, transporte, industrialização, preparo e distribuição e comercialização de pescado. Em contrapartida, a piscicultura apresenta-se como uma das principais alternativas econômicas para o setor primário do Amazonas. Atualmente 3.700 pessoas estão envolvidas com a atividade de piscicultura.

No Amazonas destaca-se o município de Tabatinga com população de 52.272 habitantes (dados do último censo realizado em 2010, pelo IBGE), localizada na tríplice fronteira entre Letícia (Colômbia) e Santa Rosa de Yavarí ou “Isla Santa Rosa” (Peru); Tabatinga, atualmente, aparece como um dos principais referenciais regionais do desenvolvimento da atividade pesqueira para fins comerciais (PROVARZEA, 2005), o que, conseqüentemente, tem proporcionado inúmeros conflitos entre os pescadores desses países em detrimento de pescarias realizadas em águas estrangeiras.

² A disputa de espaços não somente territoriais, através de demarcações não só físicas, mas também simbólicas, de determinadas comunidade, compreendem as dimensões constitutivas do modo de pensar as relações sociais que direcionam o cotidiano local e, sobretudo, que delimitam, demarcam, instituem e configuram a relação entre as comunidades, através de seus laços sociais.

³ Disponível em: <http://www.idam.am.gov.br/ater/aquicultura-e-pesca/>

Em uma esfera local, a representatividade das comunidades ribeirinhas de Tabatinga- AM aparecem, de acordo com pesquisas de campo realizadas no ano de 2015, como fornecedoras de peixes para os centros urbanos locais, regionais e possivelmente ilegal para o exterior, especialmente à Colômbia, fato que a torna um dos principais polos do setor comercial da pesca regional. A cidade Bogotá, capital colombiana, comercializa números significativos de espécies importadas de Letícia.

A cidade de Letícia - CO, com cerca de 37.000 habitantes, segundo as estimativas⁴, é grande importadora e exportadora de pescados provenientes de águas brasileiras capturados por brasileiros, principalmente os grandes bagres, conhecidos regionalmente como peixes de couro/lisos, como o surubim (*Pseudoplatystoma fasciatum*) e o mapará (*Hypophthalmus spp*), que possuem forte valor comercial voltado para consumidores regionais e abastecimento de restaurantes locais que atendem turistas de vários cantos do mundo.

A livre comercialização entre Tabatinga e Letícia facilitada pela ausência ou pouca fiscalização de órgãos de controle como o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), IBAMA e Polícia Federal, faz com que a compra e venda de pescados entre as duas cidades se torne um comércio fora da legalidade.

Esta dinâmica comercial tem proporcionado a intensificação de conflitos entre os atores sociais envolvidos⁵, bem como, a diminuição das espécies mais exploradas, resultantes da pesca desordenada na região, pela falta ou pouca fiscalização de órgão federais, estaduais e municipais. O declínio das espécies de peixes⁶ atrelados aos conflitos pelo uso e apropriação dos ambientes, têm proporcionado mudanças ambientais e sociais em comunidades ribeirinhas que trabalham diretamente com a pesca, de modo que, a luta pela conservação dos recursos pesqueiros⁷ tornou-se uma estratégia de manutenção do modo de vida desses grupos, que têm nas pescarias um dos principais motivos de permanência nas terras de várzea.

⁴ Disponível em: <https://ronquapi.wordpress.com/2011/11/05/a-cidade-de-leticia-colmbia/> .

⁵ Os diversos tipos de pescadores que atuam em atividades comerciais locais: colombianos, peruanos e brasileiros com grandes embarcações X pescadores artesanais de comunidades ribeirinhas de Tabatinga.

⁶ Fato conhecido ao vivenciar a comunidade Terezina III.

⁷ A disseminação desse sistema entre as comunidades proporcionou aos pescadores de pequena escala a capacidade para desenvolver políticas de manejo, de modo que eles se tornaram pessoas-chave no processo de formulação de diretrizes (ALMEIDA, 2006).

Neste contexto, apresentamos a comunidade ribeirinha Terezina III que possui como sede a cidade de Tabatinga-AM, distante 1.107 km em linha reta de Manaus. Esta comunidade passou recentemente por processo de co-manejo pesqueiro, ao que tudo indica, devido à sobrepesca do tambaqui (*Colossoma macropomum*) e do pirarucu (*Arapaima gigas*) nos lagos fechados à comunidade. Embora tenha-se iniciado todo o processo de co-manejo, houveram ações falhas que levaram ao fracasso da proposta visada pelo manejo. Assim, entende-se que os processos de fiscalização e cumprimento de regras estabelecidas no manejo dos lagos entre moradores comunitários e órgãos governamentais envolvem diversos arranjos sociais, políticos e culturais o que, em tese, possibilitaria melhor desempenho na gestão dos recursos pesqueiros locais, embora a realidade possa ser diferente pelas variações ecológicas e sociais presentes em comunidades tradicionais.

Observa-se que o uso das diversas áreas de pesca comercial e de subsistência é mediada pelas normas e leis estabelecidas através do Estado como entidade que regula o acesso aos recursos pesqueiros em áreas que necessitam de controle constante. As diretrizes legais são institucionalizadas especificamente através do Código de Pesca⁸ - Lei 11959/09 | Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009, que servem de maneira geral para nortear os modos de uso do ambiente aquático bem como a proteção ecológica dos recursos pesqueiros. Alternativas como “acordos de pesca e manejos de lagos” são desempenhados de acordo com a realidade local e servem como base para proteção ambiental dos recursos pesqueiro e também como método de aproximação, conscientização e cuidados entre os usuários e o ambiente afetado.

Isto tem possibilitado maior descentralização quanto aos processos de execução das regras estabelecidas pelo manejo pesqueiro, visto que, os atores sociais que convivem diretamente com a realidade afetada passam a ter participação efetiva no andamento do projeto o que “tem possibilitado uma discussão mais ampla e democrática sobre a construção de estruturas de participação e decisão quanto à gestão ambiental dos recursos naturais” (RAPOZO, 2010, p. 20).

Deste modo, apresentamos o objetivo geral da dissertação: estudar o território pesqueiro afetado pela pesca comercial e o papel do co-manejo como medida

⁸ Disponível em: <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/817808/codigo-de-pesca-lei-11959-09>

conservacionista na comunidade ribeirinha Terezina III, do município de Tabatinga, Estado do Amazonas, localizada na microrregião do Alto-Solimões/Amazonas;

Como objetivos específicos: 1) Identificar a configuração do território através da dinâmica pesqueira vivida em comunidade; 2) Discutir sobre a realidade da pesca no Amazonas e as estratégias de co-manejo pesqueiro; 3) Apontar os conflitos dos territórios pesqueiros de Terezina III;

I – Justificativa e problemática da pesquisa

Terezina III, segundo o relato dos moradores mais antigos, foi povoada primeiramente por um casal de paraenses chamados Nazita e Pedro Gonçalves, em Maio de 1949. Esses começaram a exercer agricultura, pesca e comercializar os excedentes, assim como, construíram as primeiras casas que formaram a comunidade. Pela necessidade, passaram a contratar pessoas para trabalhar na roça, criar gado e vender mercadorias em Tabatinga. Assim, com a vinda dos trabalhadores e suas famílias a população local começou a crescer.

Com o tempo, Terezina III modificou-se através dos sujeitos que ali viviam/vivem. As forças endógenas da natureza transformaram a estrutura da comunidade através do fenômeno das terras caídas⁹, que obrigou moradores a migrarem das áreas próximas ao leito do rio para terra firme.

No início, viviam na comunidade cerca de 50 moradores. Atualmente a comunidade possui 151 habitantes que realizam a pesca e agricultura. Com o declínio da agricultura para fins comerciais a partir do ano 2000, a pesca é hoje a principal atividade de trabalho realizada para obter renda. Essa mudança ocorreu principalmente pelas modificações tecnológicas e de armazenamento que possibilitaram capturar maior quantidade para comercializar nos centros urbanos, ao invés de utilizar o método tradicional de “salgar” o pescado.

A agricultura, que no início do povoamento de Terezina III apresentava finalidade comercial e garantia renda, hoje existe somente para subsistência. Desde então, a pesca passou a ser principal fonte de renda dos moradores locais pois, a

⁹ O fenômeno "terras caídas" ocorre quando a água atua sobre as margens dos rios, causando erosão e abrindo extensas "cavernas subterrâneas", até que uma ruptura provoque a queda do terreno, que é tragado pelas águas.

“venda certa” nos portos da cidade de Tabatinga ou nos frigoríficos de Letícia-CO fez com que se intensificassem pescarias cada vez mais insustentáveis, ao passo que, iniciou-se também séries de conflitos pelas áreas pesqueiras.

Desse modo, o estudo dos territórios pesqueiros em comunidades ribeirinhas do Estado do Amazonas é voltado a entender como as áreas continuamente utilizadas por pescadores (comerciais e de subsistência) passam a ser propriedades desses atores através do uso contínuo e pelo sentimento de dominação. Para isso, precisamos compreender os conflitos pela posse e uso desses ambientes, visto que são as ações de disputas que dão origem ao território pesqueiro na Amazônia. Quando falamos em conflitos necessariamente temos categorias de sujeitos que os compõem e esses são peça-chave em todo o desenvolvimento da pesquisa; a princípio são duas categorias em destaque: pescadores comerciais internos e pescadores de subsistência.

A pesca é uma atividade que tem representatividade no Amazonas, sobretudo para populações ribeirinhas que essencialmente estão conectadas ao rio Solimões/Amazonas há muito tempo. Complementar a isso, embora a maioria dessas comunidades possam ser vistas como “ecologicamente sustentáveis” em termos de sustentabilidade pesqueira, tem-se a crescente pesca comercial (grande parte desenvolvida pelos próprios comunitários) como transformadora da realidade outrora abundante em pescados. Desse modo, a importância da pesquisa foi baseada em compreender as múltiplas informações contidas no desenvolvimento da atividade pesqueira em comunidades ribeirinhas, empregadas por pescadores de subsistência que dão significado a natureza sobre três mundos: o do rio, dos lagos e o das terras de várzea.

O mundo construído e imaginado em torno do rio, retratado por Diegues (2000) no livro “A imagem das águas”, junta elementos imprevisíveis da floresta, do céu, das nuvens e chuvas na composição da vida do homem pescador. Os lagos, também imprevisíveis, no seu quimérico mundo representam nascente da vida, coberto de seres aquáticos que alimentam e amedrontam pescadores. As terras de várzea constituem um ambiente previsível, a certo modo controlável em seus ciclos anuais, que modificam a vida e reforçam as dinâmicas de adaptabilidade e sobrevivência.

A utilização contínua dos ambientes aquáticos e de terra firme representam os saberes repassados historicamente, que se refazem, modificam-se, mas não

abandonam sua essência tradicional: alimentar-se do que o rio, a terra e floresta presenteiam. O significado da pesca artesanal em comunidades ribeirinhas vai além da subsistência, continuamente tomaram finalidades comerciais durante os últimos 20 anos. As modificações humanas, naturais e históricas do setor pesqueiro regional vêm demonstram a fragilidade dos recursos aquáticos perante o processo econômico que essencialmente utiliza-os de modo exploratório capitalista. As principais espécies economicamente rentáveis no setor comercial evidenciam índices que caminham para extinção, ao passo que, a pesca tem se tornado uma atividade cada vez mais importante na região¹⁰.

Neste cenário econômico, ambiental e social em que comunidades ribeirinhas executam atividades de pesca comercial e de subsistência é que está pautado a problemática desta dissertação. O intuito foi entender as atividades pesqueiras em lagos *versus* a introdução do co-manejo pesqueiro, ações conjuntas que conseqüentemente iniciaram conflitos na comunidade pelas regras instauradas que visaram tornar o ambiente pesqueiro sustentável. Assim, o trabalho justifica-se principalmente sobre as atividades pesqueiras em Terezina III que passaram pela política de co-manejo pesqueiro no lago Caiuá, inicialmente instaurado como forma de minimizar impactos ambientais na sobre-exploração dos recursos aquáticos.

Os ambientes de rios e lagos, muito utilizados em pescarias artesanais, tornaram-se palco de disputas territoriais pela posse dos recursos neles contidos, principalmente por não apresentarem visivelmente delimitação física, como em demarcações terrestres onde que são fincadas placas ou feito cercados para legitimar os limites da propriedade, de modo que,

Embora sejam aparentemente homogêneo e indiviso, os rios apresentam marcas, locais e territórios definidos e defendidos pelos pescadores durante a sua atividade. Reconhecer a existência dos territórios pesqueiros e identificar a estratégia de uso e defesa dos mesmos pode auxiliar na construção de uma reflexão política acerca da constituição dos acordos e dos manejos de pesca como um importante instrumento de gestão das pescarias, minimizando conflitos em áreas de acesso comunal. (RAPOZO, 2010, p., 20).

¹⁰ Embora as estimativas da dimensão econômica do setor pesqueiro, calculadas até então, sejam importantes econômica e socialmente, elas tem sido feitas pela simples multiplicação do rendimento bruto total desembarcado nas cidades pelo preço do peixe na primeira comercialização. Esse cálculo subestima significativamente o potencial do setor e faz dele um setor invisível economicamente, com tamanho e importância desconhecidos na economia regional [...] com base no número de barcos de pesca registrado pela Guarda Costeira em cada cidade, estima-se que 7.531 barcos de pesca operam no complexo fluvial Amazonas – Solimões (ALMEIDA, 2006, p. 26).

O exemplo da criação do Conselho comunitário em Terezina III, no dia 13 de fevereiro de 2006, tornou-se instrumento importante para o desempenho de projetos informativos, sociais, sustentáveis e econômicos para a comunidade. Assim, o Conselho surge como fenômeno significativo e atual para a gestão compartilhada dos recursos naturais, se levarmos em conta o fracasso das ações ambientais que excluía, ou davam pouca importância, para o papel dos moradores que utilizam diariamente os ambientes aquáticos e são sabedores das problemáticas que envolvem e ameaçam o equilíbrio desse importante espaço de trabalho.

Embora a medida de co-manejo apareça como principal solução para os problemas de exploração pesqueira em comunidades, essa medida tem se tornado causa de conflitos entre comunitários pelo uso de regras que aparentemente “não beneficiam a todos” sobretudo para quem realiza a pesca comercial. A introdução de práticas conservacionistas nas comunidades ribeirinhas, inicialmente voltadas a tornar o território pesqueiro um espaço sustentável e de fácil convívio entre os usuários, trouxeram resultado opostos como: conflitos recorrentes e declínio nos estoques pesqueiros.

Ao levarmos em consideração que o co-manejo pode ser pensado como um fenômeno de estudo bastante recente dado à aceitação dos moradores a essas propostas, segundo Benatti *et.al.* (2003), os programas de manejo comunitário implementados na Amazônia nas últimas décadas, incentivados pelo Governo do Estado através de entidades como o IDAM, partem da premissa de que “as comunidades locais envolvidas apresentam maior interesse na sustentabilidade de seus recursos do que o governo ou instituições distantes destas comunidades” porém, o apoio e suporte do Estado são ações fundamentais para o andamento dos projetos.

Um ponto negativo observado nas propostas do Estado é a exclusão ou falta de projetos viáveis aos sujeitos contrários à inserção de medidas conservacionistas, uma vez que, a simplória “sensibilização” desses atores através de ações educativas não tem funcionado para o andamento dos programas.

Contudo, podemos observar como ponto positivo dos últimos dez anos a política de gestão ambiental do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (IBAMA) passar por transformações profundas, ao passo que, tornou-se importante “introduzir uma série de medidas para descentralizar a gestão dos recursos naturais e aumentar o grau de participação de grupos de usuários locais” (BENATTI, MCGRATH e OLIVEIRA, 2000, p. 38). Assim, torna-se importante ressaltar os debates e estudos

sobre a inserção das práticas de co-manejo pesqueiro, sobretudo em comunidades ribeirinhas afastadas territorialmente dos centros urbanos, que contam com visitas ocasionais dos órgãos ambientais e suas ações educativas.

Busca-se assim, envolver comunidades como protagonistas nas ações de cuidado e proteção dos ambientes a serem conservados, e do mesmo modo, observar como medidas ditas eficazes podem ser comprometidas pelo motivo da “descentralização” do poder, cuidado e proteção ambiental.

Outrossim, partimos da análise acerca das condições instituídas e mediadas entre órgãos ambientais e as comunidades ribeirinhas, ambos responsáveis de manejar os lagos comunitários, porém, com especificidades e graus de responsabilidades distintas que levaram ao fracasso do co-manejo, como poderemos observar no decorrer do trabalho.

Neste cenário, o cuidado e proteção dos ambientes de pesca destas comunidades contam com reflexões amplas e democráticas sobre mecanismos que instituem a participação e decisão quanto à gestão ambiental dos recursos naturais. Desse modo, sintetizamos como problemas da pesquisa: a) Como ocorrem as falhas do poder de descentralização (que supostamente seriam a solução do problema) de medidas conservacionistas? b) De que forma as práticas de co-manejo pesqueiro em comunidades ribeirinhas possibilitou a criação de conflitos pelo uso e dominação do território? c) Qual o papel das políticas públicas para o manejo de pesca na porção da Amazônia brasileira, em contexto de fronteira nacional?

II - Área de Estudo

Situado na região norte do Brasil, o Amazonas apresenta-se como o maior Estado em extensão territorial do país. De acordo com os dados de 2017 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística¹¹ – IBGE – possui 1.559.146,876 km² de área e supera a soma dos territórios das regiões Sul e Sudeste.

As últimas estimativas, realizadas no ano de 2018, apontam que o Estado do Amazonas tem população em torno de 4.080.611 pessoas, 62 municípios e densidade demográfica de 2,23 hab/km² no ano de 2010. Ainda segundo os dados do IBGE¹², a população residente por situação domiciliar (urbana/rural) gira é de 2.755.490 pessoas na zona urbana e 728.495 na zona rural. O IDH – Índice de Desenvolvimento Humano – é de 0,674, se comparado aos outros Estados brasileiros fica na 18^o posição. Na capital Manaus a população total é de 1.802.014 pessoas, segundo os dados de 2010 do IBGE¹³, dos quais 1.792.881 residem em área urbana e 9.133 em área rural, o que configura a maioria da população localizada em área urbana.

Tabatinga, interior do Estado do Amazonas, tríplice fronteira com Colômbia – Letícia e Peru – Isla de Santa Rosa (ou Santa Rosa del Yavari), localiza-se na parte ocidental da Amazônia brasileira, na margem esquerda que segue o fluxo do rio Solimões/Amazonas, especificamente na mesorregião do Sudoeste amazonense, microrregião do Alto Solimões. Tabatinga é vizinha anexa à cidade colombiana de Letícia, unidas por fronteira seca¹⁴ possuem comércio bastante interligado; diferentemente da cidade peruana Isla de Santa Rosa, fronteira dividida territorialmente pelo rio Solimões/Amazonas que dura 7 minutos de lancha de Tabatinga ou Letícia.

Tabatinga com 3.266,062 km² de área territorial, relevo de planície fluvial está situada a 73 metros de altitude, clima equatorial e com as seguintes coordenadas geográficas: Latitude: 4° 15' 12" Sul, Longitude: 69° 56' 19" Oeste¹⁵, é um dos municípios do interior do Amazonas mais distantes do centro urbano Manaus, com 1.106 km de distância em linha reta.

¹¹ Todos esses dados estão disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/am.html>;

¹² Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/am/panorama>;

¹³ Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?uf=13&dados=6>

¹⁴ Estas cidades possuem divisão territorial simbólica por terra e não por água (rio, lago, oceano) por isso são conhecidas como fronteiras secas.

¹⁵ Disponível em: <https://www.cidade-brasil.com.br/municipio-tabatinga.html>

Segundo os dados do IBGE¹⁶, em 2010 o último Censo apresentou 52.272 habitantes e densidade demográfica de 16,21 hab/km². O município tem baixíssimo grau de desenvolvimento (em 2015, os alunos dos anos iniciais da rede pública da cidade tiveram nota média de 4.4 no IDEB), infraestrutura precária (com cerca 21.6% de domicílios com esgotamento sanitário adequado), serviços básicos, base produtiva, governança e governabilidade subdesenvolvidas o que resultou no Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM de 0,616 no ano de 2010. Quanto ao setor econômico local, nos dados demonstrados pelo IBGE, o ano de 2016 teve R\$ 6.651,46 de PIB per capita.

Tabatinga é um município mesclado por três culturas e nacionalidades distintas: brasileira, colombiana e peruana. Outra peculiaridade está na presença de indígenas da etnia Tikuna, localizados no Umariáçu, reconhecido como Terra Indígena e protegido pela FUNAI. O significado da palavra *Tabatinga* tem origem indígena, que no Tupi significa "barro branco" de muita viscosidade encontrado no fundo dos rios, e, no Tupi Guarani quer dizer "casa pequena"¹⁷. O município abriga a mistura de várias raças, costumes, nacionalidades, naturalidades de vários cantos do Brasil e gastronomia invejável.

Após conhecer as principais características do Estado do Amazonas e do município de Tabatinga, apresentamos a comunidade ribeirinha Terezina III localizada a 23,672km de distância em linha reta de Tabatinga, na margem esquerda que segue o fluxo do rio Solimões/Amazonas, na microrregião do Alto Solimões.

Para chegar à comunidade gasta-se em média 02h30min com barco e motor de 15hp, saindo do porto de Tabatinga (seu acesso é somente por via fluvial). Em conformidade com os dados que coletamos no segundo semestre de 2018, Terezina III possui 151 habitantes (crianças, jovens, adultos e idosos) divididos em 51 famílias, que possuem representação religiosa católica, com apenas uma igreja na comunidade.

A única igreja da comunidade teve como fundadora uma das primeiras moradoras, a senhora Nazita Gonçalves, que a construiu para cultos espíritas e após sua morte, passou a ser utilizada para cultivar o catolicismo por ter muitos adeptos ali. Terezina III possui uma única escola chamada "Padre Anchieta", localizada na entrada da comunidade e atende as séries do ensino primário, fundamental e médio (figura

¹⁶ Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/am/tabatinga.html?>

¹⁷ Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/amazonas/tabatinga.pdf>

01). Ela representa o principal meio de instrução educativa de jovens e crianças dali, é a esperança de um futuro melhor através da educação para os que não tem/tiveram oportunidade de estudar na cidade. A escola é mantida pela prefeitura de Tabatinga.



Figura 01 - Entrada da comunidade Terezina III e a Escola Padre Anchieta na época da seca
Fonte: PAIVA, Erlainy. Março, 2015

Não há hospital ou unidade básica de saúde, somente há presença de dois agentes de saúde que realizam atendimentos básicos e quando acontecem problemas mais graves, os pacientes são encaminhados à cidade de Tabatinga em um motor potente de 200hp, destinado a atender os casos mais urgentes.

Por estar em área de planície sujeita a inundações anuais durante o período da enchente que expande o Rio Solimões/Amazonas, a comunidade de Terezina III passa a ter dois períodos distintos de “cheia” e “seca” que interferem na produção agrícola e pesqueira local.

Na figura 02, pode-se observar a paisagem de Terezina III modificada pela subida das águas que não deixam terras visíveis, diferentemente do que ocorre na figura 01, com a paisagem de terras a mostra no período de seca do rio. Toda essa dinâmica faz parte do cotidiano ribeirinho e as águas que impedem a agricultura na época da cheia são as mesmas que fertilizam a terra e possibilitam o plantio de verduras, legumes e frutas na seca.



Figura 02 -Entrada da comunidade Terezina III na época da cheia do Rio Solimões/Amazonas
Fonte: PAIVA, Erlainy. Novembro, 2016

As principais fontes de renda das famílias podem ser agrupadas em oito categorias: 1) pesca, 2) agricultura, 3) criação de animais de pequeno porte, 4) extrativismo vegetal, 5) emprego público, 6) aposentados do INSS, 7) beneficiários do bolsa família, 8) seguro defeso; os três últimos são programas do Governo Federal.

A atividade mais comum e que mais gera renda é a pesca, seguida de agricultura e criação de animais de pequeno porte. A criação de animais de pequeno porte é uma atividade praticada por muitas famílias, porém, é realizada em pequena escala e destinada, na maioria das vezes, para fins de subsistência.

A comunidade sobressai-se pelo desenvolvimento da atividade pesqueira comercial e de subsistência resultante da apropriação de ambientes aquáticos característicos ao seu modo de vida e pela recente prática política de co-manejo dos territórios pesqueiros. A pesca significa muito para os comunitários porque na difícil época da cheia do rio Solimões, quando não é mais possível praticar a agricultura, ela chega a ser a única atividade desenvolvida que possibilita a subsistência. Essas atividades configuram a diversidade produtiva vivenciada na comunidade que dão sentido a típica vida ribeirinha. Terezina III faz limite com outras duas: Bom Futuro e Araçari, vizinhas e que têm o lago Caiau como espaço de uso comum para a prática pesqueira.

Na figura 03, pode-se observar a localização geográfica do Alto Solimões/Amazonas, a sede municipal de Tabatinga e Benjamim Constant, a Terra Indígena Ewaré, bem como a tríplice fronteira entre Colômbia, Brasil, Peru, as referidas comunidades ribeirinhas e o lago Caiau que são áreas de importância deste trabalho.

A caracterização dessa comunidade é marcada pela cultura agrícola e pesqueira manifesta como meio produtivo de renda e subsistência. A prática política de co-manejo pesqueiro buscou possibilitar transformações nos modos de apropriação dos recursos pesqueiros após o aumento significativo da pesca comercial, realidade que tem operado mudanças significativas no modo de vida desses grupos pela crescente escassez de peixe.

Embora as três comunidades façam uso do lago e dele retirem os recursos pesqueiros, Terezina III possui maiores vínculos de uso, apropriação e proximidade territorial, questões pelas quais a pesquisa nesta dissertação teve maior enfoque, justamente pela relação vivida, dinâmica social e pesqueira que intimamente une Terezina III e o lago Caiau.

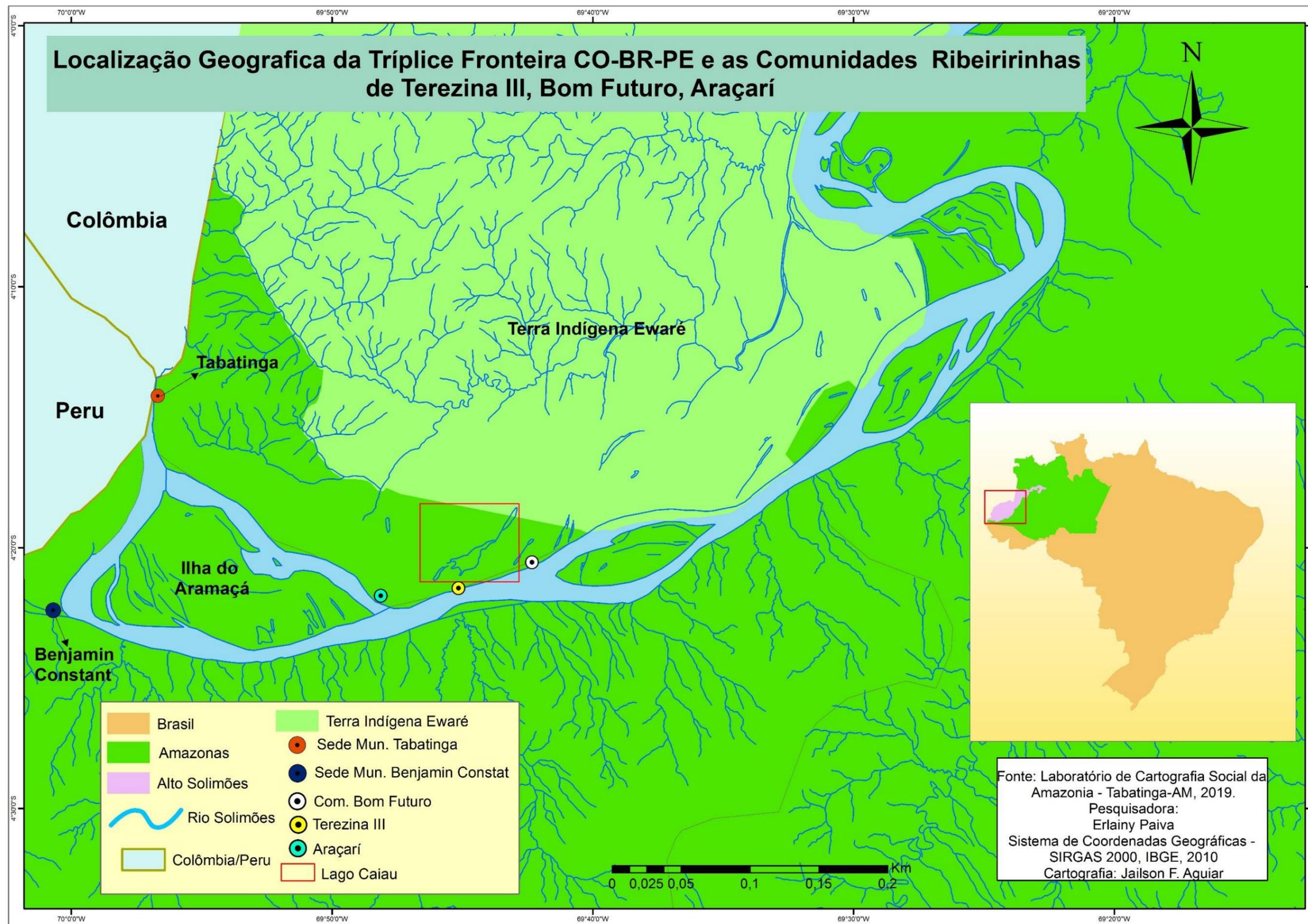


Figura 03 - Localização das comunidades Terezina III, Araçari e Bom Futuro.
 Fonte: NESAM - Núcleo de Estudos Socioambientais da Amazônia (2018)

III - Caracterização dos lagos comunitários

Na realidade, existe um lago apenas e este foi dividido em três áreas distintas, conhecidas como: Caiau, Laranjeira e Inferninho (figura 04). Cada parte do lago tem sua representatividade e são divididos simbolicamente por pontos de referências existidos em elementos naturais presentes na água ou na terra, como uma árvore, por exemplo, não havendo assim, a alteração do espaço natural.

A área denominada “inferninho” ou “lago do inferno” ficou assim conhecida pela simbolização de que nele existem animais estranhos, perigosos e encantados como cobras gigantes, peixes que engolem pessoas inteiras e seres aquáticos que se transformam em gente. São narrativas vivenciadas e contadas pelos moradores mais antigos, lembradas sempre como “história de pescador”. Tal fato deixou essa parte do lago isolada e quase nunca visitada, a maioria tem receio de pescar nela. Geograficamente é a parte do lago mais estreita, como podemos observar pelo mapa na página seguinte.

O lago laranjeira ganhou esse nome há muito tempo pelos primeiros habitantes de Terezina e a história da comunidade conta que ele recebeu esse nome justamente por ter em suas margens muitas árvores de laranjeiras, frutíferas demasiadamente doces. Essa parte do lago também não é muito utilizada para pescarias, somente para passeios e é visitada por turistas ocasionalmente. Para os pescadores, a parte do lago laranjeira é muito distante, se comparada ao Caiau e Inferninho, um dos motivos que faz com que a pesca nessa área não seja constante. Em comparação ao lago inferninho, o lago laranjeira é mais largo em dimensões territoriais.

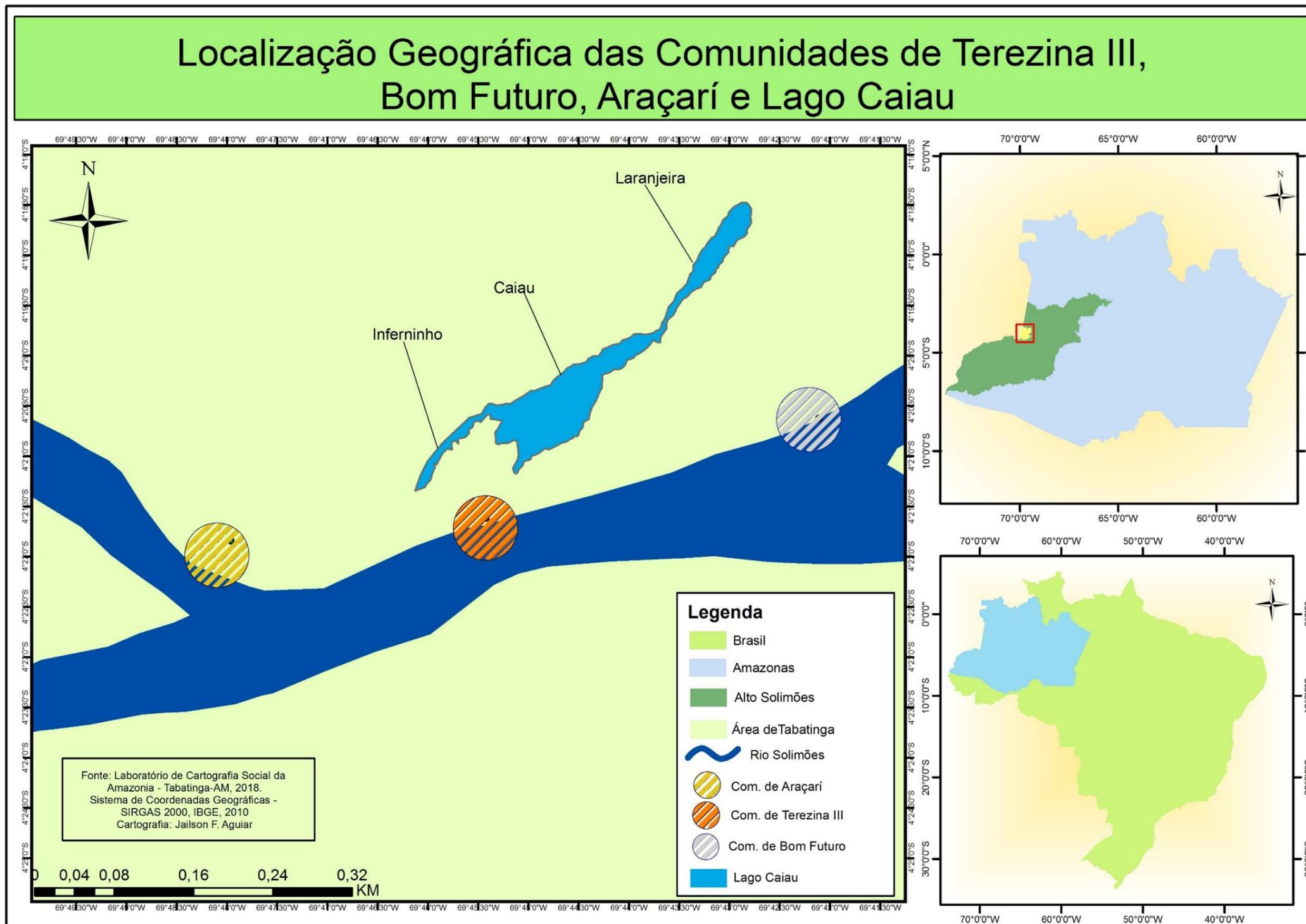


Figura 03 - Localização do lago Caiu.
Fonte: NESAM - Núcleo de Estudos Socioambientais da Amazônia (2018).

A área conhecida como Caiau, que chamaremos no decorrer de todo o trabalho de “lago Caiau” é onde a pesca é exercida com intensidade (figura 05). Os comunitários contam que esse nome do lago é em recordação a um dos primeiros moradores da comunidade que gostava muito de pescar nessa área, chamado Caio, mas pela pronuncia “difícil” chamavam-no de “Caiau”. Pela presença constante desse pescador, a área ficou conhecida como o “lago do Caiau”.

A área territorial desse lago é maior em comparação aos outros dois, sobretudo na largura, chegando a ter quase a mesma medida do leito principal do Rio Solimões/Amazonas. Em sua formação geológica o Caiau é entendido como lago de várzea¹⁸, motivo pelo qual este se conecta ao leito principal quando as águas atingem seu nível máximo durante a cheia.



Figura 04 - Lago Caiau em uma manhã nublada
Fonte: PAIVA, Erlainy. Março, 2015

¹⁸ **Lagos de várzea:** na região amazônica, no período de cheias, os ecossistemas aquáticos recebem grande quantidade de água, o que resulta no aumento de área e profundidade dos rios e lagos. Neste período ocorre a intercomunicação de vários lagos e rios, formando um único sistema. Já na época da seca, com a queda do nível de água, os diferentes sistemas permanecem isolados, ou se comunicam por canais (AB’SÁBER, 1967).

Ao conectar-se ao Rio Solimões/Amazonas na época da cheia acarretam a entrada de vários pescadores externos a comunidade. Por ter grande potencial pesqueiro de espécies altamente lucráveis como o Tambaqui e Pirarucu, o Caiu vem passando por processos intensos de exploração pesqueira sobretudo com finalidades comerciais. Terezina III é a comunidade mais próxima a esse lago, o que proporciona contato constante entre os comunitários e o lago. Para esses indivíduos o lago significa muito mais do que um lugar apenas para pescar, para eles o lago significa o próprio sentido da vida e por isso a sobrepesca vem afetando essa população.

IV – Metodologia

IV. I – Materiais e métodos

Para a realização de toda a pesquisa, foi necessário obter informações, dados, documentos e fotos colhidas dos agentes sociais envolvidos, no caso: pescadores comerciais, pescadores de subsistência, moradores mais antigos da comunidade, presidentes comunitários, Secretaria de Meio Ambiente e Sindicato dos Pescadores. Toda a pesquisa de campo, executada e articulada ao arcabouço teórico, propiciado através de leituras e apreensão de material bibliográfico, contribuíram para construir a dissertação aqui presente.

As atividades realizadas na pesquisa de campo contemplaram o uso de entrevistas semiestruturadas para a coleta de dados qualitativos adequados aos objetivos da pesquisa; sua utilização visou situações de contato, de modo formal e informal, com objetivo de “provocar” um discurso mais livre, mas que atendesse aos objetivos da pesquisa, que seguisse o contexto investigado e que fosse academicamente relevante.

Nesse contexto, buscou-se destacar a própria percepção de vivência que os indivíduos de comunidades ribeirinhas têm sobre si, sobre o fenômeno da sobrepesca e a inserção de práticas conservacionistas falhas; como também, o papel de agentes externos (órgãos públicos) à comunidade que tem influência no processo de gestão pesqueira.

Para a obtenção dos dados quantitativos, a coleta de informações foi realizada através da utilização de questionários com perguntas abertas e fechadas, destinado a envolver os sujeitos relacionados ao objetivo do estudo. Por meio das questões fechadas foi possível obter dados acerca do perfil econômico (quantidade pescada por mês, renda), social (quantidade de pessoas que moram na mesma casa) e ambiental (espécies mais capturadas), correspondente aos objetivos que deveriam ser quantificados. As questões abertas possibilitaram coletar informações sobre itens utilizados para pescar, destino de venda do pescado, locais de pesca e os conflitos que a comunidade vem passando; as questões abertas buscaram qualificar as informações colhidas e não quantificá-las.

Os materiais utilizados: 1) caderno de anotações; 2) caneta; 3) gravador e 4) câmera fotográfica, os quais foram importantes ferramentas para a realização dessa dissertação. O caderno de anotações e a caneta serviram para anotar as atividades realizadas em tempo cronológico, assim, de acordo com a ordem que aconteciam era anotado a data, hora, lugar e observações complementares para que não fossem esquecidas. O gravador e a câmera fotográfica serviram para registrar falas, momentos e fatos que pudessem ser comprovados e repensados no momento da escrita do trabalho, de modo a enriquecer as discussões aqui presentes.

Amparado nos pressupostos apresentados, o desenvolvimento das atividades de pesquisa em campo e apreensão da leitura teórica do objeto de estudo, possibilitaram dissertar e conhecer a realidade pesqueira vivida em Terezina III, o manejo de lago Caiau, o acordo de pesca, a organização da comunidade, os territórios pesqueiros – eventos intrinsecamente condicionados. Assim, compreendemos que estas atividades foram necessárias para compreendermos o território, a comunidade e a atividade pesqueira.

IV. II – Métodos de abordagem

A perspectiva metodológica foi baseada no uso do método de pesquisa qualitativa e quantitativa (MARTINS, 2004 e POUPART, 2010), a partir das análises teóricas, dos dados documentais obtidos e da pesquisa de campo, foi possível alcançar um diálogo sobre as questões pertinentes e apresentadas

como objetivos do estudo. A associação metodológica das pesquisas qualitativa e quantitativa se define pela análise de microprocessos, através do estudo das ações sociais individuais e grupais, com a realização de um exame intensivo dos dados, e caracterizado pela heterodoxia no momento da análise (MARTINS,2004). Isto significa que no processo de elaboração da pesquisa esteve contida uma transformação do olhar acerca da realidade investigada, pois com o exame intensivo dos dados coletados foi possível ter outra visão sobre a realidade vivida pelos moradores comunitários, de modo que possibilitou um questionamento crítico aos métodos e as práticas utilizadas.

IV.III – Critérios de seleção dos sujeitos da pesquisa

Referente à pesquisa, os sujeitos que integram a “**população em geral**” constituem o grupo de indivíduos que vivem em Terezina III e desenvolvem atividades distintas: pescadores, donas de casa, aposentados, estudantes, professores e agricultores. O critério utilizado para selecionar esses sujeitos consistiu em compreender a dinâmica da comunidade, as variedades de pensamentos e opiniões, de modo a incluir todos os habitantes. A partir desses sujeitos, a pesquisa uniu os diferentes pontos de vista sobre o processo histórico que desencadeou o co-manejo e o recente conflito pelo uso do território pesqueiro.

Continuamente, foram selecionados os sujeitos “**pescadores**” de acordo com a atividade de trabalho na pesca. Assim, obtivemos dados referentes aos indivíduos que pescam para comercializar e para subsistência. O mesmo questionário foi aplicado para os dois grupos. A seleção destes sujeitos na pesquisa foi baseado na relevância em entender como são desenvolvidas as pescarias, quais dificuldades são encontradas, a questão do antes, durante e após a falha do co-manejo e os conflitos que vivem diariamente, em suma, conhecer o contexto geral das relações criadas a partir das vivências relacionadas a atividade pesqueira.

Por último, selecionamos os sujeitos que são “**presidentes comunitários**” de comunidades ligadas ao co-manejo como Terezina III e Bom Futuro. Esses indivíduos foram selecionados por desempenharem papel de líder da comunidade, e por consequência disso possuem documentos (atas de

reunião), informações (quantidade de moradores) e conhecimentos gerais que outro morador não tem acesso.

Embora o enfoque desse trabalho seja Terezina III, não podíamos descartar a existência das outras comunidades porque essas mantêm relações muito próximas de uso e compartilhamento de ambientes; por isso foi necessário incluí-las na pesquisa. Ao total, com todos esses sujeitos, foram 15 questionários aplicados e 11 entrevistas realizadas; em 2018 foram dois dias de pesquisa na comunidade Terezina III, um dia de pesquisa em Bom Futuro e 3 dias em Tabatinga (somados os dias que saímos de Porto Velho, 08 de agosto e o retorno dia 29 do mesmo mês, tem-se 21 dias praticamente em campo, entre a logística do campo, idas às comunidades, tabulação de dados, visitas a órgãos públicos em Tabatinga e documentação de imagens em vários pontos da cidade).

V – Procedimentos metodológicos

V. I – Trabalho de campo em Terezina III

Este estudo foi planejado para entender a dinâmica pesqueira na comunidade Terezina III, bem como identificar as categorias de pescadores existentes e os arranjos que o co-manejo trouxe para a comunidade durante e após sua implementação. Para iniciar os trabalhos de campo no segundo semestre de 2018, que contemplam as pesquisas mais recentes deste trabalho, saí da capital de Rondônia, Porto Velho, no dia 08 de Agosto de 2018 com destino a cidade de Tabatinga, Estado do Amazonas, com conexão na capital Manaus.

Em Tabatinga as articulações da pesquisa iniciaram no dia 09 de Agosto de 2018 quando fomos no Sindicato dos Pescadores Artesanais de Tabatinga encontrar o presidente do sindicato Walmir Barbosa para organizar nossa ida à Terezina III nos próximos dias; assim, com seu imediato apoio, no dia 10 de Agosto de 2018 iniciamos o trabalho de campo *in lócus*¹⁹. Prontamente no dia

¹⁹ No lugar, na própria área da pesquisa.

10, às 11h00min saímos²⁰ da balsa fluvial “Sabá Cotó” onde os canoieiros vindos de vários locais atracam diariamente, como mostra a Figura 06. Essa balsa é destinada a atracar somente canoas para facilitar o transporte dos passageiros e agilizar a locomoção de quem frequenta o porto fluvial.



Figura 05 - Balsa “Sabá Cotó” no porto fluvial de Tabatinga - Amazonas
Fonte: PAIVA, Erlainy. Agosto, 2018

A balsa Sabá Cotó fica localizada no porto fluvial de Tabatinga, situado na rua Santos Dumont, próximo ao Mercado Municipal conhecido localmente desde 1994 como “feira do bagaço” por não ter boa estrutura e higienização. A Figura 07 a seguir mostra o porto fluvial de Tabatinga em uma imagem panorâmica; nele atracam embarcações de pequeno e grande porte, organizados por balsas que dão acesso. Nesse local, além de servir como ponto de embarque e desembarque de passageiros, são comercializados produtos oriundos da pesca e agricultura familiar realizada por ribeirinhos sem espaço para vender seus produtos no mercado municipal.

²⁰ Para ajudar nas pesquisas, levei minha irmã. Formada em Ciências Biológicas pela Universidade do Estado do Amazonas – UEA, no ano de 2012.



Figura 06 - Porto fluvial de Tabatinga - AM
Fonte: PAIVA, Erlainy. Agosto, 2018

Era uma manhã ensolarada e não apontava indícios de chuvas, mas a natureza do Rio Solimões/Amazonas proporcionava banzeiros²¹ violentos na saída do cais; nossa locomoção foi realizada em uma canoa pequena com espaço para no máximo 4 pessoas e não havia cobertura para proteção solar; utilizamos motor de 13hp, e quem pilotava a canoa era um pescador de Terezina III chamado Cristóvão (conhecido na comunidade como Canaã), que havia ido à Tabatinga realizar compras pessoais e cedeu espaço na canoa para nos levar (intermediado através do presidente do Sindicato) e aceitou dividir o consumo de gasolina. A viagem durou duas horas e trinta minutos, chegamos na comunidade às 13h30min.

A figura 08 a seguir mostra o leito principal do rio Solimões/Amazonas e as terras de várzea que formam ilhas em frente a Terezina III na época da seca. Nesse período os comunitários constroem o tapiri²² a margem do rio para vigiar as canoas que correm o risco de furto.

²¹ Quando o rio está muito agitado e forma pequenas ondas.

²² Pequenas construções que servem de abrigo contra a chuva e o sol. Normalmente é feito de palha e/ou lona com madeira.



Figura 07 - Terra de várzea e o leito principal do Rio Solimões/Amazonas
Fonte: PAIVA, Erlainy. Agosto, 2018

A estação flúvio-climática²³ do Rio Solimões/Amazonas oferecia nível baixo das águas pela época da seca. Nesse período, em frente à comunidade Terezina III forma-se um paraná e canoas maiores são impedidas de atracar na entrada da comunidade pelo nível baixo de água (canoas atolam), o que obriga os moradores a desembarcar no leito principal do rio.

A Figura 09 a seguir mostra a entrada de Terezina III, vista da ilha formada em frente que se torna o único meio de entrada na comunidade na época da seca. Para chegar até a comunidade é preciso atravessar a ilha, é um trajeto cansativo, com cerca de 30 minutos de caminhada em solo úmido de várzea.

²³ A região amazônica passa por dois tipos de estações flúvio-climáticas, a estação das cheias dos rios e a estação da seca, porém esta última estação não interrompe o processo pluviométrico diário, só que em índices diferentes (AB'SÁBER, 1967).



Figura 08 - Entrada da comunidade Terezina III no período da seca do rio Solimões/Amazonas
Fonte: PAIVA, Erlainy. Agosto, 2018

Nesse mesmo dia, no período vespertino, iniciamos nosso trabalho coleta de dados que se estenderam até a noite e renderam a aplicação de 4 questionários (anexo 1 e 3) e 1 entrevista (anexo 2). A primeira aplicação de questionário ocorreu com o presidente da comunidade Araçari (figura 10), que porventura estava a passeio em Terezina III; este ator entrevistado era alvo da pesquisa por fazer parte do grupo dos **presidentes comunitários**.



Figura 9 - Trabalho de campo em Terezina III, aplicação de questionário
Fonte: PAIVA, Eluzainy. Agosto, 2018

Ao seguir no trabalho de campo, foi necessário ir de casa em casa, o que demorou em média 40 minutos entre conversas, aplicação de questionários e entrevistas, sem levar em conta o tempo que gastávamos de caminhada de uma residência a outra. No período noturno, participamos do aniversário de dona Suzana (73 anos), uma das moradoras mais antigas da comunidade. Esse momento serviu para me aproximar dos moradores e estreitar laços de amizade, o que torna a pesquisa científica mais bem sucedida pela confiança que o pesquisado passa a ter pelo pesquisador.

Após a comemoração, conversei (até as 00h00min da madrugada) informalmente com a presidente de Terezina III (casa onde ficamos hospedadas) e com sua permissão gravei a conversa; as informações obtidas foram bastante proveitosas e pude entender melhor as questões conflituosas que a comunidade vive no momento. Por não ter utilizado, no início, o roteiro da entrevista com perguntas chave da pesquisa (a conversa fluiu até chegarmos em questões que envolviam a comunidade), pedimos permissão para pegar os materiais de campo (diário de campo, caneta, roteiro de entrevistas) e fazer as perguntas já programadas para não perder nenhuma informação e agilizar a pesquisa.

No dia seguinte (11 de agosto) as 08h00min, com sol forte e temperatura em torno de 30cº, continuamos a pesquisa em Terezina III. Começamos pela casa mais próxima, de dona Albertina Roque Pinto (83 anos) que foi pescadora, agricultora, dona de casa e hoje é aposentada; entrevistei essa senhora por ela se encaixar no grupo de entrevista destinado a **população em geral**. Em seguida, aplicamos questionários destinado ao grupo de **pescadores**; na Figura 11 podemos observar a realização da pesquisa com pescador comercial interno, um dos sujeitos chave do nosso trabalho.



Figura 10 - Aplicação de questionário com pescador comercial interno
Fonte: PAIVA, Eluzainy. Agosto, 2018

A figura 12 a seguir é um retrato da pesquisa com um dos pescadores de subsistência mais antigos de Terezina III que prontamente se disponibilizou para entrevista e aplicação de questionário, além de conversas que renderam conhecimentos importantes sobre a realidade local. Paramos para almoçar as 13h00min na casa de dona Luziete Sevalho Moreira, presidente da comunidade. Retomamos as atividades as 15h00min e encerramos os trabalhos as 18h00min.



Figura 11 - Aplicação de questionário com pescador de subsistencia
Fonte: PAIVA, Eluzainy. Agosto, 2018

Ao todo, somandas a tarde do dia 10 e o dia 11 inteiro, aplicamos em Terezina III **10 questionários**, subdivididos em: 5 pescadores comerciais, 3 pescadores de subsistência e 2 presidentes comunitários (de Terezina III e Bom Futuro).

Também foram realizadas **10 entrevistas** que se subdividem em: 4 entrevistados da população geral (moradores mais antigos, jovens de 15 a 19 anos de idade que tinham relações com a atividade pesqueira e que vivessem na comunidade), 2 pescadores comerciais, 2 pescadores de subsistência e os dois presidentes comunitários.

Terezina III é considerada a comunidade com maior influência na utilização do lago Caiau e também protagonista do manejo pesqueiro, portanto, essa comunidade sempre foi considerada a nossa principal área pesquisada. Contudo, não podíamos descartar a existência das outras duas comunidades que fizeram parte do co-manejo, embora essas se apresentem como coadjuvantes na questão pesqueira do lago Caiau e no desenvolvimento do

manejo. Assim, essa primeira parte da pesquisa possibilitou compreender melhor a realidade e importância de Terezina III no que se referia ao co-manejo.

V.II – Trabalho de campo na comunidade Bom Futuro

O trabalho de campo na comunidade Bom Futuro foi desenhado para compreender as relações pesqueiras entre a comunidade e o lago Caiáu, bem como a participação dos comunitários no processo do co-manejo pesqueiro. Embora Bom Futuro não seja uma comunidade com tanta influência de uso e apropriação do lago manejado (se comparada a Terezina III), esta tem uma parcela de pescadores que desenvolvem a pesca comercial intensa no Caiáu. Assim, foi necessário realizar entrevistas para compreender toda a dinâmica entre a comunidade e o lago Caiáu.

Desse modo, no dia 12 de Agosto de 2018, as 06h00 da manhã de um domingo frio com céu nublado, saímos de Terezina III para a comunidade Bom Futuro. Fomos em uma canoa pequena, com motor de 13hp, pilotada pelo filho da presidente de Terezina e outro jovem que não recordamos, o que totalizou quatro pessoas. A viagem durou cerca de 30 minutos até Bom Futuro (**Figura 13**).



Figura 12 - Entrada da comunidade Bom Futuro
Fonte: PAIVA, Erlainy. Agosto, 2018

Ao chegarmos no destino, fomos até a casa do senhor Renison da Silva Tenazor, presidente da comunidade, dialogar e pedir permissão para realizar as pesquisas (foi importantíssima a presença dos dois jovens que nos acompanharam, pois estes conheciam a comunidade e as pessoas que viviam nela, agilizou bastante a atividade). Aproveitamos a ocasião, realizamos a entrevista e aplicação de questionário com o presidente comunitário (Figura 14) em função de ser sujeito alvo de nossa investigação. Foi muito rápido, durou cerca de 10 minutos porque o mesmo estava de saída para a igreja.



Figura 13 - Aplicação de questionário e entrevista em Bom Futuro
Fonte: PAIVA, Eluzainy. Agosto, 2018

Por ser domingo de manhã a maioria dos moradores estavam na igreja, o que levou o insucesso de não encontrarmos famílias em casa. Esse fato nos atrasou, contudo, esperamos até o encerramento da missa para reiniciar os trabalhos. Nessa comunidade, as pesquisas não renderam muito porque vários sujeitos alvos se recusaram participar (pescadores comerciais, principalmente). Segundo eles, não utilizavam com frequência o lago Caiu para pescar, então não tinham importância significativa para o estudo. Respeitosamente acatamos

a vontade deles. Em Bom Futuro nossa atividade durou até às 13h00min, e retornamos para a comunidade Terezina III com a aplicação de 5 questionários (1 pescador comercial, 3 de subsistência e o presidente da comunidade) e 1 entrevista (pescador de subsistência).

V.III – Trabalho de campo em Tabatinga-AM

O início dos trabalhos de campo no ano de 2018 começaram no segundo semestre, precisamente no dia 9 de agosto quando marcamos uma conversa com o presidente do Sindicato dos Pescadores (no próprio sindicato), Walmir Barbosa, para dialogar sobre a questão do co-manejo e tentar agendar uma visita a comunidade. A conversa durou cerca de 30 minutos e renderam algumas informações que constam nessa dissertação.

No dia 21 de agosto, após o retorno do trabalho de campo em Terezina III e Bom Futuro fomos ao Mercado Municipal do Peixe (apresentado na Figura 15 a seguir) em Tabatinga –AM. O mercado fica localizado na rua Marechal Rondon e realiza diariamente grande comercialização de peixes, carnes bovinas, suínas, carne de caça ilegal, como também verduras e legumes.



Figura 14 - Mercado municipal do peixe na cidade Tabatinga – AM
Fonte: PAIVA, Erlainy. Agosto, 2018

Os produtos comercializados abastecem a mesa de colombianos, peruanos e brasileiros pelo mercado interligados entre os três países. A visita ao mercado consistiu em documentar o comércio local, sobretudo de pescados. Na Figura 16 documentamos o comércio da espécie aruanã (*Osteoglossum bicirrhosum*), conhecida regionalmente como “sulamba”, é um peixe escamoso de tamanho médio.



Figura 15 - Comercialização do peixe Aruanã;
Fonte: PAIVA, Erlainy. Agosto, 2018

Na Figura 17 documentamos o comércio de uma das espécies mais apreciadas na tríplice fronteira, o jaraqui (*Semaprochilodus taeniurus*), peixe escamoso de porte pequeno.



Figura 16 - Comércio de jaraqui no mercado do peixe em Tabatinga
Fonte: PAIVA, Erlainy. Agosto, 2018

Documentamos também a venda de pirarucu (*Arapaima gigas*) e tambaqui (*Colossoma macropomum*) no mercado municipal do peixe (Figura 18 e 19), espécies chaves da discussão desse trabalho pela importância econômica e o declínio após o aumento da comercialização na região. O comércio dessas espécies, sobretudo do pirarucu que é proibida durante o ano todo, é uma atividade rotineira e ilegal na cidade de Tabatinga.



Figura 17 - Comércio de Tambaqui no mercado municipal do peixe em Tabatinga
Fonte: PAIVA, Erlainy. Agosto, 2018



Figura 18 - Comércio de pirarucu (*Arapaima gigas*) fresco no mercado do peixe em Tabatinga
Fonte: PAIVA, Erlainy. Agosto, 2018

O próximo passo em campo na cidade de Tabatinga ocorreu no dia 22 de agosto, às 10h00 da manhã, quando fomos ao escritório do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, localizado na Rua Velha, bairro São Francisco, nº 73. Nesse ato, não foi possível coletar dados significantes pelo motivo do Instituto ter-se instalado na cidade três meses antes (maio de 2018) da nossa pesquisa. O IBAMA não tinha ainda nenhuma informação sobre denúncias, conflitos, ou qualquer ação do tipo pela recente instalação na cidade de Tabatinga. Não realizamos nenhuma entrevista, ou qualquer outra coleta de informações nessa instituição. O responsável do IBAMA indicou a Secretaria de Meio Ambiente, que possivelmente nos ajudaria.

Cheguei às 10h20min na Secretaria de Meio Ambiente de Tabatinga. Fomos direcionadas à engenheira de pesca Monalisa Sayure, atual secretária municipal da pasta referida. Após a permissão para gravar nossa conversa, realizamos uma breve entrevista sem seguir roteiro programado, apenas pedimos para que contasse todo o processo antes e após o manejo no lago Caiáu. A conversa durou cerca de 30 minutos e foi muito proveitosa.

Prosseguimos no dia 23 de agosto às 16h00min ao Sindicato dos Pescadores Artesanais de Tabatinga, dessa vez para realizarmos o aprofundamento do diálogo com o presidente Walmir Barbosa. Na ocasião, após

esperar 30 minutos para atendimento, pudemos começar a entrevista e ter acesso a alguns documentos sobre o manejo e a organização da comunidade. A entrevista consistiu em coletar informações sobre todo o processo que envolveu o manejo e sobre a atual realidade após seu fracasso como projeto. Toda a entrevista durou cerca de 1 hora e foi bastante exitosa. Assim finalizei os trabalhos de campos em Tabatinga.

Deste modo, no capítulo seguinte intitulado “Comunidades, territórios e a configuração das dinâmicas vividas na pesca”, abordaremos primeiramente os principais conceitos dessa dissertação para compreendermos o contexto discutido no decorrer do trabalho e os resultados das ações realizadas como trabalho de campo.

SEÇÃO I – COMUNIDADES, TERRITÓRIOS E A CONFIGURAÇÃO DAS DINÂMICAS VIVIDAS NA PESCA



Vai um canoieiro, nos braços do rio
Velho canoieiro, vai, já vai canoieiro
Vai um canoieiro, no murmúrio do rio
No silêncio da mata, vai, já vai canoieiro
Já vai canoieiro, nas curvas que o remo dá, já vai canoieiro
Já vai canoieiro, no remanso da travessia, já vai canoieiro
Enfrenta o banzeiro nas ondas do rio
E das correntezas vai o desafio, já vai canoieiro

**Saga de Um Canoieiro
(Ronaldo Barbosa)**

Nas ciências sociais, antropológicas e geográficas o conceito de comunidades combina uma série de debates recorrentes a essas unidades, repletas de definições e variações. Fundamentalmente, o sociólogo e economista alemão Max Weber ao estudar as ações sociais de sua época, observou o que constituiria uma “*relação social*”. Dentre os fenômenos estudados, explicou como as relações sociais podem ser denominadas “associativas” ou “comunitárias” a partir dos fenômenos contidos e representados entre os agentes sociais, instituições e grupos envolvidos.

Uma relação denomina-se “relação associativa” quando e na medida em que a atitude na ação social repousa num ajuste ou numa união de interesses racionalmente motivados (com referência a valores ou fins). A relação associativa, como no caso típico, pode repousar, especialmente, (mas não unicamente num acordo racional, por declaração recíproca. Então a ação correspondente, quando é racional, está orientada: a) de maneira racional referente a valores, pela crença do compromisso próprio; b) de maneira racional referente a fins pela expectativa da lealdade da outra parte (WEBER, 1973, p. 25).

No tocante às relações comunitárias, fundamentadas existencialmente no “viver em comunidade” aparecem, mesmo que na multiplicidade e vastidão geográfica brasileira, como modo de vida ainda presente, reinventado e fortalecido através da flexibilidade do mundo concreto do homem amazônico.

A tradição latente nas comunidades amazônicas refaz-se através da reprodução do mundo vivido e formado pelas relações em comunidades, de modo que, uma relação social denomina-se “relação comunitária” quando e na medida em que a atitude na ação social – no caso particular ou em média ou no tipo puro – repousa no sentimento subjetivo dos participantes de pertencer (afetiva ou tradicionalmente) ao mesmo grupo. (WEBER, 1973, p. 25).

Na percepção desse universo em que as relações comunitárias são existencialmente produzidas por sentimentos subjetivos que transcendem a natureza da “obrigação”, o trabalho cotidianamente realizado em grupo é fortalecido no alcance em que se reproduz a relação comunitária.

Neste processo de produção e reprodução social, comunidades ribeirinhas apresentam variadas formas e modos de trabalho no ambiente natural que os cerca, principalmente pela sintonia formada reciprocamente, ao que Tönnies (1947, p. 30) julgou como “viver em comunidade”, ora, pois, “tudo aquilo

que é partilhado, íntimo, vivido exclusivamente em conjunto, será entendido como a vida em comunidade”.

Neste primeiro momento, portanto, o que se entende por “comunidade” aparece sob o viés contido nas “relações sociais” que as constroem, fortalecem e reproduzem na mesma medida em que desconstroem e enfraquecem as ações cotidianas entre os indivíduos e grupos de indivíduos que majoritariamente estabelecem relações pelo grau de parentesco, amizade e vizinhança. Assim, a partir da linha de estudos de Gusfield (1975) “é possível caracterizar uma comunidade, não pelo espaço geográfico, mas pelas relações sociais que se estabelecem no contexto comunitário”.

Porém, nossos estudos vão além da simples percepção de que a comunidade é estabelecida tão somente pelas “relações sociais”, mas também pelo território geográfico em que se desenvolve. Desse modo, temos relações sociais criadas e fortalecidas em determinado território que compõe o que conhecemos como comunidade.

Perspectivas teóricas abordam a *cultura* refletida em comunidade, de tal modo que a antropologia explica a “cultura como uma propriedade humana ímpar, baseada em uma forma simbólica, ‘relacionada ao tempo’, de comunicação, vida social, e a qualidade cumulativa de interação humana, permitindo que as ideias, a tecnologia e a cultura material se ‘empilhem’ no interior dos grupos humanos” (MINTZ, 2009, p. 223).

A existência da cultura nos inspira a observar diferentes valores, costumes, crenças, habilidades arraigadas à humanidade, que de todo modo, tem suas peculiaridades sustentadas por seus antepassados, que contraditoriamente, ainda se fazem presentes através das manifestações culturais em dada comunidade, cidade, região, país, continente.

Complementar a isso, através das contribuições de Eric Wolf (1984), concordamos que a cultura não pode ser considerada pura e isolada, nem tampouco, exclusivamente como resultado da interação de múltiplas culturas, no mais, a cultura de um povo é fruto da dinâmica essencialmente vivida, pois,

“É possível que um grupo humano possa ter mais do que uma cultura, diversificar sua abordagem em relação à vida, ampliando seu campo de manobras através de um processo de generalização, assim como é possível que um grupo humano se especialize, restringindo-se a um conjunto de formas culturais e evitando quaisquer alternativas possíveis” (WOLF, 1984, p, 52).

Não é, portanto, algo considerado inerte e imutável o que chamamos de cultura, pois as variantes que as formam apresentam peculiaridades em cada comunidade, grupo, povo, ou até mesmo indivíduo, somadas ou não com a mistura de hábitos relacionados ao contato humano vivenciado. Assim, a cultura apresenta-se como a característica mais forte de cada arte, conhecimento, hábito, crenças, leis, adquiridos por indivíduos através da família ou da sociedade em que está incluído.

A cultura coletiva baseada em semear, colher, coletar e extrair da natureza os frutos essenciais à subsistência humana nos parece, no sentido mais explícito, como alternativa de sobrevivência. Além disso, são valores fundamentais que dão sentido a existência, incorpora o material e o imaterial (inclusive o espiritual). Refere-se aquilo que é compartilhado e aceito por determinado povo (ALMEIDA SILVA, 2010, p.105).

Mesmo que de modo fragmentado e parcial, a realização de trabalhos coletivos, especialmente em comunidades ribeirinhas da Amazônia brasileira, são necessários para “dar conta” das atividades agrícolas, ameaçadas anualmente pelas sazonalidades fluviais que proporcionam ciclos curtos e diferenciados durante o ano.

Decorre daí, a duplicação quantitativa de elementos semeados, colhidos, pescados ou extraídos em menor tempo. As atividades coletivas são feitas, em grande parte, com a união de vizinhos, compadres, amigos e parentes como afirma Fraxe (2000, p. 88);

“..., a força de trabalho necessário para mover a agricultura e a pesca é complementada pelos braços dos camponeses vizinhos. As práticas de ajuda mútua aparecem, seja sob a forma de mutirão, seja sob a troca de dia ou parceria-meia”.

Nas práticas de ajuda mútua pode-se observar como as relações em comunidade estão ligadas a trabalhos coletivos, que podem ser recompensados através da divisão dos resultados obtidos, ou também, podem ser retribuídos com a força de trabalho equivalente na próxima atividade. Especialmente através dessas ações, são reafirmados laços de amizade, familiaridade e trabalho entre moradores comunitários. Neste ciclo, saberes tradicionais são repassados ao

mesmo instante em que são aprendidos, de modo que, a oralidade e experiências do cotidiano são fontes de ensinamentos não-científicos.

Sobretudo em comunidades conexas aos rios, conhecidas nomeadamente como *comunidades ribeirinhas*²⁴, os saberes aprendidos como resultado da observação e orientações de gerações mais experientes demonstram a predominância tradicional vivida. Neste universo ribeirinho em que o homem realiza suas atividades de sobrevivência, é possível observar a divisão do trabalho sob dois mundos distintos e complementares: água e terra. Um modo de vida marcado por contradições, em que os sujeitos são instigados a adaptar-se às mudanças cíclicas do meio natural.

I – Conceitos e percepções sobre o ambiente e Território Pesqueiro no Amazonas

A particularidade que divide terras de várzea e terras firmes, são vistas na utilização dada a elas em cada ciclo. Nesta distinção, “normalmente considera-se como várzea do rio Amazonas a planície inundável de depósitos holocênicos, diferindo da terra firme, que são as proporções mais elevadas nunca inundadas pelo rio” (PEREIRA, 2007, p. 15). Nesta perspectiva, os termos terra e água, em que o primeiro se refere as áreas terrestres utilizadas (tanto de várzea como firme) e o segundo especialmente ao rio, compõe a base de ordenação das comunidades ribeirinhas.

A sintonia natural entre o regime fluvial e o regime pluvial (chuvas) faz com que existam quatro “estações climáticas” no ecossistema de várzea, que regula o calendário agrícola: a enchente (subida das águas), a cheia (nível máximo das águas), a vazante (descida das águas) e a seca (nível mais baixo das águas), (PEREIRA, 2007, p. 15). Assim, em cada “estação climática” da várzea tem-se verificado diferentes desempenhos de trabalho; explicitamente encontra-se na época da seca do rio o ambiente propício para plantar nas terras

²⁴ Ao partirmos do conceito de comunidade, entendemos como *comunidades ribeirinhas* aquelas situadas próximas às margens dos rios, sobretudo na porção da Amazônia brasileira, que vivem basicamente em função da caça, pesca, agricultura e criação de animais de pequeno porte. Não são isoladas do restante do mundo, pois mantêm comunicações e relações diretas com centros urbanos e comunidades próximas.

de várzea, após a subida das águas (que naturalmente fertilizam a terra) a pesca passa a ser a principal atividade de trabalho.

Nesta natureza rodeada de leis simbólicas, a pesca representa no seu sentido mais íntimo um universo passível de evidenciar significados a água pelo pescador artesanal, o que transcende a dimensão de trabalho, embora esteja a ele vinculado. Ao apontar os sentimentos que a água carrega, Chevalier & Gheerbrandt (1992, p. 19) apontam que: “a água pura é criadora e purificadora; amarga, ela produz a maldição. Os rios podem ser correntes benéficas ou dar abrigo a monstros. As águas agitadas significam o mal, a desordem”.

Nesta concepção, a imagem das águas instiga o ribeirinho a conhecer as variações do rio durante o ano. “A dinâmica imposta pelo ciclo das águas, que num momento mata e no outro ressuscita, faz crer, para esses homens, mulheres e crianças, que o que prevalece, no final das contas, é a vida – por isso, lá permanecem” (FRAXE, 2000, p.120). Sem excluir o emaranhado de eventos naturais possivelmente ali presentes, sob múltiplos aspectos, materiais e imaginários, o homem ribeirinho procura adaptar-se, por isso cria regras, refúgios, inventa técnicas como meio de sobrevivência. Sobretudo nas atividades pesqueiras, em que o pescador disputa, protege seu território e cria relações de poder, observa-se sob o olhar das ciências geográficas a predominância territorial em tese, pois,

Os homens ‘vivem’, ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas. Quer se trate de relações existenciais ou produtivistas, todas são relações de poder, visto que há interação entre os atores que procuram modificar tanto as relações com a natureza como as relações sociais. Os atores sem se darem conta disso, se automodificam também. O poder é inevitável e, de modo algum, inocente. Enfim, é impossível manter uma relação que não seja marcada por ele. (RAFFESTIN, 1993, p. 158-159).

Na compreensão das relações sociais criadas a partir do território em consonância com as atividades pesqueiras é considerável entender os conceitos destacados como elementos fundamentais na relação de apropriação das áreas utilizadas, de modo a cooperar ao entendimento do território pesqueiro.

Neste contexto, a pesca artesanal pode ser definida como “uma produção de baixa escala e tem se caracterizado, ao longo dos séculos, no Brasil, como aquela exercida por pequena tripulação e barcos não maiores que

15 metros” (ANDRIGUETTO FILHO, 1999, p. 41). Uma vez ocorrida esta dinâmica, encontra-se aí o significado de trabalho, que atribui ao homem a essência de se conectar a natureza, uma vez que:

“O trabalho é, em primeiro lugar, um processo entre o homem e a natureza, em que há troca de energia entre ambos, através da atividade do homem... O trabalho é um ato pelo qual o homem se apodera, se apropria, faz da natureza algo que lhe pertence, algo que lhe é próximo” (FRAXE, 2000, p. 119).

Todavia, o trabalho passa a configurar não somente a própria relação entre *homem* e *natureza*, mas também uma atividade importante economicamente, intensificada pelo poder capitalista presente. Deste modo, a pesca enquanto atividade econômica importante na região amazônica, constitui a ligação entre o ribeirinho e o trabalho, unidos economicamente através da atividade pesqueira.

De acordo com Abdallah (1998), podemos definir como *atividade pesqueira* os meios pelos quais os pescadores capturam os pescados, através das armadilhas (redes, linhas, covos etc.) e navegações, no mais, são as ações que envolvem a captura e venda do peixe. Complementar a isto, Ramalho (2016, p. 5) ressalta que “são processos técnico-tecnológicos, organização social do trabalho e formas de saber-fazer pesqueiro, explicitando ‘aqueles conhecimentos dos antigos’, que se recriam em gerações sucessivas”.

Nesta ordem, os pescadores podem ser conhecidos e conceituados, segundo Ramalho (2016, p. 6) como profissionais que fazem da “pesca seus meios de vida” e são portadores de “um jeito de ser que é somente deles”, um modo de vida pleno de especificidades socioculturais. O pescador é o “cara que sabe usar e desenvolver as pescarias”, por conhecer e deter um ofício que é aprendido junto aos seus familiares, porque “a pesca é uma profissão de família”, uma atividade ancestral, comunitária; neste potencial,

O pescador é oportunidade socioeconômica, hábito de classe, costume, ideologia e relações sociais comunitárias ou com outros grupos, onde produz e reproduz sua singularidade em oposição ou em complementaridade com outros segmentos sociais no tempo e no espaço. Ademais, ser pescador é encontrar-se inserido em uma determinada relação na estrutura social, de comando do capital, cujas tensões alimentadas pelos desejos de autonomia, resignações e subordinações estão no dia a dia (RAMALHO, 2016, p. 20).

Por sua vez, grande parte de suas atividades exercidas, sobretudo as pescarias industriais, são ordenadas pelas políticas pesqueiras, as quais podem ser entendidas como “aquelas cujo intuito é regulamentar e/ou promover a atividade pesqueira”. Embora seja possível observarmos que “as políticas implantadas favoreceram, na maioria das vezes, a pesca industrial, tanto no âmbito internacional quanto nacional” (PANTOJA, 2014, p. 61).

Consonante a isto, segundo Ruffino (2005, p.35), entende-se por *ordenamento pesqueiro* “um conjunto de ações empreendidas pelo Poder Público, mediante solicitação ou não da sociedade, para uso sustentado dos recursos”. No mais, as políticas pesqueiras e o ordenamento do setor estão voltados a regular ou promover essas atividades, as quais servem como base para o “controle” e “monitoramento” da ictiofauna explorada, com a finalidade de sustentabilidade dos recursos naturais por grupos humanos.

Inerente aos espaços individuais (privado) ou coletivos (comunal ou grupal) em que são realizadas apropriações dos recursos pesqueiros, não se deve pensar em delimitação aleatória, ora pois, o território é dominado por ser produto de desejo e necessidade de sobrevivência.

Deste modo, a constituição de territorialidade surge através da realização de atividades pesqueiras em determinada porção de território, pois considera-se que “o território se estrutura a partir do espaço, como resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático, pois somente com a apropriação de um espaço concreto ou abstratamente é que há a sua territorialização, e assim a constituição do território” (RAFFESTIN, 1993, p. 20).

Pode-se afirmar que os territórios pesqueiros enquanto espaço de uso, conseqüentemente foram formados a partir das relações de poder materializadas na delimitação territorial. Assim, as ações de “apropriação” são importantes na produção de território, visto que, são essas ações que passam a expor o espaço dominado por determinado grupo, na medida em que “isto transforma o território num trunfo particular como espaço político, campo de ação de diversas territorialidades, ação da população e apropriação dos recursos por essa população” (SILVA, 2012, p. 19).

Neste enfoque, a questão de território teoricamente discutida como representação material e simbólica, nos remete a analisar o modo de apropriação como atividade de “poder” ou, até mesmo de “defesa”.

Delimitações²⁵ de território, portanto, são feitas como um meio de dominação da área de uso para evitar que pessoas externas ao grupo social passem a usar ou se apropriar. Haesbaert (2007) faz referência a esta questão ao constatar que:

Desde a origem, o território nasce com uma dupla conotação, material e simbólica, pois etimologicamente aparece tão próximo de *terra-territorium* quanto de *térreo-territor* (terror, aterrorizar), ou seja, tem haver com dominação (jurídico-política) da terra e com a inspiração do terror, do medo – especialmente para aqueles que, com esta dominação, ficam alijados da terra, ou no “territorium” são impedidos de entrar. Ao mesmo tempo, por outro lado, podemos dizer que, para aqueles que têm o privilégio de plenamente usufruí-lo, o território pode inspirar a identificação (positiva) e a efetiva “apropriação”. Território, assim, em qualquer acepção, tem a ver com poder, mas não apenas o tradicional “poder político”. Ele diz respeito tanto ao poder no sentido mais explícito, de dominação, quanto ao poder no sentido mais implícito ou simbólico, de apropriação. (HAESBAERT, 2007, p. 20).

Assim, o território enquanto fruto de poder e dominação, noutras palavras, como materialização das relações de poder em determinado espaço, acaba por sintetizar os limites de apropriação da terra e água. Neste processo concreto e teórico na ciência geográfica sobre a constituição de território-territorialidades, Haesbaert (2007) verifica que a materialidade social em suas múltiplas dimensões estará ligada as relações interativas entre sociedade e natureza na construção de territorialidades e apropriação de territórios.

Complementar a isto, Silva (2012) nos remete pensar sob a existência de várias formas de caracterização territorial, por isso,

“A questão de poder se territorializar em um espaço contínuo, como um rio, é fato incomum para pesquisadores que se atém a estudar as atividades agrícolas fora de corpos d’água, porém comum para quem tem conhecimento do modo de vida dos pescadores artesanais dos rios da Amazônia” (p, 31).

Assim, partimos da percepção de que mesmo na fluidez aquática das águas, existem territórios criados a partir das atividades nelas desempenhadas, de forma que, em um ambiente de rio, como ocorre em alguns rios da Amazônia, “os territórios são reconhecidos segundo as atividades exercidas cotidianamente

²⁵ Delimitar é pois, isolar ou subtrair momentaneamente ou ainda manifestar um poder numa área precisa. O desenvolvimento de uma malha ou de um conjunto de malhas é a consequência de uma relação com o espaço e, por conseguinte, a forma mais elementar da produção do território (RAFFESTIN, 1993, p. 67).

neste espaços, observando a estreita relação existente entre a utilização de tecnologia para o melhor uso dos recursos naturais” (SILVA, 2012, p. 44). A partir desta percepção de território utilizado por pescadores, reconhecidos como territórios pesqueiros neste trabalho, a apropriação, dominação e delimitação é evidenciada quando a pesca é exercida.

Assim, aos territórios de pesca ou pesqueiros é atribuída uma noção de poder, isto é, podem ter ‘donos’, ou famílias que são ‘donas’, sendo que várias famílias aparentadas podem se utilizar do mesmo recurso pesqueiro, o que deriva muitas vezes em acordos entre familiares ou membros das comunidades (RUFFINO, 2005).

Nesse caso, não pensamos no território apropriado de modo aleatório, mas sim pela importância, representação, necessidade e sobretudo por ser produto de desejo social, caracterizado e territorializado a partir do seu uso e significação. Dessa maneira, percebe-se as principais peculiaridades que caracterizam os recursos pesqueiros que os diferenciam dos recursos terrestres segundo Silva (2012, p. 32):

- 1) São móveis, pois os animais e vegetais “transitam”, ou movem-se de acordo com a dinâmica das marés, isto é, das cheias e dos períodos de seca;
- 2) Não são normatizados por fronteiras concretas, mas sim por limites imaginários, abstratos, reconhecidos pelos pescadores. O território é demarcado abstratamente – a percepção territorial está relacionada a esfera cognitiva do pescador;
- 3) São recursos imprevisíveis para a atividade pesqueira, pois sua disponibilidade é dada pelas imposições dos fatores naturais e essa prática, como o clima e a geomorfologia dos cursos d’água.
- 4) São recursos públicos, pois, segundo o decreto Lei 221/67, todo o meio aquático e os organismos que nele habitam são de domínio público e, portanto, de livre acesso para sua exploração por todas as pessoas devidamente autorizadas.

O tempo dos pescadores é totalmente diferente do tempo que regula as atividades terrestres. Ele não se exprime em jornadas regulares, alternadas com períodos de descanso fixos. Ele é ditado pelas marés e influenciado pelas mudanças climáticas (SILVA, 2012, p. 33). Observa-se na dominação territorial do ambiente pesqueiro, que a área aquática continuamente usada por pessoas da mesma comunidade, ou que tenham relações familiares ou de amizade com a mesma, são utilizadas de modo a se tornar “propriedade” fechada a esses atores (amparados por lei ou não), o que acarreta conflitos no ambiente aquático

quando pescadores externos “desrespeitam” e adentram territórios que pertencem a um grupo de indivíduos.

No conceito de território, as duplas conotações *materiais* e *simbólicas* discutidas por Haesbaert (2007) nos levam a crer na existência de territórios “fechados” e “abertos” complementares entre si. Partimos da materialidade enquanto território aberto e consideramos como aquele em que se têm livre permissão para utilizar os recursos nele presente, sem contar com a permissão de determinado “dono”. Noutras palavras, “o livre acesso corresponde à ausência de direitos de propriedade bem definidos, neste caso, o acesso aos recursos não é regulado, estando livre ou aberto a qualquer indivíduo ou grupo social” (RAPOZO, 2010, p. 15).

A existência material que define a dinâmica de livre acesso em territórios pesqueiros permite que os rios, como propriedade da união, sejam utilizados por brasileiros para diversas finalidades. Contraditório a isso, esses mesmos territórios passam a ser de acesso restrito ou “fechado” aos cidadãos “estrangeiros”. No contexto geral, os rios são um exemplo de território aberto e pertencem à União e ninguém pode apropriar-se com a alegação de ser dono.

Por outro lado, a existência de territórios fechados ou “propriedade privada” entende-se como a porção territorial demarcada e legitimada que possuem “donos” e, portanto o seu uso é de acesso restrito. “A propriedade privada enquanto um dos regimes de apropriação é caracterizada pelo direito de exclusão de terceiros sob a exploração e na regulação da exploração dos recursos, delegando aos indivíduos ou grupos de indivíduos, o direito de uso” (RAPOZO, 2010, p. 18).

Assim, a realidade do que se compreende como territórios fechados segue o contexto de apropriação, dominação, legitimação, sumariamente, tudo aquilo que é característico de território. Complementar a isto, Paiva (2004, p. 93), no capítulo I do código de pesca e seu art. 5º enfatiza que “somente aos brasileiros é facultado exercer e explorar profissionalmente a pesca e industrias correlatas”; deste modo, o território pesqueiro enquanto domínio brasileiro está sob o uso e exploração daqueles entendidos como brasileiros, negado o uso aos estrangeiros.

Sobre tal perspectiva, Rapozo & Witkoski (2009, p. 211) acrescentam que “embora não haja demarcações de uso específicas ou amparadas por leis,

não significa que não há códigos de controle e conduta no uso dos recursos através de um grupo específico de comunidades”. As particularidades sob o que se considera territórios fechados englobam uma discussão mais extensa, tendo em vista sua complexidade e o nível de conflitos criados a partir da existência deste.

Contudo, em uma concepção geral sob as subdivisões “fechados e abertos” “propriedade privada e de livre acesso” que ora aparecem contraditórias, ora aparecem complementares, o que as unem é o conceito de que “o território pode ser considerado como uma porção do Espaço Geográfico da qual algum agente se apropria e exerce o domínio, através de acordos ou de coerções” (CARDOSO, 2010, p, 14).

No cerne das discussões que se preocupam em analisar a questão territorial, ao pensarmos em território logo nos vem a palavra “Terra”. A ligação dessas palavras, tidas como sinônimas e apresentadas no dicionário da língua portuguesa significa “território: grande extensão de terras”, no primeiro momento levam o leitor a crer que o conceito abrangia somente sobre as porções de terra. Consonante a isto, muito se perguntou como o conceito de território poderia ser utilizado para definir os limites legítimos de ambientes aquáticos em vista existir o processo dinâmico das águas e dos recursos nela presentes.

A natureza aquática sempre representou ambiente instável, pela fluidez das águas que vez ou outra desembocam na imensidão dos oceanos, lagos, mares e rios ou pela inquietude dos cardumes migratórios e da ictiofauna presente. Assim, parte-se da percepção de que o homem como agente social busca interagir sempre com a natureza, há portanto a noção de território por e através da junção dos elementos: sociedade – natureza – dominação. Ou seja, a possibilidade de utilização da natureza por agentes sociais como meio de dominação.

Então, chega-se à conclusão de que o território seria uma determinada porção terrestre apropriada por um grupo humano, tendo como princípio norteador sempre a relação de propriedade sobre um espaço delimitado, o que pressupõe o território como um espaço que alguém possui, é a posse que lhe atribui identidade (SILVA, 2012, p. 18). Ainda sob o viés ideológico de que a natureza das águas não permite delimitações visíveis diante a incapacidade de domá-la, como se fazem em porções de terras, é preciso partir da conotação

simbólica de apropriação para compreender o complexo que une esse modo singular de territorializar.

Neste sentido, pela homogeneidade das águas como poderemos reconhecer onde termina um território aquático e quando começa outro? já que na maioria das vezes, os territórios pesqueiros estão interligados e não há placas ou cercas que demarcam seus limites e divisões? Como meio de explicar estas questões, Haesbaert (2007, p. 22) considera que:

A territorialidade, no nosso ponto de vista, não é apenas “algo abstrato”, num sentido que muitas vezes se reduz ao caráter de abstração analítica, epistemológica. Ela é também uma dimensão imaterial no sentido ontológico de que, enquanto “imagem” ou símbolo de um território, existe e pode inserir-se eficazmente como uma estratégia político-cultural mesmo que o território ao qual se refira não esteja concretamente manifestado, como no conhecido exemplo da “terra prometida” dos judeus, territorialidade que os acompanhou e impulsionou através dos tempos, ainda que não houvesse, concretamente, uma construção territorial correspondente

Assim, compreendemos que delimitações em territórios pesqueiros servem como resposta à divisão do indivisível, resultante do pressuposto cultural de territorialidade, de modo a marcar, seja por símbolos, combinados e legislações o território de indivíduos ou grupo de indivíduos que exercem atividades em comum.

A esse respeito, Nascimento (2015) afirma que os territórios de pesca têm como pontos de referências elementos naturais presentes na água ou na terra como uma árvore, por exemplo, não há assim, a alteração do espaço e reafirmam o que Raffestin (1993) considerou sobre sistematização de apropriação do território, portanto, para que ocorresse “faz-se necessária a instituição de um sistema de símbolos que possam ser identificados pelos vários grupos que interagem num determinado território, para que este seja efetivado e marcado por toda uma infraestrutura, pela força de trabalho e pelas relações de produção” (p, 31).

Diante disso, o homem da Amazônia busca proteção aos seus territórios pesqueiros e utilizam a simbologia presente na própria natureza como marcador de seus territórios. O que chamamos símbolo é um termo, um nome ou mesmo uma imagem que nos pode ser familiar na vida diária, embora possua

conotações especiais além do seu significado evidente e convencional (JUNG, 1964).

Nas comunidades em que a pesca se desenvolve principalmente em lagos, a apropriação e uso destes ambientes sempre está marcada por conflitos, sobretudo pelo desrespeito de pescadores alheios à comunidade. Todavia, ambientes em que a pesca se faz diariamente carrega em si significados da identidade de quem as territorializou, como pode ser percebido em lagos comunitários em que um mesmo ambiente aquático é dividido em dois ou mais pelo significado que cada parte dele representa.

Neste enfoque, entendemos como “lago” (do latim *lacus*) a massa permanente de água depositada na depressão de um terreno; maioria dos lagos são corpos d’água pequenos e somente alguns apresentam grandes extensões e, por isso, são denominados de mar, como o mar Cáspio, mar Morto e mar de Aral (GOULDING, 1999).

Os lagos de várzea desempenham um papel fundamental no ciclo de vida de várias espécies migradoras, atuam como área de berçário essencial para a sobrevivência de larvas, como fonte de alimento e abrigo para várias espécies (COX-FERNANDES & PETRY, 1991). Devido a dinâmica de enchentes e vazantes, nos lagos de várzea há um aumento rápido da biomassa dos peixes durante as cheias em virtude da entrada de material alóctone, proporcionada pelo aumento do nível da água que possibilita conexão dos lagos com o canal principal (GOULDING, 1999).

Os ambientes lacustres caracterizam-se por apresentarem água relativamente tranquila, em geral doce, embora existam lagos com água salgada até hipersalina, e localizam-se, sobretudo, no interior do continente (SUGUIO, 2003). Estes ambientes quando localizados próximos a comunidades ou cidades, sofrem influência na sua dinâmica seja com meios exploratórios, degradantes, sustentáveis, econômicos e simbólicos. Sobretudo em comunidades ribeirinhas, em que a pesca em lagos tem se tornado mais frequentes, o modo de territorializar esses ambientes aquáticos sempre estão repleto de significados pela contato cotidiano que leva o pescador a conhecer intimamente seu ambiente de pesca e a ele atribuir significações.

Geograficamente um único lago pode ser dividido simbolicamente pelo pescador em dois ou mais, pois depende do que cada parte dele representa ou

apresenta em sua essência. Em um mesmo lago, a depender de sua extensão territorial há espaços distintos, por exemplo, há áreas mais propícias à pesca, outras nem tanto.

De acordo com essas singularidades, o pescador tece sua dinâmica de trabalho, reconhece o espaço em que a pesca mais rende. Nestas circunstâncias, a nomeação dada a cada lago, ou parte dele, possui motivos e significados ao seu nome; ao considerarmos a parte do lago denominada “inferninho”, por exemplo, é notável a intenção de atribuir medo, perigo, pois há mitos de que existem bichos estranhos que comem gente, por ter cobras gigantes, por ser uma parte isolada que o pescador tem receio em pescar.

Deste modo, os territórios aquáticos reforçam a concepção de que são instáveis, imprevisíveis, indomáveis sob a ótica humana. A natureza, o trabalho (pesca) e o homem (ribeirinho) como ser social, quando unidos, modelam e dão existência aos territórios pesqueiros que são utilizados de modo a contribuir na subsistência, seja pelo consumo direto dos frutos da pesca ou pela comercialização.

Tudo isso nos leva a considerar que “o cotidiano de trabalho dos pescadores é marcado pelo tempo natural dos sistemas ecológicos e pelo tempo mercantil das práticas econômicas” (Brito *et al.*, 2009, p. 136), de modo a pensar que o pescador existe quando há peixe e quando se realiza as pescarias, pautados na explicação de que “não existe pescador sem o peixe, não existe pescador sem as pescarias”.

Neste meio dinâmico em que o mesmo produto retirado das águas dá suporte à subsistência e serve de mercadoria ao pescador, entende-se a importância de proteção e cuidado dos territórios onde são exercidas as pescarias, que certamente torna-se fruto de disputa entre indivíduos e conflitos entre povos, sobretudo entre a categoria pescador artesanal *versus* pescador comercial devido o desenvolvimento econômico do setor comercial da pesca.

A proteção e cuidado desses ambientes têm como principal medida a delimitação territorial que podem ser refletidas e entendidas entre os agentes sociais envolvidos de dada localidade; principalmente em porções de áreas menores como lagos, a interpretação e apropriação territorial realizam-se sob marcas simbólicas, reconhecidas por pescadores os locais onde a pesca pode ser realizada e que se respeita a legislação criada em acordo de pesca e/ou

acordos comunitários, embora muitas das vezes não sejam legitimadas e reconhecidos pela União.

Na ausência de delimitações visíveis no território (aquático ou não), a existência de “territorialidade” supera a inexistência do território propriamente estabelecido, pois, o processo de apropriação inicia-se quando a territorialidade perpassa a “simples” demarcação de terra, abrangem o meio cultural e simbólico em que pescadores criam/recriam no momento de suas pescarias, fortalecendo sua identidade com o ambiente e demais agentes sociais. Assim, partindo da percepção de que o ambiente aquático é de suma importância para o desenvolvimento do trabalho e subsistência familiar, políticas nacionais buscam direcionar a sociedade quanto ao uso e valor da água, indiretamente buscando conscientizar a população.

II – Ordenamento dos recursos aquáticos, modalidades de pesca e a importância do co-manejo para lagos selecionados;

Como meio de gerenciar os recursos aquáticos, a Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH), fundamentada na lei 9.433, entre outros aspectos, afirma em seu artigo 1º que: *a água é um bem de domínio público; sendo, porém, um recurso limitado e dotado de valor econômico.* De acordo com esta lei, o uso múltiplo das águas em todo território nacional desencadeia a gestão territorial dos recursos hídricos de forma descentralizada e participativa como alternativa para melhor gerenciar os ambientes aquáticos e o acesso a água pela sociedade.

Observa-se também que o uso contínuo do rio, água, o meio aquático por dada população fortalece, não por acaso, como já foi dito, o poder expresso por meio da identidade, o que cria nosso entendimento como território. No meio termo entre domínio “público” e bem “particular” é que surgem as disputas pelo acesso, não só a água, como também aos recursos nela presente.

Como em outras formas de articulação com a natureza, após a intensificação econômica crescente, em ritmo mais elevado nos últimos vinte/trinta anos, o homem buscou adaptar-se as mudanças ocorridas em esfera social, territorial e político que o distanciaram do meio natural, ao passo que se

começou a encarar a natureza como mercadoria. Neste sentido, o *valor econômico*²⁶ incrementado ao território pesqueiro como fonte de renda, tornou-se um dos principais motivos para a sobreexploração e disputas de áreas de pesca, de modo que tornou o recurso pesqueiro um bem material necessariamente explorável e rentável economicamente.

No capitalismo, um dos fatores que possibilitam essa ocupação imaterial e simbólica do território é o tipo de recurso que está disponível para consumo humano, isto é, que dependem da procura do mercado consumidor e tem reflexo direto no valor do produto demandado pela sociedade (SILVA, 2012).

Isto se torna, noutras palavras, o capitalismo empregado de forma a dominar o território pesqueiro e transforma direta e indiretamente o pescador inicialmente artesanal em pescador comercial pela necessidade de lucro e exploração do meio ambiente. Isto é observado atualmente em comunidades ribeirinhas da Amazônia, sobretudo naquelas em que a fronteira com outros países facilita a livre comercialização do pescado, o que possibilita sua venda mais rápida por ter mercado de exportação, principalmente espécies de grandes bagres.

As particularidades que antes faziam parte somente do território pesqueiro como significação à subsistência familiar, apresenta agora uma questão meramente mercantil. Trata-se da inserção da pesca comercial em pequena escala, se compararmos a incessante pesca marítima no litoral brasileiro e a grande exploração industrial de peixes de água doce, observa-se como o desenvolvimento comercial da pesca, ainda que incipiente em comunidades ribeirinhas pode oferecer mudanças negativas de um lado e positivas de outro, sobretudo no campo social, ambiental, político e econômico local.

Neste cenário, a pesca como atividade constituinte em grande parte do território Amazônico, tornou-se também propiciadora de diversos conflitos pelo uso e apropriação de territórios pesqueiro ²⁷pelo acesso aos recursos nele

²⁶ *Valor econômico*: é a importância atribuída ao território e seus recursos na possibilidade de obtenção de renda para a sua subsistência; está relacionada a qualidade de vida do pescador. Desse modo, os pescadores artesanais devem ter um padrão de renda garantido economicamente para atender seus desígnios de subsistência (SILVA, 2012).

²⁷ Não é à toa que Raffestin (1993) exprime que o território é a cena do poder e o lugar de todas as relações.

presente. Em comunidades ribeirinhas, essa dinâmica marcada por diversos “conflitos” pelo acesso às áreas de uso comum, apresenta como ponto inicial mudanças em escala local de migração e/ou adaptação de pescadores inicialmente de subsistência em comerciais.

Deste modo, a utilização dos ambientes de pesca inicialmente explorado para subsistência da comunidade, passou a sofrer a interferência do que a exploração industrial carrega em sua essência, o que abre portas principalmente para o modo capitalista de exploração²⁸.

Trata-se da dinâmica ambiental em que podemos ver o aparecimento de várias modalidades de pesca na Amazônia, especialmente as de cunho exploratório capitalista que implicaram na diminuição dos estoques de diversas espécies de peixes, sobretudo as mais rentáveis economicamente²⁹.

Atualmente, coexistem seis modalidades de pesca na bacia amazônica: “a pesca de subsistência, a pesca comercial destinada ao abastecimento dos centros urbanos regionais, a pesca comercial destinada aos frigoríficos e a exportação, a pesca em reservatórios, a pesca de espécies ornamentais destinada ao mercado de aquarofilia e a pesca esportiva” (FREITAS & RIVAS, 2006). Essas modalidades contudo, podem subdividir-se e dar origem a outras, de modo a saber detalhadamente que praticam

“uma pesca predominantemente de subsistência, praticada por grupos familiares, pequenas comunidades, subestruturas étnicas e outras estruturas de pequeno porte que buscam a sobrevivência física (1); uma pescaria comercial multiespecífica, destinada ao abastecimento dos centros urbanos regionais e praticada, em geral, por pescadores residentes nesses centros (2); uma pescaria comercial mono-específica, voltada para a exportação e dirigida principalmente à captura de bagres como a piramutaba *Brachyplatystoma vailantii* e o surubim *Pseudoplatystoma filamentosum* (3); uma pesca em reservatórios, resultante da construção de grandes represas para geração de energia elétrica, como Tucuruí e Balbina, que vem sendo desenvolvida por uma nova categoria de pescadores denominados “barrageiros” (4); uma pesca esportiva, que tem como espécie alvo o tucunaré *Cichla sp.* e vem sendo praticada principalmente em rios de águas pretas; e, uma pescaria de espécies ornamentais destinadas, principalmente, à exportação e realizada predominantemente no rio Negro e em seus afluentes (5) (FREITAS e RIVAS, 2006, p, 12).

²⁸ Informação obtida em trabalho de campo.

²⁹ No capitalismo, um dos fatores que possibilitam a ocupação imaterial e simbólica do território é o recurso que está disponível para o consumo humano, isto é, que dependem da procura do mercado consumidor e tem reflexo direto no valor do produto demandado pela sociedade (SILVA, 2012, p. 63).

A modalidade de pesca para subsistência e pesca comercial, neste trabalho especificamente, compõe duas vertentes principais, de modo a saber que no tocante as atividades destinadas à subsistência vê-se “nesta modalidade uma atividade difusa, praticada pelas populações ribeirinhas de toda a Amazônia, sem local específico para desembarque” (FREITAS e RIVAS, 2006).

Pela elevada quantidade de pescado consumido por grande parte dos habitantes da região Norte, a pesca de subsistência “fornece uma ideia da importância social dessa pescaria, que pode representar até 60% de todo o pescado capturado anualmente na região” (FREITAS e RIVAS, 2006, p,14).

Em contrapartida, a pesca comercial monoespecífica³⁰ quando realizada em regiões fronteiriças fortalece o comércio local, pois as espécies-alvo dessa pescaria são siluriformes³¹ de médio e grande porte em que:

“A maioria capturada é exportada para o exterior e para outros estados brasileiros, como a piramutama *Brachyplatystomavillanti*, dourada *B.rousseauxii*, piraíba *B.filamentosum*, surubim *Pseudoplatystoma fasciatum*, caparari *P.tigrinum*, pirarara *Ph ractocephalush emilipteruse*” (FREITAS e RIVAS, 2006).

Nesta dinâmica entre a pesca comercial e de subsistência, se tem além do território pesqueiro conseqüentemente conflituoso, a exaustão das espécies mais capturadas modificam todo o ambiente aquático, o que de certa maneira ameaça as duas modalidades pesqueiras.

Diante disso, torna-se importante destacar as características básicas do recurso pesqueiro, não só como recurso natural renovável, como também de propriedade comum e de acesso livre (exceto o cultivado em tanques). Essa característica do recurso pesqueiro ser um bem público, de propriedade comum e de livre acesso, pode implicar o aparecimento da sobrepesca, o que propicia a exaustão do mesmo (ABDALLAH, 1998).

Considera-se que os recursos pesqueiros são bens públicos, mas a partir do momento em que esses adentram áreas demarcadas territorialmente

³⁰ A pesca monoespecífica assume características industriais na foz do rio Amazonas e artesanais no interior da bacia hidrográfica, principalmente ao longo do eixo Solimões-Amazonas (PAIVA, 2004).

³¹ **Siluriforme** compreende a uma ordem de peixes caracterizados principalmente pela ausência de escamas. Neste grupo encontram-se os mandis, surubins e os bagres.

por indivíduos ou grupo de indivíduos, passam a ser bens privados. Contraditoriamente, quando esses recursos pesqueiros saem dos domínios demarcados passam a ser bens públicos e podem ser capturados por qualquer indivíduo; como preconiza Paiva (2004, p. 93) no capítulo I, art. 4º do código de pesca – “são de domínio público todos os animais e vegetais que se encontrarem nas águas públicas dominicais, de acordo com a definição dos artigos 6º a 11º do código de águas, baixado com o decreto 24.643, de 10 de julho de 1934.

Ainda sob o viés ambiental, com o intuito de amenizar os impactos gerados pela sobrexploração dos recursos naturais, foram criados diversos órgãos governamentais responsáveis por cuidar das questões voltadas ao cuidado e proteção com o meio ambiente, sobretudo o aquático.

Deste modo, foram criadas instruções normativas, manejo, gestão participativa/acordos de pesca e conselhos comunitários como meio de gerir os recursos contando com a participação do estado e da sociedade como tal. Através da criação de programas e ações do governo, foi possível reconhecer territórios e legitimá-los como alternativa para amenizar conflitos pelo acesso as áreas e recursos nele presente, como também conscientizar e instruir populações locais a conservar a ictiofauna.

Após a criação de ações voltadas a solucionar os problemas da pesca, a administração pesqueira buscou incluir os usuários desses recursos nas ações de gerenciamento e conservação do ambiente explorado. Para Santos, Ferreira e Zuanon (2006) essas ações resultam historicamente na aproximação entre o IBAMA e as comunidades ribeirinhas, o que levou à implementação da atividade de “Mediação e Assessoria aos Acordos de pesca” a partir de 1996.

Após o término do projeto “Mediação e Assessoria aos Acordos de pesca” em 1998, o **IARA** (Instituto Amazônico de Manejo Sustentável dos Recursos Ambientais) assumiu as atividades através da parceria que já desenvolvia com o IBAMA desde 1994. A partir disso, tem-se um salto na questão administrativa da pesca, em que os órgãos ambientais cada vez mais, através de programas, contam com a participação de habitantes locais como atores importantes para a manutenção e gerenciamento dos recursos naturais. Isto se tornou um passo à frente das relações entre o estado e os pescadores.

Ao levar-se em consideração o recurso pesqueiro como bem público, torna-se relevante e justificável a interferência do Estado na gestão das

pescarias. Geralmente, as funções da administração pesqueira no Brasil são: “coletar e avaliar fatos relativos aos recursos pesqueiros; propiciar informações ao público; proteger e melhorar os ambientes aquáticos; construção e manutenção da infraestrutura pesqueira; assistência econômica e social aos pescadores; regulação das pescas, dentre outras” (PAIVA, 2004, p. 4 e 5).

Normalmente, essas funções são exercidas pelo poder estatal em consonância com os atores envolvidos, visto que, se torna importante saber a realidade local para melhor gerenciar e administrar atividades que envolvem a pesca.

Deste modo, a criação da gestão participativa (ou cogestão) da pesca na região é conhecida localmente sob a designação geral de “acordos de pesca”. Eles são gerados e reconhecidos por algumas comunidades amazônicas e valem para lagos selecionados. São uma importante ferramenta para controlar o acesso irregular e a conseqüente degradação do recurso. Acordos são um passo na direção de alcançar um meio-termo entre os interesses individuais e coletivos, gerando benefícios em ambas as dimensões (OVIEDO; BURSZTYN; DRUMMOND, 2015).

Desde 1997, tem-se implementado a formulação dos Acordos de Pesca dentro da Gestão Participativa do Governo Federal através do IBAMA, baseados no documento intitulado "Administração Participativa: Um Desafio à Gestão Ambiental" (SANTOS; FERREIRA; ZUANON, 2006), que formula um novo conceito de gestão e consiste em critérios que orientam as discussões desses acordos e torna-os passíveis de legalização através de portarias de pesca complementar à legislação pesqueira vigente. Além deste documento, tem-se ainda o instrumento Normativo nº 19/2001 que normatiza os procedimentos dos Agentes Ambientais Voluntários às ações de fiscalização, contemplando assim, a gestão participativa indispensável para garantir o uso sustentável dos recursos naturais (CERDEIRA, 2002).

Para Almeida (2006), os acordos de pesca foram criados, principalmente, para a mediação de fiscalização das normas voltadas à sustentabilidade dos recursos pesqueiros entre o poder público e os usuários locais, assim, ambos se consubstanciam como responsáveis pelo andamento da gestão dos recursos e pela tomada de decisões. Os acordos de pesca constituem alternativas de manejo que têm por objetivo garantir o aumento ou

equilíbrio da ictiofauna, o que conseqüentemente fortalecerá a produtividade pesqueira, renda e contribuir com o uso sustentável dos recursos naturais se for realizado conscientemente.

Um problema correlato reside na dificuldade de conseguir representatividade no processo de definição e aprovação de acordos. Normalmente, indivíduos interessados iniciam o processo e depois envolvem membros das comunidades vizinhas. Eventualmente se produz um documento mutuamente aceitável, mas os adversários e os não participantes tendem a não reconhecer o acordo.

Se os pescadores de orientação comercial são os adversários, os acordos ficam fatalmente comprometidos desde o início (OVIEDO, BURSZTYN & DRUMMOND, 2015). Para resolver os problemas da base organizacional e da representatividade, o Projeto Várzea (PRÓVARZEA) focou primeiro na criação de conselhos intercomunitários para os principais sistemas de lagos. Os conselhos são compostos por representantes de todas as comunidades que compartilham o mesmo sistema de lagos (BENATTI, MCGRATH e OLIVEIRA, 2000 a 2003).

Na análise da realidade local, o Estado como um dos responsáveis pelo uso e ordenamento dos territórios pesqueiros, busca alternativas para melhor administrar e oferecer sustentabilidade a estes ambientes. Atualmente, a prática de manejo dos lagos conta com a participação dos usuários e do poder público, que dividem a responsabilidade e a autoridade em prol da conservação da ictiofauna.

Esta divisão de responsabilidade e autoridade entre eles é denominado “co-manejo pesqueiro” que segundo Pomeroy e Williams (1994) *apud* Freitas *et. al.* (2007), “pode ser definido como a divisão de responsabilidade e autoridade entre o governo e os pescadores locais visando o manejo de uma pescaria” como instrumento atual, principalmente após a “crise das pescarias, decorrente da sobrepesca, em que se evidencia a crescente necessidade de adoção de medidas de ordenamento pesqueiro eficientes” (FAO, 1995, p. 45).

Portanto, nessa dinâmica em que o meio ambiente e o social (homem) mantêm relações estritamente contínuas, é necessário pensar em práticas e alternativas que possam contribuir para o equilíbrio do todo, assim, atualmente defende-se o co-manejo pesqueiro como melhor alternativa para solucionar

problemas da ictiofauna de ambientes de lagos selecionados, normalmente utilizados por uma ou mais comunidades ribeirinhas.

Torna-se necessário, para tanto, organização de tudo que envolve o ambiente manejado, a população que faz uso do recurso, apoio governamental para a legislação fluir, medidas educativas para os usuários, alternativas de controle e fiscalização, etc. de modo a somar o apoio dos usuários ao governo para obtenção de resultados positivos. A divisão de responsabilidades, no primeiro momento, conta com a participação dos usuários por tornarem público a realidade e o problema que vivem ao buscar ajuda e denunciar; no segundo momento, por acreditar e praticar as alternativas de ajuda que o estado oferece.

O papel do estado surge após o conhecimento da realidade, ao passo que, oferece suporte através de medidas conservacionistas indicadas por órgãos competentes, e também pela fiscalização e total apoio ao andamento e eficácia da medida implementada.

III – A atividade pesqueira comercial no Alto-Solimões/Amazonas

A Região Norte, precisamente a Amazônia, continuamente é alvo de debates acerca do desenvolvimento econômico, ambiental e social que a distancia do restante do país. As políticas públicas implementadas pelo Estado estão direcionadas a ocupar e fornecer subsídios para a ampliação econômica regional, que andam a passos lentos se levarmos em consideração a disparidade com as regiões mais avançadas do país.

Contraditório a isto, há políticas públicas voltadas a conservar ambientes em que a natureza ainda tem representatividade, como a criação de parques e reservas naturais destinadas à conservação da natureza, sobretudo em países de Terceiro Mundo como o Brasil.

A concepção dessas áreas protegidas provém do século passado, tendo sido criadas primeiramente nos Estados Unidos, a fim de proteger a *vida selvagem (wilderness)* ameaçada, segundo seus criadores, pela civilização urbano-industrial, destruidora da natureza (DIEGUES, 2001, p. 12). A implementação de ilhas preservadas no Brasil parece um tanto distante do que se fez nos Estados Unidos, ora pois, a dinâmica social, ecológica e cultural vivida

aqui é distinta se levarmos em consideração a presença de populações ribeirinhas, indígenas, de pescadores etc., em áreas que supostamente seriam “preservadas” do contato humano. As populações locais, na sua maioria, desenvolvem ações de conservação da natureza, umas com apoio do Governo, outras por iniciativa própria, de modo a prolongar e gerir os recursos naturais que lhes são úteis à sobrevivência.

Neste sentido, alternativas conservacionistas surgem no interesse de prolongar o contato existente entre comunidades tradicionais e a natureza de modo a capacitar e conscientizar os usuários a desenvolver técnicas de conservação dos recursos, este é um ponto relevante a considerar.

Na imaginação, ainda se enxerga comunidades a desenvolver hábitos não muito “nocivos” à natureza, porém, quanto mais se aprofunda em conhecer e estudar comunidades tradicionais percebe-se como a influência e o poder capitalista tem modificado a perspectiva de vida desses povos e torna-os especialistas na arte de explorar incansavelmente o ambiente natural que os rodeia. Isto se observa no fracasso de medidas implementadas a conservar áreas sobrexploradas, na medida em que, a eficácia do que se propõe dependeria majoritariamente dos usuários (MINTZ, 2009, p. 230).

A atividade pesqueira representa culturalmente a vida singular dos ribeirinhos como principal fonte de proteína animal para consumo próprio. Há muito, a pesca na Amazônia brasileira deixou de ser desempenhada para suprir necessidades básicas de subsistência familiar em comunidades tradicionais, o que inclui cada vez mais a modalidade de caráter comercial.

Referente a isto, sabe-se que “as atividades da pesca de subsistência e comercial em diversos ambientes aquáticos, sobretudo nos rios e lagos, é uma atividade extrativa que movimentava cerca de 285 milhões de dólares como renda bruta” (PETRERE, 1985, p, 10), por tais motivos ela passou a ser entendida como atividade importante para a manutenção de comunidades ribeirinhas e como um dos principais recursos economicamente rentáveis para a região.

Nos centros urbanos, a venda de peixe seco salgado dominou por um longo período o comércio de pescados quando a energia elétrica e equipamentos de captura ainda não proporcionavam base para a venda do peixe fresco. “A expansão e a intensificação da pesca comercial, nos últimos 40 anos, acabaram por transformar a tecnologia empregada na produção, e também por mudar os

tipos de produtos pesqueiros e as características do pescador comercial” (ALMEIDA, 2006, p. 17). Isto foi um grande passo para o desenvolvimento do setor pesqueiro na região, o que acarretou também mudanças positivas e negativas para pescadores de subsistência e comerciais.

Quanto aos pescadores de subsistência, observa-se que a dinâmica de vida foi modificada negativamente pela disputa cada vez mais frequente pela captura de pescados, e também pela decadência da fatura outrora abundante, o que tem instigado a crescente procura por demarcar áreas de pesca em busca de proteger ambientes sobrexplorados. Positivamente tem-se encontrado a comodidade de equipamentos tecnológicos que ajudam na captura e deslocamento a áreas que antes fazia-se a remo, como também na própria armazenagem do peixe que passou a diminuir a necessidade de pescar todos os dias.

Para pescadores comerciais, as disputas pelo acesso aos recursos aparecem como ponto negativo por originarem conflitos entre categorias que comercializam e as que utilizam para subsistência. As disputas chegam a resultar em violência e grave ameaça, o que faz com que o ambiente de pesca seja um espaço marcado por conflitos recorrentes. Como ponto positivo, vemos a “expansão do mercado da pesca” que tem trazido renda para inúmeras famílias que vivem basicamente da atividade. A expansão do mercado tem possibilitado que a produção do pescado tenha destino rápido.

Por meio de políticas públicas e projetos de infraestrutura implementadas pelo governo brasileiro, nos últimos quarenta anos, como meio de desenvolver e integrar economicamente a região amazônica ao restante do país, o setor pesqueiro também passou por modificações. “Nesse período, o setor pesqueiro foi transformado pela introdução de novas tecnologias, como o motor a diesel, as redes de fibra sintética, o gelo e a tecnologia de armazenagem” (ALMEIDA, 2006, p. 17).

Isto foi um importante passo no desenvolvimento do setor pesqueiro, melhorou com isso desde as técnicas empregas na pesca como a questão de armazenagem, de modo a evidenciar que “essas inovações possibilitaram viagens de longa distância, maior capacidade de captura e armazenagem de peixe, o qual passou, então, a ser comercializado fresco nos mercados urbanos” (ALMEIDA, 2006, p. 18).

Tais mudanças ocorridas durante os últimos quarenta anos no Brasil, referente à atividade pesqueira, impulsionaram a exploração do setor pesqueiro na Amazônia ao passo que, a pesca deixou de ser uma atividade meramente sazonal voltada a produzir e comercializar peixe seco salgado para a população mais próxima durante um determinado período do ano; migrou para atividades anuais de produção, em que o peixe fresco e congelado é farto durante o ano inteiro e comercializado em centros urbanos próximos, inclusive exportado para outros estados e exterior do Brasil. “Durante as décadas de 1970 e 1980, houve, então, uma grande expansão da pesca comercial, e hoje, os pescadores comerciais viajam muitos quilômetros dos centros urbanos até as principais áreas de pesca, de modo que toda a bacia passou a ser explorada” (ALMEIDA, 2006, p. 18).

A pesca como atividade produtiva está presente nas discussões geográficas, como base, seus estudos apresentam dinâmicas tecidas entre essa ciência e a realidade vivida por milhares de caboclos, ribeirinhos, caiçaras, pescadores que desenvolvem seus modos de vida conectados a imagem das águas. Nesta vivência, estabelecem espaços, territórios, culturas e biomas diversificados que conduzem a vida num cotidiano intimamente regido pelos ciclos hidrológicos, de modo a pensar que os trabalhadores da pesca estão sempre a esperar e atentos aos desafios que a natureza indomável das águas proporciona.

Manaus concentra um dos maiores pólos de comercialização pesqueira na região Norte do Brasil, recebe desembarque de pescado de diversos locais da região (RUFINO, 2005). Com tal realidade, percebe-se a grande produção realizada por pescadores comerciais destinadas a abastecer o mercado manauara. Em número menor aparece a produção de pequena escala realizada por pescadores artesanais de comunidades ribeirinhas que destinam seu trabalho a abastecer os centros urbanos mais próximos.

Na realidade investigada na cidade de Tabatinga, observou-se a pesca comercial destinada à comercialização na própria região e, eventualmente, para outros países como Peru e Colômbia pela proximidade territorial e por haver livre comércio entre as cidades que formam a tríplice fronteira. Na modalidade comercial de pequena escala operam barcos regionais simples, como canoas e barcos de madeiras de pequeno e médio porte (SANTOS, 2006).

O pescado é vendido principalmente em Tabatinga e Letícia, como também é exportado para outras capitais nacionais e internacionais. Para o Provárzea (2005), a comercialização em Tabatinga é realizada principalmente no mercado municipal e nas canoas na margem do rio (área do porto da cidade), intermediada por feirantes, que podem aviar pescadores. A Figura 20 a seguir mostra a comercialização realizada por pescadores (e aviadores) ainda na canoa;



Figura 19 - Venda de peixe realizada em canoas no porto de Tabatinga – AM.
Fonte: PAIVA, Erlainy. Agosto, 2018

A Figura 21 mostra a comercialização do pescado realizado na própria canoa no porto fluvial de Tabatinga. Esta é uma prática muito realizada por pescadores que não tem espaço no mercado municipal para comercializar seu produto diretamente ao consumidor.



Figura 20- Peixe fresco à venda em canoa no porto de Tabatinga- AM.
Fonte: PAIVA, Erlainy. Agosto, 2018

Na figura 22 observamos a comercialização do pescado realizado por uma mulher próximo à rua de acesso ao porto fluvial de Tabatinga. De acordo com informação dada, o peixe foi aviado de pescadores no meio do Rio Solimões.



Figura 21 - Feirante no porto de Tabatinga – AM
Fonte: PAIVA, Erlainy. Agosto, 2018

Cabe ressaltar que na maioria das vezes os próprios pescadores ficam nesses pontos para vender o pescado. Isso ocorre principalmente quando não há aviador que revenda sua “mercadoria”, ou, pelo preço baixo que esses querem pagar. A venda direta nos pontos comerciais, sem passar por aviadores, garante um lucro maior, realidade que tem levado os pescadores a escoar sua própria produção. Em contrapartida, quando “o tempo é curto” e ficar em Tabatinga gera um custo a mais, os pescadores buscam vender sua produção para aviadores.

Tabatinga e Leticia possuem o comércio de peixe bastante interligado, pois grande parte do pescado abastece as duas cidades; isso implica a comercialização do pescado uma relação econômica entre elas, geram lucro e suprem as necessidades do mercado consumidor. É neste sentido que a pesca comercial influi diretamente na vida dos pescadores. Segundo Batista *et. al.* (2004) *apud* Rapozo (2010):

O quadro social que se observa dentre as comunidades pesqueiras da Amazônia está marcado pelo o endividamento e exploração da força de trabalho dos grupos locais, transformações socioculturais destes, mediante a introdução de novas técnicas e métodos na pesca, aumento do esforço de pesca nos rios e lagos da região, bem como dos conflitos sociais, e pode ser considerado como resultante da intensificação da pesca comercial (p,16).

Ao considerarmos a transformação social ocorrida, vemos a necessidade que esses grupos têm de interagir com o crescente mundo globalizado, de modo que a pesca antes exercida somente para alimentação passou a representar um modo de sobrevivência perante a sociedade capitalista atual. O esforço diariamente exercido na pesca serve para que se obtenha renda através da comercialização do pescado no mercado municipal de Tabatinga.

A venda dos “frutos da pesca” gera renda e possibilita o pescador ribeirinho comprar produtos básicos, como por exemplo, comidas industrializadas (frango congelado, macarrão, pão), vestuário, materiais escolares, gasolina ou diesel para usar no rabeta, materiais de limpeza e higiene pessoal, remédios e eletrodomésticos.

Assim, o ato exploratório de trabalho na pesca comercial visa à obtenção de lucro pela necessidade vivida pelo pescador em usar e comprar mercadorias e produtos industrializados nos centros urbanos, pois na sua comunidade ele não poderia produzir ou comprar.



Figura 23 - Venda de pacú (*Piaractus mesopotamicus*) e tucunaré (*Cichla sp*) no mercado municipal de Tabatinga – AM
Fonte: PAIVA, Erlainy. Agosto, 2018



Figura 24 - Venda de tucunaré (*Cichla sp*) e carauçu (*Astronotus ocellatus*) no mercado de Letícia – CO
Fonte: PAIVA, Erlainy. Agosto, 2018

As Figuras 23 e 24 mostram algumas das espécies de peixe escamosos mais vendidos no mercado municipal de Tabatinga no período da seca fluvial, de acordo com a época é possível encontrar as mais variadas espécies em comercialização, sabidamente a seca representa época de fartura na pesca e a cheia como escassez. Na região, os de escama são preferência dos consumidores locais; destacados como espécies responsáveis pelo crescimento do mercado e economia local. Restaurantes locais também são compradores em destaque dessas espécies pela procura de turistas em saborear peixes de água doce.

Em Letícia, as espécies mais apreciadas correspondem aos peixes “lisos” ou “de couro”, como são conhecidos regionalmente aquelas desprovidas de escamas ou revestidos de placas ósseas como os teleósteos e siluriformes. Sua exportação é para a capital da Colômbia, Bogotá, o que impulsiona a intensa demanda de pescarias realizadas em busca dessas espécies, o que significa a venda quase certa aos grandes frigoríficos de exportação localizados em Letícia.

A Figura 25 a seguir mostra dois tipos de peixes altamente apreciados na Colômbia, comercializados no mercado municipal de Tabatinga.



Figura 22 - Venda de surubim (*Pseudoplatystoma corruscans*) e caparari (*Pseudoplatystoma tigrinum*) no mercado municipal de Tabatinga –AM
Fonte: PAIVA, Erlainy. Agosto, 2018

Na tentativa de entender a realidade sobre o costume ou preferência pelo comércio de dadas espécies, pode-se constatar que há divisões quantitativas entre os peixes que são exportados e o que são comercializados regionalmente; assim, em pesquisas realizadas em Agosto de 2018 com pescadores comerciais da cidade de Tabatinga e Letícia, os dados apontam que a maioria das espécies escamosas (jaraqui, tucunaré, pescada, matrinxã, dourada, tambaqui, pirarucu, sardinha, branquinha, pacu e aruanã) são vendidas regionalmente nos mercados das duas cidades, enquanto os de couro (pirarara, caparari, pintado e surubim) são encaminhados clandestinamente para frigoríficos colombianos e posteriormente encaminhados para Bogotá. Dos dez entrevistados no porto de Tabatinga (gráfico 01), teremos o quantitativo em porcentagem de:

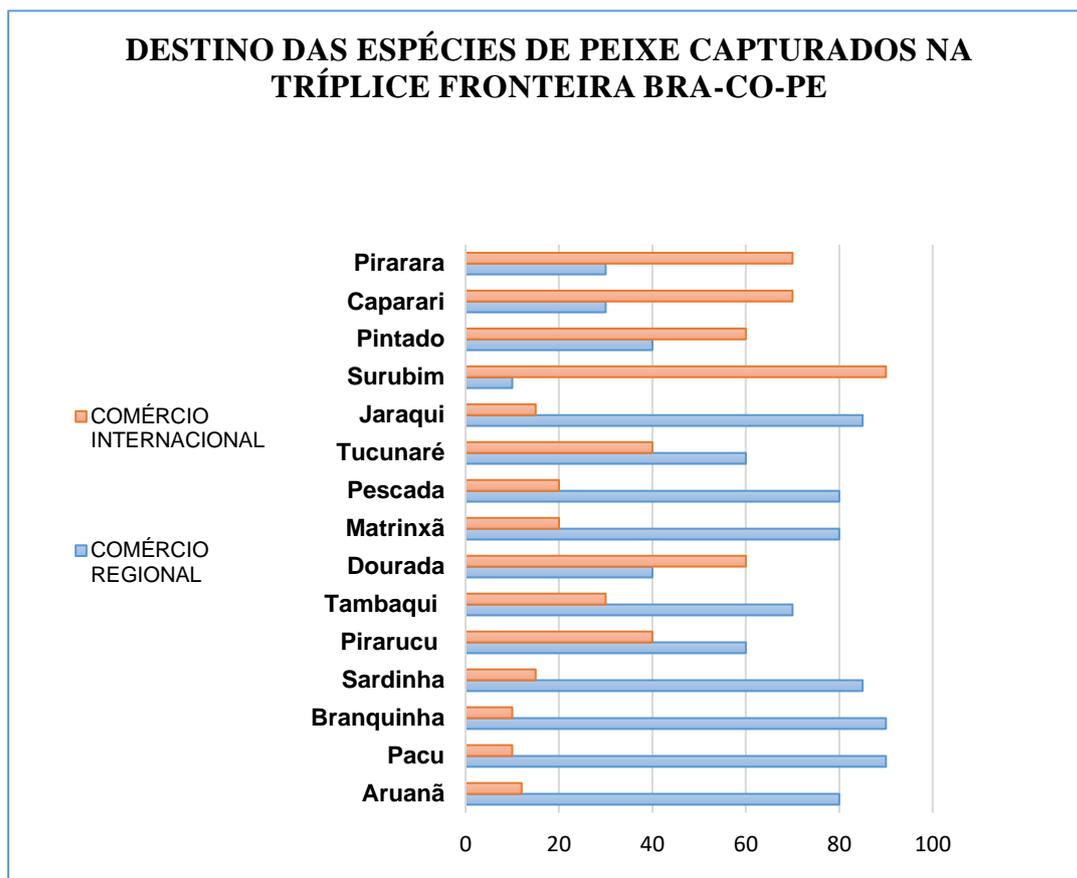


Gráfico 01 - Destino das espécies capturadas na Tríplice Fronteira (2018).
Fonte: Organizado pela autora, 2018

Os principais motivos para exportação de peixes lisos são em decorrência de cinco fatores: tamanho grande, maior valor no mercado, sabor, muita procura do mercado consumidor internacional e rejeição da população local por estas espécies. O destaque para exportação do surubim (*Pseudoplatystoma fasciatum*) para o mercado consumidor de Bogotá apresenta o maior quantitativo nas pesquisas realizadas devido à grande aceitação dos consumidores, o que faz com que seja a mais capturada para exportação.

Como demonstrado nos dados do gráfico, as espécies escamosas são consumidas majoritariamente na região e não possuem grande influência para exportação, sobretudo, espécies de pequeno porte como branquinha (*Potamorhina altamazonica*), pacu (*Piaractus mesopotamicus*) e jaraqui (*Semaprochilodus taeniurus*).

Cabe destaque, como mostra o gráfico acima, para o tambaqui (*Colossoma macropomum*) e o pirarucu (*Arapaima gigas*) como aquelas

destinadas em grande quantidade tanto para o mercado consumidor regional como internacional, de modo que essas espécies atualmente são ameaçadas de extinção.

Esses dados, são importantes para entendermos o processo pelo qual a Tríplice Fronteira dinamiza na questão pesqueira local e apresenta variados atores na atividade da pesca, desde pescadores comerciais, de subsistência, os que vivem na cidade ou em comunidades, de modo a oferecer territórios cada vez mais disputados pela pluralidade de atores sociais envolvidos.

Portanto, a dinâmica que a atividade pesqueira cria no contexto social e econômico na região amazônica, em especial as cidades de Tabatinga e Letícia, não é algo novo, mas, ainda hoje é visto como algo em vias de desenvolvimento, pois se deve levar em conta que essas atividades se incorporam no cenário mundial e geram mercado diversificado. É na perspectiva de novas técnicas de mercado que o crescimento do setor pesqueiro se expande, ele busca mecanismo para atender as demandas que o mercado exige e isso se configura no processo de pescaria para fins comerciais. E é nesse cenário que as duas cidades se inserem, como exportadores e consumidores de peixe em um mercado gigantesco.

SEÇÃO II – A PESCA NA AMAZÔNIA E ESTRATÉGIAS DE CO-MANEJO PESQUEIRO



Eu sou, sou um caboclo da beira do rio Amazonas
Eu sou pescador
Vivo da pesca, meu sustento vem das águas
trabalho com ardor

O pescador
(Ademar Azevedo / Mauricio Filho)

Ainda que as políticas de apoio ao setor pesqueiro não tenham demonstrado tanta eficácia, verifica-se na Amazônia o desenvolvimento desse setor e a conseqüente mudança econômica na região. O crescimento e intensificação da pesca comercial, nos últimos 40 anos, começaram a modificar os modelos tecnológicos empregados nesse tipo de produção, bem como a transformação de apetrechos (antes feitos de modo artesanal) e a própria característica do pescador comercial e de subsistência.

Deste modo, a pesca na Amazônia se apresenta como uma atividade de destaque para a região. Outrora, num passado não muito distante, o setor pesqueiro apresentava-se predominante voltado a subsistência apesar da pesca comercial ter bastante importância nos centros urbanos ao ofertar peixe seco salgado nos mercados regionais.

Nos últimos 40 anos, o governo brasileiro buscou implementar políticas e projetos de infraestrutura voltados para o desenvolvimento e integração econômicos da região amazônica com o resto do país (ALMEIDA, 2006, p. 17). De tal modo, o setor pesqueiro a partir dos últimos quarenta anos passou a contar com interferências e modificações que a introdução de novas tecnologias “revolucionárias”, como as redes de fibra sintética (náilon e fibra de seda), motores a diesel (na região são conhecidos por “pec-pec”), o gelo como principal meio de conservar o peixe e a inovação de armazenagem em caixa de isopor. Na figura 26 a seguir observamos a presença dos equipamentos “inovadores” na canoa de pescadores ribeirinhos de Terezina III;



Figura 23 - Canoa de pesca comercial de pequena escala em comunidade
Fonte: PAIVA, Erlainy. Março, 2016

Na Figura 27, observamos o transporte da “mercadoria” realizada por pescador com equipamentos que permitem maior mobilidade (motor de poupa), conservação (caixa de gelo) e percursos de longa distância que permite o deslocamento da comunidade até à cidade;



Figura 24 - Transporte de pescados em caixas de gelo e pec-pec com destino a cidade de Tabatinga
Fonte: PAIVA, Erlainy. Março, 2016

Com essas inovações, as possibilidades de realização de viagens de longa distância e duração tornaram-se concretas, de modo a permitir capacidade maior no quantitativo de captura e armazenagem, bem como promover então a comercialização do peixe fresco nos comércios.

O costume de consumir peixe como principal proteína alimentar faz parte da alimentação da população amazônica. “Mesmo não nascendo nas proximidades de locais com disponibilidade de acesso direto ao pescado, o contato com este tipo de recurso alimentar acontece com frequência, seja por meio do vendedor de pescado – produtor ou intermediário – ou por atividades interligadas” (PANTOJA, 2014, p. 23).

Com o estímulo de políticas governamentais que aceleraram o processo de migração³² para a Amazônia, a demanda por peixe fresco nos centros

³² Durante os séc. XVII e XVIII a economia amazônica gravitava em torno do extrativismo, reproduziu na região a exploração predatória característica da formação social portuguesa. No século XIX, o apogeu do ciclo da borracha atraiu para a região, migrantes, principalmente nordestinos que, em função da seca (1877) e da concentração fundiária na região Nordeste, viam nestas áreas a possibilidade de possuírem terras. Por outro lado atraiu também grupos estrangeiros que controlavam a comercialização de produtos extrativistas, principalmente da borracha. No entanto, tal ciclo econômico teve uma vida curta, pois os ingleses levaram

urbanos cresceu e conseqüentemente trouxe outras faces da exploração capitalista do então “novo mercado”³³.

A criação de instituições como: Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), Banco da Amazônia S.A. (BASA) e o Fundo para Investimentos Privados no Desenvolvimento da Amazônia (FINDAM), buscavam, sobretudo “modificar o sistema de produção do extrativismo tradicional, ou seja, transformar essa atividade em uma atividade lucrativa, empresarial” (FELZKE, OLIVEIRA e PAULA, 2014, p. 06).

Este período é marcado pela criação dessas instituições destinadas ao desenvolvimento social e principalmente econômico da região Norte do Brasil, ocorreram mudanças na conhecida base produtiva, antes assentada no extrativismo tradicional, destinados a partir de então para, principalmente, produção em larga escala com a desculpa do “integrar para não entregar”. Esta fase de crescimento econômico foi denominada pelo governo de “desenvolvimentista”.

Arelado a essas mudanças, a pesca deixou de ser uma atividade praticada sazonalmente, ficou em segundo plano a produção de peixe seco e salgado destinado à população local, passou a ganhar espaço e ser uma atividade exercida durante o ano todo e girar a produção do peixe congelado e fresco destinado a abastecer mercados locais, regionais, nacionais e internacionais como tem-se sobressaído na cidade de Tabatinga e suas comunidades ribeirinhas de pescadores.

Durante as décadas de 1970 e 1980, houve, então, uma grande expansão da pesca comercial, e hoje, pescadores viajam muitos quilômetros dos centros urbanos até as principais áreas de pesca, de modo que praticamente toda bacia passou a ser explorada³⁴ (ALMEIDA, 2006, p. 18). Tomando como base o choque causado pela modificação e desenvolvimento da pesca

sementes de seringueiras (*Hevea brasiliensis*) para as suas colônias no sudeste asiático. Após este processo, a pesca aparece atualmente como atividade econômica imponente e a Amazônia passou a ser vista cada vez mais como uma região que precisava ser integrada ao grande capital (FELZKE, OLIVEIRA e PAULA, 2014, p. 06).

³³ Paralelo a isto, “o governo concedeu incentivos para a construção de grandes frigoríficos voltados para os mercados de outras regiões brasileiras e para exportação” (ALMEIDA, 2006, p. 17 e 18).

³⁴ Entretanto, poucas estimativas para valorar a pesca tem sido feitas (COWX *et.al.*, 2004).

comercial, teremos a priori, o pescador de subsistência como principal grupo afetado pela expansão desse mercado.

O modo artesanal de pescar em canoas pequenas e próximo à comunidade, desempenhado por pescadores regionais, começou a sofrer interferência do crescimento e presença de barcos comerciais amplos, com capacidade de capturar grandes quantidades, ademais, esses novos atores passaram a invadir e usufruir os lagos de várzea, antes tido como locais utilizados por somente comunitários de subsistência, ora pela proximidade, ora pela fartura.

À medida que o número de barcos aumentava, as comunidades começaram a bloquear o acesso aos lagos, iniciou-se uma série de conflitos entre os pescadores comerciais e os de subsistência (ALMEIDA, 2006, p. 19). No complexo dessas relações criadas pela disputa do território pesqueiro, vê-se inicialmente a existência de conflitos fundamentados pelo fato da proibição de uso e invasão por parte dos pescadores de subsistência aos comerciais, contudo, realizada de modo voluntário e não amparados por lei no primeiro momento.

Pela frequência de invasões ocorridas neste período e a conflituosa disputa pelos recursos pesqueiro, “durante a década de 1990, as organizações locais e a Colônia de pescadores pressionaram o governo para desenvolver uma nova legislação que concedesse as comunidades o direito de regulamentar os acessos aos seus recursos” (MCGRATH *et.al.*, 2003).

Assim, “em 1998, o Governo Federal decretou uma lei permitindo que as comunidades implementassem os acordos de pesca (essa lei foi inicialmente uma medida provisória, convertida para Instrução Normativa em 2003)” (ALMEIDA, 2006, p. 19). A partir da legislação vigente nos acordos de pesca, as comunidades ribeirinhas da Amazônia passaram a controlar os recursos pesqueiros locais com mais autonomia e contar com o auxílio legal.

A legalidade outrora ausente e atualmente presente através da Instrução Normativa de 2003 implementada pelo Governo Federal, trouxe possibilidades para que o manejo comunitário consentisse em um sistema formal, com leis específicas voltadas ao recurso pesqueiro local, reconhecido por pescadores de fora das comunidades e sobretudo: apresenta-se como lei constituída e amparada pelo Estado.

Através desses avanços, pode-se pensar no desenvolvimento do primeiro sistema de co-manejo comunitário brasileiro, regulamentado sob a divisão de responsabilidade e gestão dos recursos pesqueiros entre o Governo e comunidades locais. “As comunidades têm adotado sistemas de co-manejo de forma independente, elaborados a partir das discussões do grupo envolvido, e, como consequência, cada acordo de pesca é, geralmente, diferente do outro” (ALMEIDA, 2006, p. 19). Isso normalmente ocorre pela diversidade contida nos ambientes pesqueiros que considera, por meio dessa medida, a realidade local e não regras contidas de modo a gerenciar os recursos pesqueiros de forma igual na Amazônia.

A independência dos grupos envolvidos ao criarem as regras do acordo de pesca, apresenta-se como uma ideia inovadora, cheia de possibilidades, contudo não funcionam totalmente, pois trata-se de um processo dinâmico que envolve diversos fatores e atores sociais, políticos e ambientais.

Por exemplo, “o Baixo Amazonas é a região em que o sistema se encontra mais consolidado, embora outras áreas, inclusive na Amazônia de países vizinhos, apresentem um sistema de co-manejo bastante desenvolvido” (ALMEIDA, 2006, p. 19). São vários fatores que colaboram para a fluidez do projeto, desde políticas bem implementadas, criação de regras que possibilitem a resolução de problemas, conhecimento da área a ser manejada, ajuda mútua entre os usuários, respeito as regras e sobretudo apoio governamental para que haja com frequência monitoramento do andamento do projeto.

É difícil determinar o nível de implementação efetiva das regras dos acordos de pesca, assim como é difícil prever o impacto que tais acordos podem ocasionar a produtividade pesqueira (ALMEIDA, 2006, p. 20). Como dito, a imprevisibilidade da produtividade gerada pelo projeto não conta apenas com fatores sociais, ou seja, o fato da introdução das regras de conservação dos estoques não garante o sucesso esperado, pois é necessário contar ainda com os fatores ambientais existentes nos lagos manejados, como por exemplo a migração dos peixes.

Portanto, em tal contexto, pode-se concluir que o sistema de manejo implementado de forma a trazer sustentabilidade aos ambientes aquáticos afeta tanto a vida de pescadores comerciais como os de subsistência. Neste cenário, traduz-se que as propostas de conservação dos ambientes aquáticos criados

pelo governo em parcerias com os atores sociais envolvidos servem como medida de sustentabilidade, em vista recuperar áreas em desequilíbrio pela sobrepesca. Neste primeiro momento, as estratégias de co-manejo aparecem como a melhor alternativa até então utilizada para a sustentabilidade da pesca em comunidades ribeirinhas da Amazônia.

I – Territórios Pesqueiros na Amazônia

Cada sociedade historicamente carrega em suas características processos de relações de poder, dominação e disputas por espaços que representam ou poderão representar a construção de sua cultura. Ao avaliarmos o conceito de território nos estudos sobre pesca Silva (2012, p. 15) enfatiza que o território poder ser considerado como um espaço natural ou humanizado, onde ocorre uma delimitação qualquer, com um uso ou múltiplos usos que implicam uma manifestação de poder que gera ou não conflitos entre os personagens que vivem ou que se apropriam subjetivamente e efetivamente desse espaço.

Deste modo, a Amazônia e seus múltiplos territórios manifestam a problemática apropriação do espaço por diversos atores, que com o passar dos anos, tem se tornado frequente quando pensamos nas disputas territoriais e os conflitos gerados entre grupos de pescadores. Nesta concepção, é válido a noção de que na diversidade intimamente ligada a esses grupos tem-se interesses na exploração dos recursos pesqueiros, seja em pequena ou grande escala.

Pensar em território como categoria de análise para se estudar a estruturação do espaço apropriado remete à ideia de que a projeção das ações que determinados atores empregam no espaço é derivada da forma como esses grupos buscam a produção espacial (RAFFESTIN, 1993, p. 15). Esta produção é vista na apropriação e utilização dos recursos da natureza com o intuito de suprir necessidades humanamente fundamentais para sobrevivência, acrescidas, sobretudo, após a inserção capitalista na sociedade local.

Esses territórios, também conhecidos como “pesqueiros”, são espaços em que são realizados a extração dos recursos por indivíduos associados a uma colônia de pesca, ou não. “A colônia de pesca apresenta-se como a organização

social que determina a normatização dessa extração, conseqüentemente, desse território, a fim de promover um uso racional dos recursos, partindo do preceito de sustentabilidade que envolve atualmente a discussão ambiental” (SILVA, 2012, p.16).

O conceito de sustentabilidade, nesse contexto pode ser compreendido como “o nível de utilização de recursos que permita a manutenção de atividades indefinidamente, sem degradar o estoque de capital, incluindo o estoque de capital natural” (ALEGRETTI, 1994, p. 18). Ao trazer questões de sustentabilidade para comunidades ribeirinhas, veremos que a ocupação do território tem abandonado, ou não apresenta preocupação, quanto a intenção de conservação dos recursos pesqueiros, uma vez que, a necessidade principal está voltada a manter relações de poder, ocupação, exploração e não de cuidado com a natureza.

A preocupação e cuidado com a natureza aparece em segundo plano, isto pode ser visto com a mercantilização dos recursos naturais e os conflitos gerados pelo uso dos territórios produtivos, sobretudo os pesqueiros. Assim, frente as disputas territoriais nessas áreas, principalmente entre as categorias de pescador comercial e de subsistência vemos como as finalidades da atividade para esses grupos pode modificar o equilíbrio dos recursos pesqueiros em disputa. Essas comunidades ribeirinhas, que tem como principal fonte de subsistência a pesca buscam, conseqüentemente, obter a reestruturação do espaço através da delimitação dos seus territórios.

Claude Raffestin (1993), importante teórico da geografia política deixa evidente que falar em território é fazer uma referência implícita a noção de limite (de espaço político) que, mesmo não traçado, exprime a relação que um grupo mantém com uma porção do espaço (RAFFESTIN, 1993, p. 44). Outro ponto importante acerca de território é entender que a estrutura do grupo humano e suas acepções relativas a ele são capazes de contribuir para a repartição e o ordenamento desses espaços.

É preciso compreender também “o princípio da territorialização do espaço que impõe o intuito de gerir não só a apropriação do território, mas também determinar as ações societais que surgiram por conta da apropriação dos recursos existentes no território” (SILVA, 2012, p. 23). Inegavelmente, os

conflitos existentes nada mais são do que a disputa pela apropriação dos recursos pesqueiros presentes nos lagos.

Nessa concepção, os conflitos não são gerados pela vontade em “apropriar-se da comunidade”, não nesse caso. As disputas ocorrem pela apropriação dos recursos pesqueiros existentes nos lagos que “são da comunidade”. Os recursos ali presentes, de um modo ou de outro, apresentam-se como mercadoria na exploração do capital e por isso há competitividades. Os pescadores artesanais, assim como os comerciais, não buscam aleatoriamente os recursos em qualquer território pois na pesca há locais específicos para explorar, reconhecidos por haver maior fartura e os lagos são exemplo disso.

Essa afirmação, comprovada com pesquisa de campo, demonstra que os recursos pesqueiros estão territorialmente localizados, porém com uma certa mobilidade e encontra-se em manchas (SILVA, 2012, p. 31). Assim, os *pesqueiros*, como são reconhecidos pelos pescadores, são locais onde determinadas espécies são encontradas, pois pela variabilidade de ambientes aquáticos presentes³⁵, temos espécies específicas de cada ambiente,

Os lagos das planícies aluviais do sistema Solimões- Amazonas abrigam assembleias de peixes com alta riqueza, com espécies de variados tamanhos e formas, cuja estratégia de sobrevivência é governada pela contínua interação da geomorfologia com a hidrologia. Além disso, em razão de sua elevada produtividade primária, tais ambientes são propícios ao desenvolvimento de estoques pesqueiros abundantes. (SOARES, *et.al*, 2008, p, 45).

São características marcantes do recurso pesqueiro o ambiente em que este vive e se reproduz. Deste modo, observamos que os *pesqueiros* oferecem espécies distintas, caberá ao pescador escolher a área que na sua concepção oferece o alvo desejado. Os ambientes diferenciados de lagos e rios apresentam assim espécies diferentes pela composição da propriedade química e cor da água, como também os níveis de subida e descida dessas que moldam a adaptação seres aquáticos. Apresentamos a seguir algumas das espécies que

³⁵ Somada aos rios de grande porte, há uma infinidade de rios e igarapés de diversos tamanhos com águas de diferentes cores e propriedades químicas, uma extensa área sazonalmente alagada, um sem número de lagos de todos os tipos e formas, grandes e pequenos, conectados entre si ou não, todos dependentes do regime de águas da região.

vivem principalmente em águas calmas como lagos e aquelas que vivem especialmente em águas agitadas como rios:



PIRARUCU (*Arapaima gigas*)

Habita os lagos de rios de águas pretas, claras e, principalmente, brancas. A reprodução ocorre entre o final da seca (dezembro) e a enchente (maio), em ambientes de águas tranqüilas, com pouca ou nenhuma correnteza, especialmente nos lagos, em substratos parcialmente limpos, livres de plantas (Flores, 1980; Godinho et al. 2005)

É bastante consumido pela população ribeirinha, sendo comercializado fresco e seco nos mercados e feiras da região (Ruffino et al., 2006).



TAMBAQUI (*Colossoma macropomum*)

Abundante nos lagos de rios de águas brancas, claras e pretas. Espécie de hábito diurno, migradora, desova total e fecundação externa, na vazante (setembro), forma cardumes para desovarem áreas de pausadas ou vegetação marginal nos rios de águas brancas (Flores, 1980; Godinho et al. 2005).

É muito apreciado pela população ribeirinha e amplamente comercializado nos mercados e feiras da região (Ruffino et al., 2006).



CURIMATÃ (*Prochilodus nigricans*)

Habita os paranás, lagos e rios de águas brancas, claras e pretas. Espécie migradora, desova total e fecundação externa, na vazante forma grandes cardumes que se deslocam em direção ao encontro dos rios de águas brancas e pretas para desovar. Depois da desova retornam às áreas alagadas para se alimentar (Flores, 1980; Godinho et al. 2005).

É muito apreciada pela população ribeirinha. Apresenta grande importância na pesca comercial e de subsistência, sendo uma das cinco principais espécies comercializadas nos mercados e feiras da região (Ruffino et al., 2006).

Figura 25 – Principais Espécies encontradas em lagos (peixes de escama);
Fonte: adaptação de referências bibliográficas.

PIRAMUTABA (*Brachyplatystoma vaillanti*)



Habita a calha do rio Solimões-Amazonas e demais tributários de águas brancas, raramente é encontrada em lagos de várzea, floresta alagadae nos tributários de águas claras e pretas. migradora, desova total, fecundação externa, percorre longas distâncias rio acima para desovar nas águas turvas dos rios de águas brancas (Barthem, 1990; Barthem & Goulding, 1997).

Piramutaba é consumida pelas populações ribeirinhas e comercializada nos mercados da região, além de ser beneficiada nos frigoríficos e exportada para outros estados e países. É muito explorada na pesca comercial por sua carne saborosa e de boa qualidade nutricional (Barthem & Goulding, 1997).

PIRARARA (*Phractocephalus hemiliopterus*)



Comum em corredeiras de rios de águas brancas, claras e pretas. Espécie de hábito diurno, desova total, fecundação externa, migradora, pode percorrer grandes distâncias rio acima para desovar. (Barthem & Goulding, 1997).

Pirarara é muito apreciada pelas populações locais. Exemplos jovens são comercializados como peixe ornamental por apresentar vistoso padrão de coloração (Barthem & Goulding, 1997).

BRAÇO DE MOÇA (*Hemisorubim platyrhynchos*)



Habita principalmente o fundo dos paranás e rios de águas brancas e claras, mas eventualmente ocorre nos lagos de várzea. Espécie de hábito noturno, desova total que, provavelmente ocorre no início da enchente (Ferreira, 1993)

Braço-de-moça é um peixe relativamente raro nas pescarias. Não é comercializado nos mercados da região, mas faz parte da dieta da população ribeirinha (Ruffino et al., 2006).

Figura 26 - Principais espécies encontradas no rio (peixes lisos)

Fonte: adaptação de referências bibliográficas.

Ao sabermos da especificidade de cada espécie e seu ambiente, as atividades de captura passam a ocorrer em locais determinados, ou seja, se a finalidade é obter peixes de escamas, como os representados acima, pelo conhecimento empírico serão colocadas armadilhas em lagos pois as chances de obtê-los serão maiores do que nas áreas onde a predominância desses alvos são raros. A importância de se conhecer o habitat contribui para pescarias rentáveis. O conhecimento empírico das áreas que predominam cada espécie direciona o pescador comercial a explorar com mais intensidade esses espaços.

Nesta perspectiva, em pesquisas realizadas sobre a importância econômica de algumas das espécies na região amazônica teremos a Piramutaba (*Brachyplatystoma vaillanti*) com grande importância para o comércio local e internacional, de modo a saber que;

Nas fronteiras amazônicas existe um comércio paralelo, ilegal, principalmente com a Colômbia. A exploração da piramutaba ocorre desde o estuário amazônico até Letícia, na Colômbia (Barthem & Goulding, 1997). Os principais portos de saída de peixe são Belém e Santarém, no Estado do Pará, e Tabatinga, no Amazonas. Em 2003, participou com 1,9% do total da produção pesqueira desembarcada nos portos dos principais municípios do Estado do Amazonas (Ruffino *et al.*, 2006).

E a pirarara (*Phractocephalus hemiliopterus*) em dados de 2003, participou com 0,73% da produção pesqueira nos principais municípios do Estado do Amazonas (Ruffino *et al.*, 2006). Estas duas espécies tem maior potencial para exportação por serem de grande porte, diferente do “braço de moça” (*Hemisorubim platyrhynchus*), e chegam ao mercado consumidor em forma de filé.

A curimatã, peixe de escama com hábitos migratórios que facilitam sua captura por todo ambiente aquático da bacia amazônica, é muito apreciada pela população ribeirinha e consumidores regionais. Seu reconhecimento, segundo estimativas “apresenta grande importância na pesca comercial e de subsistência, sendo uma das cinco principais espécies comercializadas nos mercados e feiras da região. Em 2003, participou com 9,41% do total da produção pesqueira desembarcada nos portos dos principais municípios do Estado do Amazonas” (RUFFINO *et al.*, 2006).

O conhecimento, mesmo que básico, dessas espécies até então apresentadas serve para entendermos como os *pesqueiros* funcionam ao proporcionar ambientes distintos para a captura. Salienta-se que os *pesqueiros* por serem ambientes conhecidos pelos pescadores, são passíveis de maiores conflitos pelo “saber que aqui existe o peixe X”, como ocorre nas invasões de lagos em busca do pirarucu e tambaqui que serão discutidos separadamente a seguir por serem espécies chave de nossa pesquisa.

II – A importância econômica e a sobrepesca do pirarucu (*arapaima gigas*) e tambaqui (*colossoma macropomum*)

O pirarucu (*Arapaima gigas*), espécie sedentária que realiza a desova principalmente em águas calmas como de lagos, é uma das mais apreciadas por ribeirinhos e consumidores regionais pela qualidade da carne, sabor e ausência de espinhos no filé o que proporciona variados pratos típicos como o “pirarucu à casaca”.

Os primeiros registros históricos da pesca do pirarucu para a região amazônica são datados do século XVIII e possui grande importância dentre os peixes desembarcados nos principais portos da região (VERÍSSIMO, 1970). A partir da década de 1960, houve uma intensificação de sua captura na Amazônia e, conseqüentemente, um aumento da pressão sobre a população de pirarucu (VERÍSSIMO, 1970).

Deste modo, a atividade de pesca intensificada e desordenada provocou a redução das populações naturais e a diminuição do volume e tamanho médio dos pirarucus desembarcados na região amazônica (ISAAC et al., 1996; GOULDING, 1980). Por ser uma espécie de grande valor econômico e extremamente apreciado pela população regional, o pirarucu passou a sofrer pressão intensiva da pesca, e fez com que o IBAMA passasse a restringir sua exploração.

De acordo com Ruffino *et al.*, (2006), desde então, a pesca dessa espécie é proibida no Estado do Amazonas, sendo permitida apenas em áreas de manejo. Sua comercialização internacional também foi coibida, desde 1975. Neste cenário, a introdução de regulações governamentais nacionais e internacionais foram importantes medidas para sua conservação, vez que encontrava-se ameaçada, dentre as quais destacam-se as estratégias de:

Regulamentações governamentais e ações internacionais como estratégias de conservação:

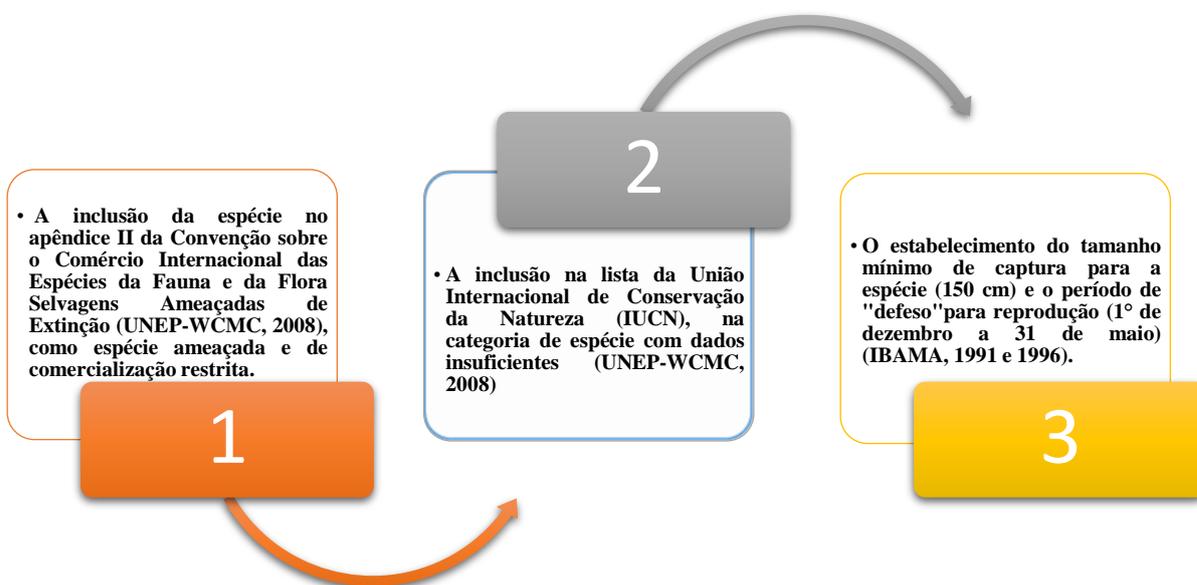


Figura 27 - Organograma das Regulamentações governamentais e ações internacionais como estratégias de conservação
 Fonte: (VERÍSSIMO, 1970, pág.3)

Essas regras tornam-se importantes ferramentas para o ordenamento pesqueiro do pirarucu, tão explorado nas águas do Amazonas que a aproximaram de extinção. Outras regras em perspectivas “locais” que visam à conservação do pirarucu foram implementadas, como ocorre nas áreas em que há o manejo. Nesta perspectiva, o manejo não serve somente para manter as espécies, mas também para orientar os usuários a exercer pescarias equilibradas e evitar a sob exploração.

No ano de 1970 o pirarucu aparece como a espécie mais capturada para comercializar com 50,88% do total. Após os dados de 1970, houve declínio em relação as outras espécies, há duas explicações para tal: 1) pelo fato da sobrepesca ter diminuído os estoques; 2) a proibição da captura (em áreas não manejadas). Assim, houve decréscimo para 35,50% entre 1979 e 1987, e 15% entre 1994 e 1998. Em 2003, o pirarucu participou com 0,11% do total da produção pesqueira desembarcada nos portos dos principais municípios amazonenses. As escamas, a língua e a pele são produtos que fazem parte do artesanato local (RUFFINO et al., 2006).

Outra espécie escamosa com grande apreciação pela população local é o tambaqui (*Colossoma macropomum*) que chegava a medir cerca de 110cm; após a sobrepesca tem se tornado cada vez mais raro encontrar exemplares desse porte na natureza. De acordo com Petrere (1983), do total de pescado desembarcado em Manaus, o tambaqui já participou com 41,12%, entre 1970 e 1978, decresceram para 20,39%, entre 1979 e 1987, e mais ainda para 9%, entre 1994 e 1998.

Nos principais portos do Amazonas, em 2003, o total de tambaqui capturado atingiu somente 1,96% da produção pesqueira total. Esses valores indicam sinais de declínio na captura, ou seja, os estoques sentem os efeitos de sobrepesca (PETRERE, 1983).

Esses dados nos mostram que no ano de 1970 o pirarucu e tambaqui eram os mais capturados no Amazonas. Após a sobrepesca nos anos seguintes, a quantidade capturada para comercializar entrou em declínio. No Gráfico 02 podemos observar a decadência dessas duas espécies na região a partir de 1970 até 2003, quando seu menor índice de desembarque foi constatado no porto de Manaus.

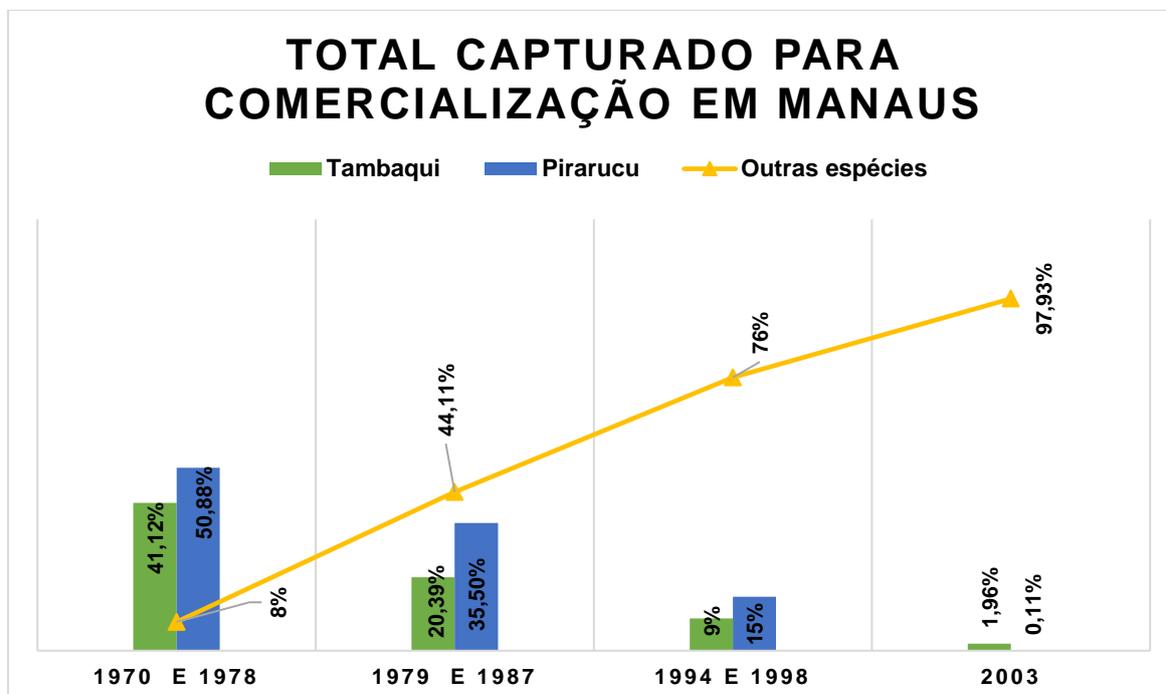


Gráfico 02 - Total de peixes capturados para comercialização de 1970 a 2003
Fonte: dados adaptados de Petrere (1983) e Ruffino (2006)

Os dados de 2003 apresentam queda da captura do tambaqui e pirarucu. O fato que preocupa pesquisadores está nos motivos da diminuição estatística de captura dessas espécies, consistida em maquiar a realidade exploratória perversa. Os dados por si não bastam, pois contam com a suposta verdade dita e não comprovada do “não capturamos tal espécie por que está proibida”, com a caixa de gelo recheada de pescado ilegal. Em muitos casos, a falta de fiscalização dos órgãos ambientais leva inúmeros pescadores a “se sentir à vontade” para capturar aquelas proibidas.

É sabido que há esse tipo de prática quando embarcações são apreendidas com grandes quantidades de peixes proibidos, ou, quando são vendidas localmente (ocorre com frequência no mercado municipal de Tabatinga) sem medo de fiscalização e apreensão. Essas são capturadas e comercializadas clandestinamente.



Figura 28 - Pirarucu (*Arapaima gigas*) seco e salgado exposto a venda no mercado municipal de Tabatinga

Fonte: PAIVA, Erlainy. Agosto, 2018

Deste modo, o quantitativo da captura dessas espécies aparecem em dados que não demonstram a realidade; possivelmente são omitidos em consequência do comércio ilegal, principalmente do pirarucu; no mercado municipal de Tabatinga, é algo normal que ocorre diariamente por não ter fiscalização dos órgãos responsáveis ou, se há, não tem mostrado resultados eficazes pela quantidade ainda comercializada. Falta fiscalização dos órgãos responsáveis frente à essa problemática que tem contribuído para o aumento da captura por haver “livre” comercialização nos mercados locais.

De acordo com estatísticas de 2010, as espécies mais capturadas para comercialização na tríplice fronteira entre Brasil, Colômbia e Peru somam cerca de 600 toneladas ao ano. Ressalta-se a captura do tambaqui e pirarucu dentre as escamosas mais capturadas nessa área segundo Gomes e Albuquerque (2010):

Tabela 01 - Espécies mais capturadas para comercialização na tríplice fronteira Brasil, Colômbia e Peru (2010)

Espécies capturadas	
	De escamas
Pirarucu (<i>Arapaima gigas</i>)	
Tambaqui (<i>Colossoma macropomum</i>)	
	De couro
Piraíba (<i>Brachyplatystoma filamentum</i>)	
Surubim (<i>Pseudoplatystoma fasciatum</i>)	
Pirara (<i>Phractocephalus hemeliopterus</i>)	
Dourado (<i>Brachyplatystoma roussearri</i>)	
Piracatinga (<i>Calophysus macopterus</i>)	
Total capturado em 2010	600 t

Fonte: dados adaptados de Gomes e Albuquerque (2010).

Devido ao intenso e clandestino comércio pesqueiro na tríplice fronteira, a Colômbia constitui-se como um dos maiores exportadores de peixes da América do Sul, graças ao Brasil. Anualmente, das 600 toneladas de pescado que são retirados de lagos e rios do Alto Solimões, 400 toneladas vão ilegalmente para aquele país (GOMES e ALBUQUERQUE, 2010). O comércio

interligado entre os três países tem mostrado o desenvolvimento da pesca ilegal, o que tem contribuído muito para a exploração de espécies altamente lucrativas.

Em conformidade com Nogueira (2010, p. 48), Tabatinga possui um papel de destaque na fronteira por ser o ponto de ligação entre o Brasil e a Colômbia, ou seja, o caminho de passagem, legal ou ilegal, de todo o pescado capturado no Alto Solimões e de outras regiões do Amazonas.

A natureza do recurso pesqueiro não reconhece limites entre fronteiras, é móvel e pode ser capturado em uma margem brasileira, colombiana, peruana, nesse caso, não há nacionalidade ou identificação pois, como poderíamos dizer: “este peixe é peruano! Sou brasileiro, então, não posso capturá-lo”. Só há divisão para o ser racional que desempenha a pesca e sabe reconhecer os limites das fronteiras que sua espécie criou e por muita guerra conquistou.

Ao voltarmos para os dados, estima-se que o potencial de exploração somente no Estado do Amazonas está em torno de 375.000 toneladas por ano. Sabe-se ainda, que a pesca comercial gira em torno de 65.000 ton/ano e a pesca de ribeirinho chega a 240.000 ton/ano (NOGUEIRA, 2010, p. 8). Esses dados expressam o quantitativo total pescado por dois grupos distintos: 1) A pesca comercial: voltada a abastecer grandes indústrias; 2) A pesca realizada por ribeirinho: que serve para subsistência e comercialização em menor escala.

A diferença expressa no quantitativo pescado entre esses dois grupos está na relação muito próxima que o ribeirinho tem com a pesca no seu cotidiano enquanto o comercial tem relações ditas “mecanizadas” voltadas às indústrias. Assim, teremos distintamente: o pescador ribeirinho (em maior quantidade) que “come” e “vende” os frutos da pesca; e o comercial (em menor quantidade) que abastece grandes indústrias.

Para finalizar, temos Manaus como o principal centro urbano regional consumidor de pescados. Nogueira (2010), estima que na capital amazonense é comercializado cerca de 60% de toda a produção capturada pela frota pesqueira do Estado. Isso ocorre principalmente porque se trata de uma cidade muito populosa e o hábito de consumir peixe é uma característica marcante dos habitantes.

Entende-se que a crescente demanda do mercado consumidor regional, nacional e internacional tem transformado a pesca numa atividade potencialmente importante para a região e consigo traz os desmandos que toda

exploração carrega em sua essência. No âmbito desse processo, precisa-se cada vez mais inserções conservacionistas voltadas a equilibrar o ecossistema aquático que é tão fundamental para a manutenção de comunidades ribeirinhas que vivem basicamente dos recursos pesqueiros.

III – Co-manejo pesqueiro como estratégia para a gestão dos recursos pesqueiros na comunidade de Teresina III, Araçari e Bom Futuro

Com o aumento significativo da pesca no Estado do Amazonas a partir de 1970, comunidades ribeirinhas da região ligadas à atividade pesqueira passaram a sentir a exploração e transformação do pescado em “mercadoria” que o processo econômico regional trouxe. Em Terezina III, o impacto da exploração comercial acrescida a cada ano³⁶ tem ocasionado sérios problemas ao ecossistema aquático local pela exploração insustentável do tambaqui (*colossoma macropomum*) e pirarucu (*arapaima gigas*).

Os trabalhos de campo realizados no segundo semestre de 2017 em Terezina III apontaram através da utilização do método qualitativo e aplicação da técnica de entrevista semi-estruturada que: a pesca comercial intensiva no lago Caiáu tem causado a diminuição dos estoques de tambaqui e pirarucu. De 20 pessoas entrevistadas obtivemos 100% de afirmação que o modo insustentável, excessivo, não respeita a época da desova e tem proporcionado o desequilíbrio da ictiofauna e a diminuição visível das duas espécies.

Nesse sentido, o rentável valor comercial do tambaqui e pirarucu, que varia entre 18 e 20 reais o quilo no mercado municipal de Tabatinga e Letícia, fez com que a captura insustentável tomasse espaço nessa região. Essas espécies são dificilmente capturadas para o próprio consumo nas comunidades, tem destino certo para venda por gerar maior lucro quando comercializados, se comparado aos peixes “miúdos”³⁷ que tem menor valor de comércio com variação entre 10 e 12 reais o quilo.

³⁶ De acordo com nosso trabalho de campo realizado no segundo semestre de 2018, a pesca para fins comerciais praticada por pescadores de Terezina III, Araçari, Bom Futuro e outras comunidades vizinhas tem crescido no lago Caiáu.

³⁷ Localmente os peixes pequenos como sardinha, pacu, bodó e jaraqui são conhecidos como “peixes miúdos” e possuem valor comercial baixo se comparado ao valor de venda das grandes espécies.

Neste panorama, para sabermos o quantitativo de pessoas que exercem a pesca na área estudada, foram realizadas atividades de campo no segundo semestre de 2018 em Terezina III. Os dados coletados informam o quantitativo total de pescadores comerciais e de subsistência que vivem nas três comunidades. Das duas modalidades de pesca praticadas localmente, tem-se uma diferença significativa de porcentagem entre ambas, o que sintetiza a realidade crescente da pesca comercial na região. Sendo assim, dos 426 habitantes de Terezina III, Araçari e Bom Futuro (gráfico 03) temos números significativos de pescadores:

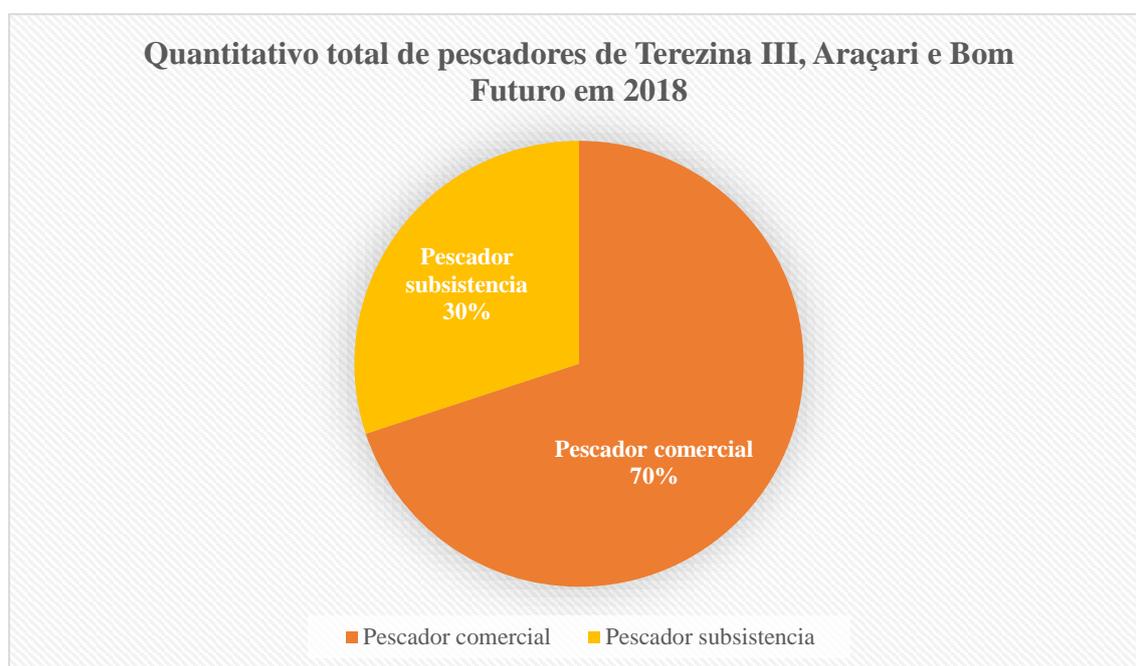


Gráfico 03 - Quantitativo de pescadores nas comunidades em Terezina III, Araçari e Bom Futuro
Fonte: Organizado pela autora, 2018

A soma de todos os pescadores das três comunidades é de 113 indivíduos que mantêm relações com a pesca; ao dividi-los nas categorias comercial e subsistência temos: 79 praticantes da pesca comercial e 34 de subsistência que nos dão a porcentagem final de 70 % comerciais e 30% que praticam somente para consumo. Nos dados não foram incluídos os indivíduos que pescam para se alimentar e vender os excedentes, por não serem alvos basilares da dissertação.

Estrategicamente, nessa parte a coleta de dados foi realizada junto aos presidentes de cada uma das comunidades pesquisadas, com a finalidade de

que esses representantes informassem a quantidade exata de pescadores que vivem na localidade. Essas lideranças possuem informações gerais, por isso foram escolhidos para essa parte da pesquisa. A soma total das três comunidades apresenta o panorama de que há mais pescadores comerciais, enquanto os de subsistência se encontram em menor quantidade.

Os principais fatores que contribuem para a ocorrência dessa realidade pode ser traduzido pelo aumento da pesca comercial na região, amplamente discutida anteriormente pelo processo de modernização de equipamentos e maiores possibilidades de mobilidade em transportes, proporcionadas por viagens cada vez mais distantes e por maior tempo e que resulta em pescarias mais produtivas e, sobretudo, lucrativas pela grande procura do mercado consumidor.

De acordo com os presidentes entrevistados, a pesca comercial nas comunidades tem aumentado ano após ano. Isso ocorre, conforme afirmam, pelo fato de “estarem surgindo novos meios de pescar” ao passo que a pesca, antes artesanal, perde espaço para as novas tecnologias. Outro ponto importante a ser salientado faz jus à realidade das novas gerações de pescadores que se adaptam melhor as tecnologias atuais. Isso ocorre pelo fato da criança acompanhar os pais nas pescarias habituais e ter contato com os equipamentos desde muito cedo, pois;

“No início foi um pouco difícil pra nós manusear essas coisas de motor rápido, ficar carregando um tanto de gelo pra canoa, ir pesca bem longe de casa, essas coisas acontece por causa dessa pesca que serve pra vender, porque se fosse pra comer, não dava essa trabalhadeira aí toda não, porque a gente pega só um pouco pra comer logo, dois dias ou três no máximo. Até porque o peixe logo perde o sabor se for colocado no gelo, a gente gosta mais fresco sabe. Mas os meninos jovem daqui já estão bem acostumados com essa vida aí, agora pro meu pai começar a mexer nessas coisas foi um pouco difícil, mais diferente né”. (A.R.P. 73 anos, moradora da comunidade Terezina III).

Pode-se afirmar que a pesca destinada à comercialização nessa área tem tomado espaço importante nos últimos anos, aliada à tecnologia atual que torna o ribeirinho cada vez mais especialista na arte de pescar. O lucro certo da atividade pesqueira aliado à falta de oportunidades de estudos tem proporcionado a inserção de jovens (principalmente os nativos de comunidades)

no trabalho dinâmico da pesca, fato que também contribui para o aumento de pescadores comerciais na região.

Ao dividirmos os dados apresentados por comunidade respectivamente, temos em Bom Futuro o total de 85 moradores (inclusive crianças, adultos e idosos). Deste total, tem-se 50 habitantes que são pescadores em exercício, subdivididos em 30 indivíduos que exercem a pesca comercial e 20 de subsistência. Deste modo, em porcentagem temos cerca de 60% dos pescadores que exercem a pesca comercial e 40% para sua subsistência em Bom Futuro, como mostra o gráfico 04.

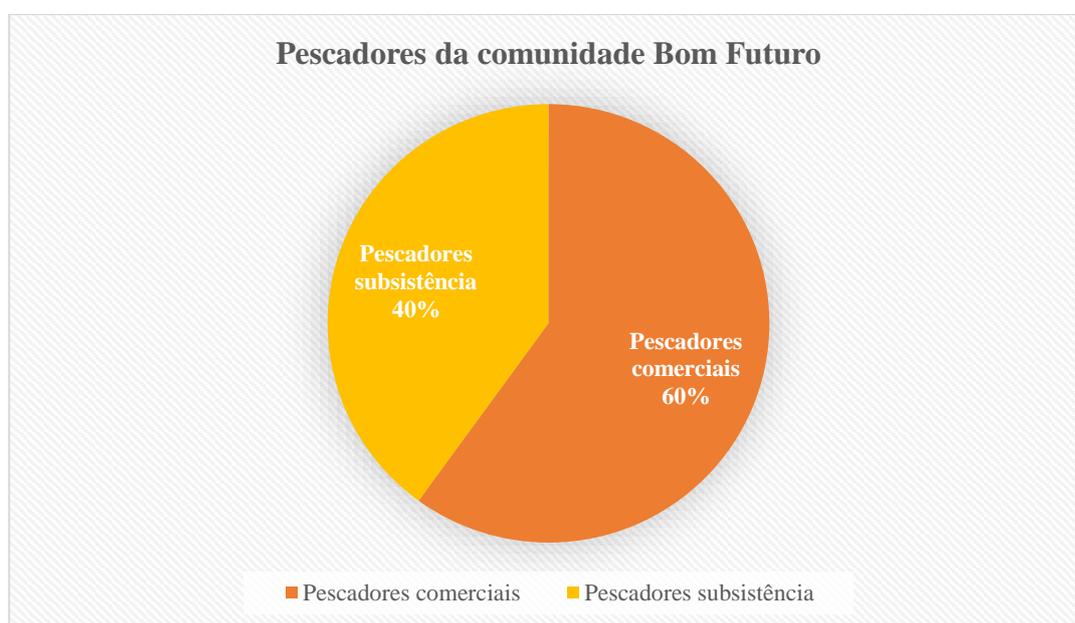


Gráfico 04 - Pescadores da comunidade Bom Futuro
Fonte: Organizado pela autora, 2018

De acordo com os dados coletados em campo no segundo semestre de 2018, todos os pescadores comerciais da comunidade Bom Futuro pescam no lago Caiau e possuem relação muito próxima a ele, pescam repetidas vezes nessa área; em contrapartida, a categoria dos de subsistência não pescam com a mesma frequência no lago por não possuírem motores a diesel, o que dificulta o acesso pois a distância entre a comunidade e o lago é significativa, assim, realizam a atividade no Rio Solimões pela proximidade e eventualmente vão ao lago.

Do mesmo modo ocorre na comunidade Araçari, onde a pesca no lago é realizada especialmente para comercializar e tenuamente para subsistência. Na localidade vivem 190 pessoas (inclusive crianças, adultos e idosos) com famílias extensas, dos quais 27 exercem a pesca, desses, 23 são pescadores comerciais e 04 são de subsistência. Em porcentagem teremos, portanto:

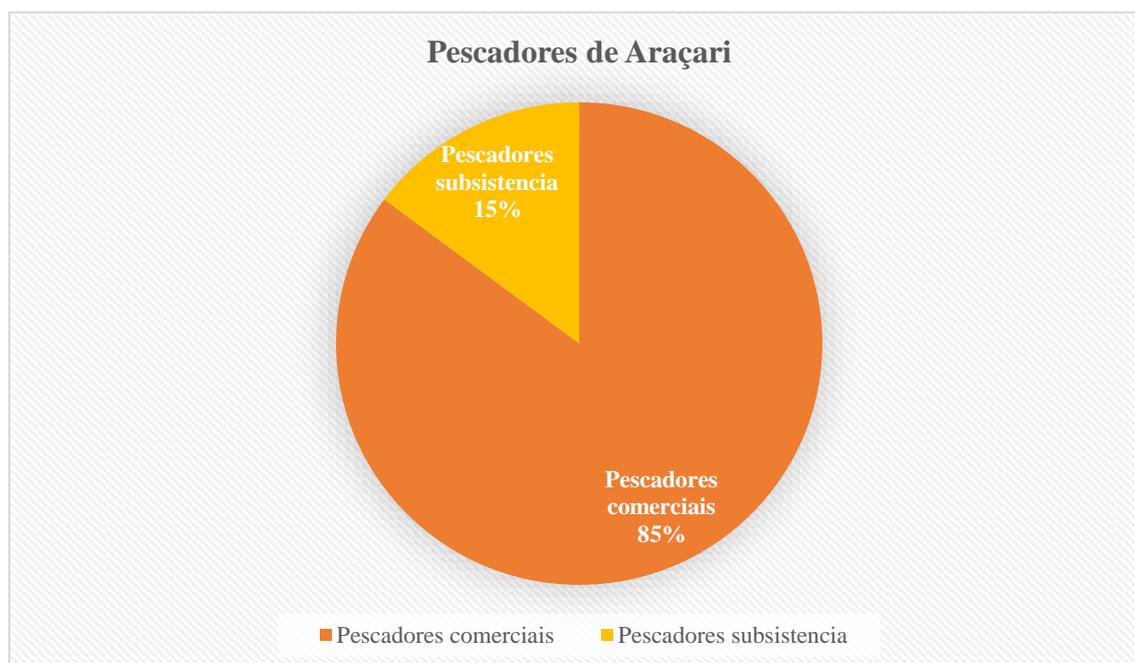


Gráfico 05 - Pescadores da comunidade Araçari
Fonte: Organizado pela autora, 2018

Neste sentido, pode-se observar também como o quantitativo de pescadores comerciais se sobrepõem aos de subsistência. Embora a comunidade seja bastante numerosa, o quantitativo de pescadores é relativamente pequeno. Isso ocorre normalmente por existirem famílias extensas com cerca de 9 a 12 pessoas, dos quais no máximo 3 exercem a atividade. Outro motivo para explicar essa realidade é o empenho dos moradores em outras atividades de trabalho, como a agricultura, por exemplo, o que faz da pesca uma atividade acessória³⁸.

No caso de Terezina III, existem 151 pessoas que formam 51 famílias, dos quais 36 indivíduos realizam a atividade pesqueira, ou seja, 26 comerciais e

³⁸ São aquelas desempenhadas vez ou outra na comunidade. Assim, pode-se realizar a agricultura como principal atividade de trabalho e a pesca como atividade acessória, ou seja, quando há necessidade.

10 de subsistência. A pesca na comunidade é mais intensa no sentido de uso do lago, já que grande parte dele é território de Terezina III, o que facilita pela proximidade. Os dados mostram que o número de pescadores comerciais também se sobressai; em porcentagem, temos o seguinte (Gráfico 06):

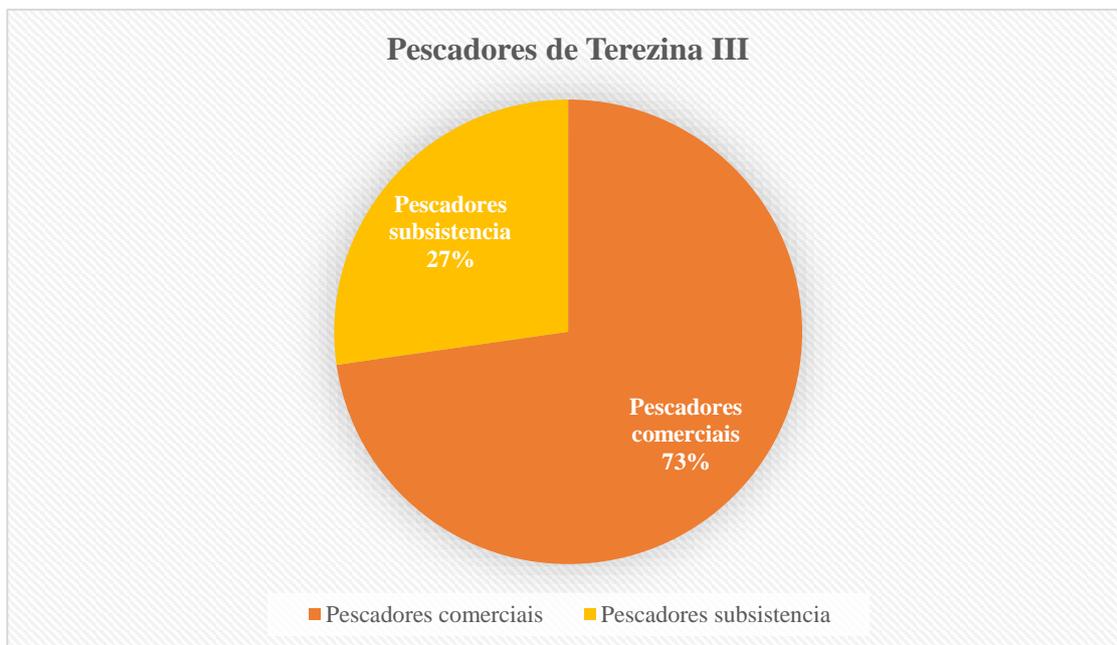


Gráfico 06 - Pescadores da comunidade Terezina III
Fonte: Organizado pela autora, 2018

Através desses dados entendemos que a pesca comercial tem se mostrado protagonista no cenário atual das atividades pesqueiras nas três comunidades. O que antes era visto como trabalho para suprir as necessidades básicas da família, atualmente tem se transformado em profissão entre os ribeirinhos. Esta realidade vivida possibilitado novos meios de obter renda, o que faz a exploração dos pesqueiros um território altamente produtivo e por consequência disputado.

O aumento da quantidade pescada por esses atores que certamente buscam lucro, tem diminuído significativamente os estoques de tambaqui e pirarucu no lago Caiá, o que modifica toda dinâmica da comunidade, sobretudo, aos que mantém sua subsistência retirada dos ambientes hoje escassos. A perversidade do capitalismo encontra, por mais distante e inacessível que esteja, um meio de explorar e obter lucro de ambientes produtivos.

Os territórios pesqueiros tidos como ambientes altamente produtivos, hoje são palco do desequilíbrio ambiental. Neste sentido, tornou-se necessário reparar os danos ocasionados pela sobrepesca do tambaqui e pirarucu oriundos da crescente pesca comercial na região. A ideia de realizar o manejo dos recursos pesqueiros aparece como primeira iniciativa para aumentar a quantidade das espécies tão exploradas e conscientizar os usuários para o uso equilibrado.

O ano de 1989 representou um marco no desenvolvimento da atividade pesqueira no país. Com a extinção da Sudepe e a criação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama, o governo demonstra uma nova filosofia na gestão e no manejo dos recursos pesqueiros (RUFFINO, (2005).

Nessa nova filosofia de gestão, projetos de sustentabilidade como o co-manejo pesqueiro passam a unir e contar com a participação dos usuários e dos órgãos ambientais para a causa comum: manter o equilíbrio dos ambientes afetados pela exploração pesqueira. Para a comunidade, após o êxito do manejo e a despesca do lago há ganhos financeiros, sociais e ambientais. Essa estratégia de conservação dos recursos parece-nos, em primeiro momento, como uma das melhores por contar com a união e participação de dois grupos com interesses em comum.

A introdução do co-manejo pesqueiro nos lagos surge como medida de intervenção à prática de comercialização intensiva. A idealização do manejar o lago Caiáu em Terezina III aconteceu através de um curso de capacitação ministrado na comunidade sobre manejo de pesca e a partir daí os comunitários passaram a ter interesse em praticar nos lagos de forma legalizada e com amparo do Estado;

“A gente teve a ideia de fazer o manejo nos lagos depois que tivemos um curso de capacitação aqui na comunidade, quem deu esse curso foi uma representante lá do IDAM, uma tal de Andréia, ela fez esse curso aqui acho que foi no início de 2013. Depois desse curso aí, a gente ficou com vontade de fazer sabe, de colocar em prática aqui. A maioria dos pessoal que participou do curso gostou da ideia, mas teve duas famílias aí que num gostaram não, ficaram contra fazer o manejo nos lagos, acho que não gostaram da ideia porque eles pescam pra vender sabe, daí que tiram o sustento deles, aí não gostaram nem um pouco de saber que iria ficar proibida a pesca do pirarucu e do tambaqui. Por causa disso teve um conflito aqui na comunidade, porque esse pessoal aí não queria o manejo e tinha o resto do pessoal que queria fazer por causa que o peixe tava acabando no lago,

maninhazinha. Mas pra resolver isso a gente teve que conversar, né. A gente conversou muito, muito mesmo, até que eles aceitaram” (L.S.M. 49 anos, moradora e presidente da comunidade de Terezina III).

Desse modo, entendemos que realidade de intensificação comercial da pesca fez com que a categoria de pescadores de subsistência passassem a ter interesse em exercer o manejo, principalmente por saber que diversas ações nesse sentido estavam sendo inseridas em outras comunidades próximas, como no caso de São Rafael, comunidade ribeirinha de Atalaia do Norte - AM, que deu os resultados esperados no segundo semestre de 2017 e logo em seguida foi realizada a despesca do pirarucu, com a finalidade de gerar renda para os comunitários.

Após o conhecimento teórico de como funciona o manejo e os resultados que podem ser alcançados, os comunitários usuários do lago afetado Caiáu, buscaram ajuda ao Estado para inserir práticas conservacionistas na comunidade. Com isso, os moradores de Terezina III, Araçari e Bom Futuro foram ao município de Tabatinga procurar autoridades para manejar os lagos da comunidade.

A primeira reunião para dialogar sobre o manejo ocorreu no dia 16 de agosto de 2013, na escola municipal Padre Anchieta em Terezina III. Estiveram presentes além dos comunitários interessados, autoridades dos diversos órgãos do município dentre eles o IPAAM (Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas), IDAM (Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas), IFAM (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas), e o Secretário Municipal de Meio Ambiente, ocasião em que foi discutido políticas pesqueiras e a possível prática de manejo dos lagos da comunidade.

Após várias reuniões na comunidade que duraram cerca de dois anos, voltadas a sensibilizar, envolver, instruir e conscientizar os pescadores sobre a importância de manejar os lagos, teve-se como primeiro passo dado o acordo de pesca. De acordo com o Art. 1º da *Instrução normativa nº 005 de 26/03/2008*; **parágrafo único:** Entende-se por “acordos de pesca” o conjunto de medidas específicas decorrentes de tratados consensuais entre os diversos usuários e o órgão gestor dos recursos pesqueiros em uma área geograficamente definida.

O acordo serviu para definir regras e regularizar a atividade pesqueira na comunidade com as medidas de: 1) Proibir a pesca com o apetrecho “espinhel”³⁹; 2) Proibir a pesca na boca do lago⁴⁰; 3) Proibir a pesca do Tambaqui (*Colossoma macropomum*) e pirarucu (*Arapaima gigas*) nos lagos Caiau, Laranjeira e Inferninho por dois anos; 4) Somente a pesca para subsistência ficou permitida e os peixes que ficaram disponíveis nos lagos foram: cará (*Geophagus brasiliensis*), tucunaré (*Cichla monóculos*), carauaçu (*Astronotusocellatus sp.*), sulamba/aruanã (*Osteoglossumbicirrhosum*) e o bodó (*Hypostomusplecostomus sp.*).

Através do acordo de pesca e início do manejo, no dia 13 de julho de 2015, ficou proibido a captura do tambaqui e pirarucu no lago durante dois anos. Após este período seria realizada contagem das duas espécies para verificar se quantitativamente teriam aumentado. Com a constatação de não- aumento das espécies no período previsto (2017), a despesca foi adiada para mais um ano. Então, seria realizada no segundo semestre de 2018, o que não ocorreu.

Nesse espaço de tempo, houve mudanças que fizeram com que a ideia inicial de “manejar os lagos e depois realizar a despesca” se perdesse. O manejo nos lagos Caiau, Laranjeira e Inferninho não chegaram a se concretizar. Todo o projeto realizado por quase três anos arruinou muito próximo de se cumprir. Houve falhas que causaram resultados contrários ao que se esperava. A pesca comercial aumentou e a exploração dos recursos dobrou.

Iniciou-se uma série de conflitos por disputa territorial dos pescadores que serão discutidas detalhadamente adiante. Contudo, cabe esclarecer antecipadamente que o início do processo do manejo ocorreu como previsto, porém, ocorreram erros durante o estágio final que provocaram a não concretização do manejo e o início de conflitos entre os usuários dos territórios pesqueiros.

³⁹Um tipo de pesca à linha, constituído por uma linha principal, forte e comprida, da qual dependem outras linhas secundárias mais curtas e em grande número, a intervalos regulares e cada uma termina num anzol.

⁴⁰ A boca do lago é a área de acesso do rio para o lago na época em que as águas se encontram em nível elevado e tornam-se um só pela entrada “facilitada”.

SEÇÃO III – ATIVIDADE PESQUEIRA, CONFLITOS PELO USO E APROPRIAÇÃO DO TERRITÓRIO



“A pesca é conflituosa porque causa disputa” (L.S.M. 62 anos).

Com a expansão da pesca comercial na década de 1970 e 1980 no complexo fluvial Amazonas-Solimões, as áreas utilizadas por pescadores de subsistência começaram a ser invadidas e exploradas pela categoria comercial. “Essa intensificação da pesca pressionou os recursos pesqueiros, e como resultado as comunidades rurais⁴¹ procuraram impedir o acesso dos pescadores comerciais aos lagos de várzea” (MCGRATH *et.al.*, 1993).

As regras definidas pelos acordos de co-manejo se aplicam, por lei, aos pescadores comerciais e devem ser implementadas pelos agentes ambientais em associação com o Ibama (ALMEIDA, 2006, p. 37). Essas regulamentações definidas nos acordos estabelecem restrições rígidas aos comerciais como meio de proteção a esses ambientes. Os acordos de pesca não contam com a participação de pescadores comerciais externos para tomada de decisões e definições de regras que precedem o co-manejo, porém há exceção para aqueles que residem na comunidade e podem participar.

O futuro do setor pesqueiro no Estado do Amazonas conta com o sucesso das práticas de co-manejo, tidas como fundamentais para o desenvolvimento sustentável e crescimento do setor comercial gerador de renda. Apesar do projeto visar toda a Amazônia brasileira, deverá ser considerada as singularidades locais para a conservação dos recursos pesqueiros, visto que são perceptíveis as diferenças regionais de sucessos e fracassos na sustentabilidade institucional dos acordos de pesca.

No alto Solimões, na região de Tefé, nem mesmo os acordos de co-manejo informais são apreciados pelos pescadores comerciais e, portanto, a região é frequentemente alvo de conflitos e de transgressões (QUEIROZ, 1999). Em contrapartida, sabe-se que “no baixo Amazonas, na região de Santarém, a colônia de pescadores tem se envolvido cada vez mais com o processo de co-manejo; envolvimento esse que ainda é informal, mas conflitos e transgressões são raros na região” (ALMEIDA, 2006, p. 38).

Nesse contexto, é indispensável considerar as diferenças de cada área e região a ser manejada e por conseguinte, buscar alternativas que minimizem os problemas existentes. Contudo, antes disso, é necessário identificar os

⁴¹ “Comunidades rurais” é o termo utilizado na sociologia para conceituar o que chamamos neste trabalho de “comunidades ribeirinhas”.

sujeitos relacionados com a atividade pesqueira local para que as ações de manejo sejam direcionadas a incluir esses agentes e possibilitem a diminuição dos conflitos na pesca. A seguir elencamos os sujeitos que exercem a pesca em Terezina III e mantiveram relações com o co-manejo pesqueiro.

I – Sujeitos favoráveis ao manejo

O início do co-manejo pesqueiro em julho de 2015 no lago Caiu foi marcado por perspectivas ecológicas e sustentáveis. A sensibilidade de cuidar o ambiente aquático tomou espaço na comunidade. Ao partimos da idealização e introdução dessa pratica no lago Caiu, temos no primeiro momento, dois grupos de sujeitos importantes: **1º) Comunitários favoráveis** (usuários mais afetados pela sobrepesca) e **2º) Órgãos públicos** que deram o suporte necessário (IFAM, IDAM, IPAAM, vereadores da Prefeitura Municipal de Tabatinga). O início só foi possível pela participação e comprometimento desses atores.

O grupo **1º** que destacamos, é formado pelos comunitários favoráveis ao manejo; e é composto por:

Quadro 01 - Comunitários que foram favoráveis ao co-manejo

- a) indivíduos que utilizam os lagos para subsistência (pescadores antigos que hoje encontram-se idosos; pais e mães de família que exclusivamente retiram sua principal proteína alimentar do lago);
- b) agricultores e extrativistas que desempenham a pesca como atividade acessória;
- c) pessoas que vivem na comunidade mas que não possuem relações estritamente de uso, mas sim de afeto com o lago, como professores e agentes de saúde que prestam serviços à comunidade;

Nesse contexto, o trabalho de campo realizado no segundo semestre de 2018 aponta que o grupo “a” dos indivíduos que utilizam os lagos para subsistência foram os que sentiram maior impacto após a inserção e crescimento da pesca comercial nos lagos. A atividade capitalista desenfreada afetou de modo desumano essa população. Esses aparecem como principais atores afetados porque gradativamente perdem o único meio de se alimentarem. São pessoas de classe baixa, em relação as demais camadas da população, e por isso a questão econômica que envolve a pesca comercial tem impacto maior nesse grupo. Alguns estudos desenvolvidos sobre esse aspecto mostram que os artesanais em geral são pobres, mas muitos têm boa qualidade de vida graças aos bens e serviços que o ambiente lhes proporciona (NASCIMENTO,1999).

Dessa maneira, identifica-se duplo contraste social no cotidiano desses ambientes produtivos, antagônicos entre si: **a)** de um lado o poder econômico que avança com sua ambição, o que exige para si os bens e serviços que o ambiente disponibiliza; **b)** de outro, pescadores de subsistência que por longo período dispõem do lago para alimentação de suas famílias e que atualmente se encontram coagidos por fatores capitalistas. Para esses, não há outro modo de subsistência (segundo os relatos dos envolvidos), tanto pela falta de oportunidades quanto pelo hábito de alimentação característico do ribeirinho, e por isso a prática de conservação é vista como solução.

“A gente sempre viveu aqui, comendo as coisas que a natureza dá, eu nasci aqui mana, meus pais vieram pra cá faz tempo ó. Eu lembro como esse lago aí era farto, sabe? Dava gosto de pescar nele, era cada pirarucu que a gente pegava. A gente pegava só o que ia comer mesmo, não tinha essa história de querer vender nosso alimento pros de fora. Um pirarucu que a gente pegava dava pra um monte de gente daqui da comunidade comer, a gente pegava um e dividia entre todos [...] o pessoal da minha época e eu não temos a vontade de comer essas outras coisas que vem da cidade porque não tem o mesmo gosto, eu não tenho vontade nenhuma de comer esses frangos congelados, não tem gosto não [...] dava a impressão que esse lago era nossa “geladeira” porque a gente sentia fome e ia lá pescar, e sempre o peixe tava lá, parece que esperava a gente. Hoje não, depois que essas pessoas começaram a pescar demais e vender, só por ganancia, nosso peixe diminuiu. Hoje parece que a nossa geladeira tá seca, sem comida. Isso dá um desgosto danado na gente” (A.R.P. 70 anos, moradora de Terezina III).

Há vários relatos semelhantes a esse que externam imensa frustração em ver a pesca comercial tomar conta dos espaços que outrora significavam

fartura. O lago sempre fez parte da vida dos comunitários entrevistados, essa porção de água transparece sentimento de pertencimento e está na cultura desses povos. Suas manifestações culturais se expandem (repassado aos novos integrantes familiares) na medida em que permanecem quase imutáveis quando assimilamos as práticas desenvolvidas e reinventadas sob a importância que o lago traz. Para esse grupo em especial, a importância do lago traduz-se como lugar onde sempre existiu comida e por isso há referência à “geladeira”.

Outro pescador de subsistência entrevistado fala sobre a importância de cuidar do lago e o desrespeito quanto às regras do acordo de pesca:

“Olha, um problema que eu achei muito ruim, sabe? É que os pessoal não apoiaram a presidente com o ‘negoço’ do manejo. Porque isso é um bem pra nós sabe? E aqui tem muitas pessoa que não tem consciência porque isso aí serve demais, é uma coisa que serve pra nós mesmo, é uma coisa que fica guardada. Por exemplo, quando a gente tá doente é dali que tiramos nosso alimento, falamos com a presidente pra tirar um peixe e vender pra comprar remédio e o peixe tá lá. Agora não sei como vai ser quando não tiver mais esses peixes, não sei como vai ficar porque não vai ter mais de onde tirar. O que me dói mais é que a maioria é pessoal daqui da própria comunidade, pessoas sem consciência [...] eles pegam tudo, os filhotes, as mães, tudo, jogam a malhadeira e já era os peixes que tão na desova [...] Na época do manejo eu não tirei um único peixe dali para comer, porque eu tive consciência” (J.B.P. 70 anos, pescador de subsistência da comunidade Teresina III).

Com isso, entendemos que esse grupo é formado por indivíduos que utilizam a pesca como fonte de subsistência e por isso, *a priori*, são os que mais necessitam de medidas conservacionistas para que sempre tenham o alimento que vem do lago.

O grupo **2º** formado pelos **órgãos públicos** já citados constituem o que destacamos como “força” vinda do Estado para regulamentação das estratégias de manejo em lagos selecionados. Os últimos anos foram marcados por importante mudança no arranjo das instituições responsáveis pela gestão dos recursos pesqueiros no país. A Lei nº 11.958/2009 transformou a então Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (SEAP) no Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA).

Observa-se como um auxílio importante e pioneiro para a conservação do lago Caiua a Instrução Normativa Nº - 29 de 13 de setembro de 2005, que vigora até hoje, assinado pela Ministra de Estado do Meio Ambiente da época Marina Silva, como mostra o quadro a seguir:

Quadro 02 – Instrução Normativa Nº 29, de 13 de setembro de 2005

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO – Nº 177, quarta-feira, 14 de Setembro de 2005 77 ISSN 1677-7042

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº - 29, DE 13 DE SETEMBRO DE 2005

A MINISTRA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE, no uso das atribuições e tendo em vista o disposto no art. 27, §6º, inciso I, da lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, no art. 3º, do decreto nº 4.810, de 19 de agosto de 2003, na lei 8.617, de 4 de janeiro de 1993, no Decreto-lei 221, de 28 de fevereiro de 1967, e o que consta do Processo IBAMA nº 02005.000932/05-25.

Considerando as decisões dos ribeirinhos e representantes das comunidades de Teresina II, III e IV; da Colônia de Pescadores de Tabatinga e do Escritório Regional do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA em Tabatinga, no Estado do Amazonas, que estabeleceram o Acordo de Pesca para conservação do lago Caiáu, resolve:

Art. 1º Fica proibida a pesca no lago Caiáu, localizado no município de Tabatinga, no Estado do Amazonas:

- I- Com malhadeira por tempo indeterminado;
- II- A pesca do tambaqui (*Colossoma Macropomum*), por um período de dois anos.

Art. 2º Fica permitida a pesca no lago Caiáu com os seguintes métodos e apetrechos:

- I- Currico, linha de mão e caniço;
- II- Dois espinhéis por pescador ou canoa, com até três anzóis, utilizando frutos como isca;
- III- Tarrafa, sendo vedado o método de efeito formiga

Parágrafo único. Entende-se por efeito formiga, o lançamento de mais de cinco tarrafas ao mesmo tempo de forma contígua ou em círculos.

Art. 3º Aos infratores da presente Instrução Normativa serão aplicadas as penalidades e sanções, respectivamente previstas na lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 e no Decreto nº 3.179, de 21 de setembro de 1999.

Art. 4º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

MARINA SILVA

Fonte: Documento fornecido pelo Sindicato dos Pescadores Artesanais de Tabatinga

Diante das manifestações dos comunitários sobre a realidade ecológica em prol da inserção de medidas conservacionistas nos ambientes afetados, o Estado e seus diversos órgãos públicos passam a mediar as alternativas de ajuda. A organização da comunidade realizada por meio do conselho diretor ou “conselho comunitário” como é conhecido pelos ribeirinhos, é uma importante ferramenta para introdução de medidas de conservação pela visibilidade e voz que os comunitários passam a ter frente a realidade vivida, como poderemos ver no subcapítulo a seguir.

Assim, destacamos primeiramente esses dois grupos formados por sujeitos que foram “favoráveis ao manejo” e em seguida trataremos dos sujeitos que foram “contrários” ou, que de certa forma contribuíram para o insucesso do

manejo e conseqüentemente os conflitos firmados pelo uso e apropriação do lago Caiu.

II – Pescadores comerciais internos

A introdução da pesca comercial interna modificou, além do ambiente natural vivido, a essência do *hábitus*. Este pode ser entendido de acordo com Fraxe (2000, p. 18), a partir da teoria sociológica de Pierre Bourdieu, como “um sistema de disposição do passado que sobrevive atualizando-se nas práticas cotidianas do presente como estrutura estruturada e estrutura estruturante, desta forma, revelando os fazeres e saberes cotidianos de um sistema de organização social”.

A noção do *hábitus* significa que nas comunidades estudadas não existem somente indivíduos que veem o ambiente pesqueiro como local a ser conservado para garantir o equilíbrio da ictiofauna. O *hábitus* tem condicionado inúmeras pessoas a entenderem (ou acreditarem) que suas ações são frutos de vivências anteriores que sempre utilizaram a natureza como sistema auto regenerativo, sem precisão de “conservar” e que sucessivamente deu certo. As relações com o lugar e o sentimento de pertencimento é a essência do *hábitus*.

Acontece que não basta somente o tempo cronológico para que a natureza se refaça. Então, a noção de que a pesca é uma atividade pouco exploratória e comumente regenerativa cai em contradição quando analisamos a situação atual de espécies de água doce em declínio. Este foi um dos principais problemas que o sistema de co-manejo no lago Caiu enfrentou: a resistência de pescadores comerciais internos que singelamente acreditavam que não havia necessidade de manejar pelo simples fato da própria natureza “dar conta” de se restaurar, embora esses mesmos atores tenham notado o declínio das espécies.

Esses atores formam o **3º grupo**, que destacaremos como **pescadores comerciais internos** (indivíduos que praticam a pesca comercial e são da própria comunidade explorada). Esse grupo de indivíduos, diferentemente do **1º** e **2º**, foram contrários ao manejo nos lagos desde sua implementação, contudo, aparentemente “acatarem” as regras que o acordo estabeleceu para não entrarem em conflito com os moradores da comunidade e as autoridades que

mediavam o projeto. O manejo nos lagos afetou significativamente seus trabalhos ao proibir ou restringir o acesso aos recursos pesqueiros. De certo modo “perderam a liberdade” de usar o ambiente que sempre lhes foi inegavelmente disponível.

Em conformidade com as entrevistas realizadas no segundo semestre de 2018 com o grupo de pescadores comerciais internos, o manejo foi inviável por negar o ambiente aquático para famílias que tiram o sustento há anos dali através da comercialização do pescado. A contrariedade acontece pelo fato da pesca comercial primeiramente simbolizar “uma renda a mais para sustentar a família” e pela crença de que a natureza se reestruturará. Nesse contexto, a fala de um dos trabalhadores dá vários sentidos para a pesca comercial continuar:

“Eu aprendi a pescar com meu pai, foi ele que me ensinou a pescar, mas ele pescava só pra alimentar nossa família. Eu comecei a trabalhar na pesca pra vender porque sempre tivemos uma vida difícil, aqui nada é fácil, e só as plantaço não tava dando vença porque a família foi ficando grande aí temos que trabalhar dobrado pescando e plantando [...] eu não sei fazer outra coisa da vida que não seja pescar, eu nem estudado sou, as oportuniades são pouca pra gente, ainda agradeço ao meu Deus por ainda ter força pra pescar todo dia [...] eu não quero dizer que a nossa pesca pra vender seja a causadora disso tudo não, não é possível de nós fazer esse estrago todo de acabar com os peixes, a natureza deve ter um pouco de causa porque ela sempre muda, quem sabe ela não melhora e os peixes voltam [...] se todos fizessem sua tarefa era bom, mas eu fiz e os outro só no bem e bom pescando o dobro, ai fica ruim minha filha porque eu preciso de sustentar os meus” (A.P.N. 45 anos, pescador comercial da comunidade Terezina III).

Nesta narrativa, podemos compreender um pouco o insucesso do co-manejo pelo olhar do pescador comercial interno. Para este grupo as regras do acordo de pesca limitaram o uso do lago, conseqüentemente restringia também a quantidade capturada; mas o fracasso do manejo tem a ver, para esses atores, com a falta de fiscalização e comprometimento dos próprios pescadores. Para eles, o projeto não estava inteiramente executado porque constantemente ocorriam situações de pescarias irregulares que feriam o acordo de pesca e aos infratores não sucedia nenhuma punição como demonstra o entrevistado a seguir:

“O problema é que a gente, tô dizendo por eu, até quis fazer certo o negócio do manejo mas ai começou a dar raiva porque tinha um tanto de pescador ai que fingia que não existia as regras do acordo, menina.

Aí os peixes ia tudo pra eles porque a gente só pegava o tanto que era permitido pelo manejo né, aí os outros camaradas faziam a festa, pegavam os peixes escondidos e tudo, até gente de fora vinha pescar aqui, pra senhora ter ideia da bagunça que tava nesse lago. O pior é que a gente não podia falar nada pra eles porque são um bando de bicho, não sabem ser repreendido e as autoridades não faziam nada, nada, nada [...] aí como já tava desorganizado tudo mesmo e eu vi que não tinha jeito comecei a tocar minha pesca como antes porque só eu que tava perdendo com isso e os camaradas aproveitando” (J.C.N, 60 anos, pescador comunidade Terezina III).

Pela afirmação do entrevistado, entendemos um dos pontos importantes que se sobressai é dado pela falta de organização e consciência dos próprios usuários. Os dados coletados indicam que antes do manejo, com a intensificação pesqueira, cada pescador comercial interno capturava em média 500 kg de pescado por mês para vender. Com as restrições que o acordo de pesca proporcionou (período que o manejo esteve vigente) foi reduzido para aproximadamente 250 kg/mês. Após o insucesso co-manejo e a “liberação” da pesca no lago, ocorreu o descontrole e a cifra passou para 900 kg/mês, como pode ser constatado na Tabela 02 do quantitativo pescado no lago Caiau de 2012 a 2018:

Tabela 02 - Quantitativo pescado no lago Caiau no período de 2012 a 2018

Fato	Período	Quantidade média por mês
	<i>Pescadores comerciais internos</i>	
Antes do co-manejo	2012 a 2014	500 kg
Durante o co-manejo	2015 a 2017	250 kg
Após o co-manejo	2018	900kg
Aumento	2012 para 2018	80%

Fonte: Organizado pela autora, 2018.

Através da obtenção dos dados sobre o total capturado por pescadores comerciais no lago Caiau entendemos que a pesca comercial teve variações no quantitativo obtido no período de seis anos. Antes do co-manejo, entre 2012 e 2014 os estoques pesqueiros encontravam-se escassos (se comparado ao índice máximo de captura com 1500 kg no ano 2000, segundo os entrevistados) e era capturado uma média de 500 kg por mês. Com o co-manejo, de 2015 a 2017 a situação de captura ficou mais limitada, o que levou o pescador a retirar em média 250 kg, o que de certo modo causou diminuição na renda obtida por esses atores mesmo com a ajuda que o seguro defeso propiciou.

Contudo, após o início de conflitos na comunidade sobre o projeto de manejo, houve “liberação” no ano de 2018 para a pesca e com isso teve aumento na captura e passou a ter em média 900 kg pescados por mês. Ao avaliarmos o período antes do manejo (2012) até a os últimos levantamentos realizados em 2018, vê-se o aumento de 80% da quantidade pescada.

Porém, esses dados não representam verdadeiramente que os estoques pesqueiros realmente cresceram e estão equilibrados no Caiau, mas sim que o quantitativo capturado quase dobrou pela paralisação que o manejo proporcionou durante os dois anos de vigência, o que significa que a diminuição do pescado no lago provavelmente tornará a ser um problema justamente pelo aumento da pesca comercial que passou a capturar em torno de 900kg de pescado por mês.

O aumento da captura representa um modelo temporário (ou ilusório) de fartura, visto que, a permanência da ictiofauna equilibrada não combina com o transitório manejo, mas sim com medidas conservacionistas exercidas cotidianamente. Além de ilusória e passageira, o descontrole da pesca comercial no Caiau é violento, desumano e exterminador de vidas, não só a aquática como também a humana e as relações sociais intrinsecamente ligadas à atividade pesqueira. Embora não possamos negar que grande parte da sustentabilidade do lago seja voltada a abastecer o mercado consumidor, esta serve e é muito importante para os moradores de Terezina que mantêm sua subsistência dali.

Desse modo, teremos duas vertentes constatadas sobre o projeto de manejo que buscou tornar o lago sustentável: a) a farsa da “sustentabilidade” em prol de conservar os pescados para posteriormente torná-los mercadoria; b) alimentar famílias locais que pescam para subsistência. As duas concepções

são válidas e compreendem o que podemos chamar de dupla finalidade de conservação dos estoques pesqueiros, do qual destacamos uma meramente capitalista e outra social. Embora sejam necessidades de uso distintas, sabemos que as duas categorias intrinsecamente têm sofrido impacto pelo mal uso dos recursos.

Um dos problemas que tem afligido os comunitários após o término do manejo é a crueldade de pescadores comerciais internos que capturam espécies abaixo do tamanho e peso permitido, o que engrandece o problema local porque esses não chegam a idade de reprodução, e assim limita ainda mais os estoques. Para termos dimensão do problema, os comerciais internos fizeram “uma limpa” no lago ao capturar exemplares de tambaqui com 30 cm de comprimento. O tamanho mínimo permitido por lei para captura-lo é de 55 cm de comprimento, conforme o IBAMA. Para os afetados, essa é uma situação desoladora e muito preocupante, como mostra a fala de uma moradora da comunidade:

“O que entristece mais a gente é que além desse povo tá tirando tudo os peixes de uma vez só, sem pena mesmo, é que eles estão jogando malhadeira e pegando os tambaqui tudo filhote, bem piquitito mesmo que parece até ser um pacu [...] nesse tamanho eles não chegam a valer 5 reais no porto de Tabatinga. Isso é judiação demais com os peixes, com nós e com o lago da gente” (L.S.M. 49 anos, moradora de Terezina III).

Pela afirmação da entrevistada é possível identificar o caráter predatório vivenciado na comunidade, conseqüentemente ocasionado pelos próprios moradores que exercem a atividade pesqueira comercial. Com esse panorama, entendemos que houve cinco momentos significativos para a atividade pesqueira no lago Caiá, e que, mesmo após todo o processo de conscientização voltado aos recursos pesqueiros, há sérios riscos de iniciar-se novamente um período decadente similar ou mais intenso ao que precedeu o manejo.

Ciclo dos recursos pesqueiros do lago Caiau

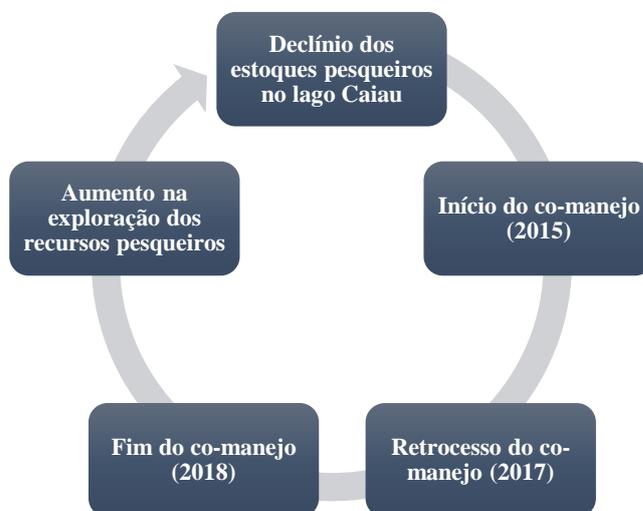


Figura 29 - Organograma do ciclo dos recursos pesqueiros no lago Caiau
Fonte: trabalhos de campo (2015 a 2018)

O co-manejo teve como finalidade dinamizar a atividade pesqueira densamente desenvolvida por essas comunidades, de modo a tornar a pesca uma atividade equilibrada e que gerasse renda aos jovens, de acordo com a afirmação da presidente de Terezina III “O plano é importante, pois trará melhores condições, principalmente para nossos jovens que hoje estão sem oportunidade de emprego” (L.S.M. 62 anos). A priori sabe-se que, por questões sociais e políticas todo o projeto começou a retroceder no segundo semestre de 2017 e chegou ao fim em 2018. É um acontecimento recente, mas carrega o peso de ações ineficazes, tanto dos usuários quanto dos órgãos públicos, que não solucionaram o problema local.

Os três grupos até então apresentados, são peças chave de todo o seguimento do co-manejo. É certo que a existência de dois grupos territorialmente unidos, mas com ideias de uso ambiental distintos, invariavelmente teríamos conflitos. Deste modo, os atores do grupo 1º e 2º, respectivamente **comunitários favoráveis ao manejo** e **pescadores comerciais internos** iniciaram conflitos pelo uso do território pesqueiro. Sabemos que essa realidade não é algo recente, acontece antes mesmo do manejo na comunidade começar e intensificou-se após a legalidade e vigência

do mesmo no ano de 2015. Portanto, compreender as divisões e ações desses sujeitos na comunidade, sobretudo através do conselho comunitário, é essencial para entendermos as disputas firmadas pelo uso do lago Caiáu, como veremos a diante.

III – Como são organizadas as comunidades ribeirinhas internamente

Há muito, o ser humano como ser racional e reprodutor de ações e interações entre sua espécie, espécies diferentes e a natureza em si, tem construído elos que o tornam sujeito compelido de viver em sociedade. O ato de viver e pertencer a uma comunidade reflete, na maioria das hipóteses, valores e crenças similares que nos tornam seres que buscam na organização social a realização de sonhos, lutas e desejos em comum, isso numa perspectiva meramente construtiva.

Por outro lado, sabemos que a interação em sociedade envolve diferentes arranjos com valores, crenças, posições políticas, ideológicas e perspectivas de vida diferentes, em muitos casos antagônicas, que acabam por esquecer a paz e criam a guerra entre os homens. Ao pensarmos na vida em sociedade imaginamos espontaneamente aglomerações urbanas repletas de arranha-céus, abarrotadas de veículos e tecnologias cada vez mais inovadoras, abandonamos, ou deixamos em segundo plano, a existência de sociedades afastadas que vivem com pouca, ou nenhuma interferência tecnológica, com seus modos de vida tradicionais.

A indescritível fauna e flora presente no território da Amazônia brasileira, conhecida mundialmente pela ilusória “intocabilidade” urbana exploratória, a qual Bertha Becker em 1995 no artigo “Desfazendo Mitos: Amazônia, uma floresta urbanizada”, abordou questões sobre a época da borracha como importante marco para as migrações que ocorreram na Amazônia.

Atualmente a porção norte do Brasil ainda é morada de inúmeras comunidades ribeirinhas onde a pesca e agricultura se traduzem como norteadoras, seja como fonte de subsistência ou trabalho. Para essas populações, a imensidão das águas fluviais, não diminutas mesmo na época da seca, é local conhecido, porém nunca domável. O rio é local de trabalho, seus

paraná, furos e igapós que cortam a floresta também fazer parte do cotidiano de lutas e subsistências.

Nesta relação naturalmente próxima, de dependência, indissociável entre o ribeirinho e a água, a vida em comunidade é tecida junto a naturalidade de atividades artesanais, sobretudo ao que se refere a pesca e agricultura familiar. Este termo artesanal serve para lembrar que as atividades realizadas por estes povos não seguem o ritmo das grandes indústrias, mas há, mesmo que insignificadamente, a utilização de equipamentos oriundo de processos industriais.

A organização social estudada pela sociologia traz o entendimento de que a sociedade é organizada e estruturada de modo que cada indivíduo desempenhe um papel na sociedade, de modo a contribuir para o crescimento individual e grupal. Nesta perspectiva, a organização criada por sociedades ao longo do tempo foram, e ainda são, capazes de territorializar territórios. A natureza social e histórica do ser humano, manifestamente (re) produtora de poder, domínio, disputas e conquistas de espaços físicos, transformaram cada vez mais o sentimento de coletividade um instrumento para conquistas territoriais.

A Amazônia e suas terras historicamente marcadas por sociedades coletoras e extrativistas que vivem à beira do extenso rio Amazonas, tendencialmente organizadas em comunidades ribeirinhas, são palco da atual forma de exploração da natureza em que tudo (ou quase tudo) é transformado em mercadoria. A tríplice fronteira que une os três países latinos abriga a maior extensão territorial da Amazônia, além dos centros urbanos, é habitada ainda por povos tradicionais coletores, pescadores, extrativistas e indígenas.

Devido à complexidade que a localização de fronteira oferece, repleta de conflitos sociais, territoriais e ecológicos, esses espaços nos condicionam refletir, primeiramente pelas abordagens teóricas e posteriormente de experiências empíricas, sobre a vivência do ribeirinho a partir das relações sociais criadas e fortalecidas pelo convívio em comunidade, compartilhamento e conservação dos espaços de uso comum. As políticas públicas buscam estabelecer mecanismos que facilitem o contato com essas que estão localizadas em áreas rurais distantes do centro urbano, de modo a inclui-las e

oferecer assistência no que for necessário, assim, atualmente várias comunidades tem aderido a inclusão de conselhos comunitários.

Nesta concepção, o conselho comunitário se mostra como instituição representativa muito utilizada para organização social de comunidades no Amazonas. É sem fins lucrativos. Não tem prazo determinado. Congrega instituições comunitárias a partir do estatuto criado e implementado em assembleia; também serve como instrumento para proteção legal dos territórios ameaçados por conflitos entre usuários internos e externos; tem se mostrado método mais eficaz para conhecer a realidade de comunidades ribeirinhas, uma vez que, a organização do conselho serve como ferramenta capaz de externar os fatos locais aos mais diversos órgãos públicos.

Em muitos casos, teremos nomenclaturas diferente para o conselho comunitário, como ocorre nas comunidades ribeirinhas Teresina III, Araçari e Bom Futuro em que formalmente é denominado “Associação dos Produtores Rurais” certificado em 13 de Fevereiro de 2006, sob o número de ordem **507**, folha 084 a 089 do livro A – V de “**Registro Civil de Pessoa Jurídica**”, que declara como sede e jurisdição a cidade de Tabatinga, no estado do Amazonas, que expressa:

Quadro 03- Estatuto da Associação dos Produtores Rurais da Comunidade Teresina III, Araçari e Bom Futuro

ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DA
COMUNIDADE TERESINA III, ARAÇARI E BOM FUTURO

CAPÍTULO – I

**DENOMINAÇÃO – OBJETIVOS – SEDE – FORO – FINALIDADES E PRAZO DE
DURAÇÃO**

Art. 1º - A associação dos produtores rurais da comunidade Teresina III, Araçari e Bom Futuro é uma SOCIEDADE CIVIL sem fins lucrativos, dotada de personalidade jurídica, constituída para fins de coordenação e proteção dos interesses sociais e econômicos dos produtores rurais, sem distinção de cor, raça e partidatismo. Sem prazo de duração. Com sede e foro na comunidade de Teresina III, localizada na margem esquerda do Rio Solimões, zona rural, municipal de Tabatinga Estado do Amazonas. Tendo por objetivo e finalidade:

- Defender e representar os associados perante as autoridades e demais entidades, visando incentivar e desenvolver pelos meios de seu alcance o conagraamento dos cidadãos através de atividades culturais e recreativas, sem distinção de cor, religião e partidatismo político;
- Promover realização de projetos e outras atividades nas áreas de infraestrutura básica, voltada principalmente ao plantio e criação, apoiando no escoamento e comercialização dos produtos agropecuários, saúde, saneamento, educação e assistência social e técnica;
- Firmar financiamentos junto aos Bancos Estaduais, Federais e linhas de crédito Municipais, e ou endossar, avalizar ou o que se fizer necessário, a tomada de créditos bancários pelos associados, objetivando seu desenvolvimento socioeconômico;
- Promover ações e orientações de práticas alternativas da produção agropecuária, sem agredir o meio ambiente, preservando a biodiversidade;
- Incentivar, apoiar e promover ações que tenham como base a legislação ambiental vigente, visando esclarecer, capacitar e treinar os associados na aplicação desta;

Fonte: Estatuto da associação dos produtores rurais.

Neste primeiro momento, observa-se a amplitude de seu Estatuto ao abranger e buscar beneficiar todos os associados, de tal modo que está expressamente escrito a denominação, objetivos, sede, foro, finalidades e prazo de duração. Vale ressaltar a importância objetiva dessas ações sociais que buscam promover, defender e incentivar o desenvolvimento social e econômico local. A legalidade do Estatuto ao ser reconhecido como pessoa jurídica traz segurança e possibilidades transformadoras da realidade, uma vez que há

amparos legais para soluções (ou impedimentos) de problemas (ambientais e sociais) entre os comunitários, como reforça o capítulo I.

O registro do Estatuto dos Produtores Rurais como entidade de pessoa jurídica civil não garante somente a existência, mas apresenta subsídios para a regulamentação de projetos e intervenções na comunidade. No capítulo II em seu artigo 2º está expresso as regras de funcionamento da associação, de modo a nortear a conduta dos indivíduos associados.

Quadro 04- Funcionamento da associação

<p>CAPÍTULO – II</p> <p>FUNCIONAMENTO</p> <p>Art. 2º - são condições de funcionamento da associação:</p> <ul style="list-style-type: none">a) Observar todas as leis e princípios de moral e compreensão dos deveres cívicos;b) Todos os produtores da comunidade serão considerados sócios da associação desde que participem ativamente das atividades desenvolvidas;c) Inscrever como sócio somente produtores rurais residentes na comunidade, com idade mínima de 16 anos.d) Somente serão admitidos na associação produtores rurais de boa conduta;
--

Fonte: Estatuto da associação dos produtores rurais.

Neste cenário teoricamente de “certezas” que o estatuto expressamente prevê, a vida na comunidade se (re)faz, utiliza o modelo político na divisão de representatividade e responsabilidade dos associados. Assim, tem-se eleições para a escolha dos representantes para dirigir o Conselho Diretor em que são escolhidos: Presidente, vice-presidente, 1º secretário, 2º secretário, 1º tesoureiro, 2º tesoureiro e o conselho fiscal composto por três pessoas, cada um com seu grau de participação e responsabilidade.

Quadro 05 - Conselho diretor

CAPÍTULO – VII	
DO CONSELHO DIRETOR	
Art. 13º - A associação será administrada por um Conselho Diretor composto por 8 (oito) membros, com o mandato de 2 (dois) anos , com os seguintes cargos:	
-	Presidente
-	Vice-presidente
1º	secretário 2º secretário
1º	tesoureiro 2º tesoureiro
Conselho fiscal	

Fonte: Estatuto da associação dos produtores rurais (trabalho de campo, 2018).

O organograma (Figura 33) serve como ilustração do conselho diretor existente em Teresina III, constatado durante nossas atividades no segundo semestre de 2018:

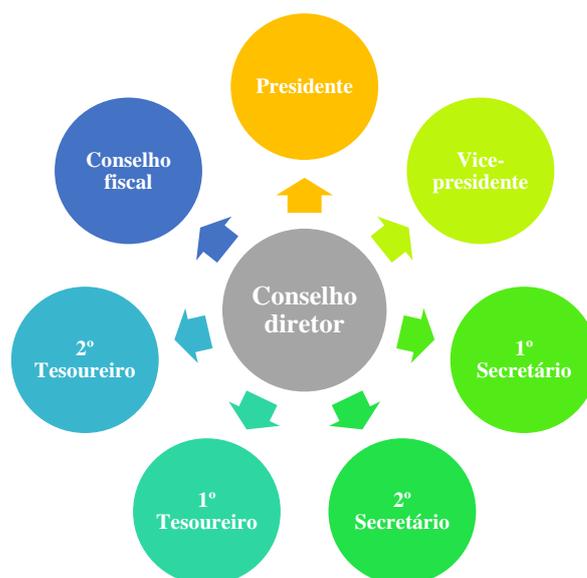


Figura 30- Organograma conselho diretor de Teresina III
Organizado pela autora, 2018

Há democracia na escolha de seus representantes, o voto é secreto. Após a votação formalizada e declarada em ata, esta é encaminhada ao Sindicato dos Pescadores Artesanais de Tabatinga, Colônia dos Pescadores e Prefeitura Municipal para conhecimento. Normalmente, a eleição acontece na

própria comunidade mediada por representantes da cidade sede Tabatinga. Não diferente do que ocorre na política nacional, a vigência do mandato é igual a quatro anos e pode haver reeleição.

Os associados escolhidos para compor o Conselho Diretor são os responsáveis pelo contato direto com órgãos públicos situados em Tabatinga, para o repasse de informações, criações de eventos festivos, auxílios para o transporte de enfermos, ajuda para resolução de conflitos internos, controle fiscal, controle financeiro, manutenção da ordem, desenvolvimento sustentável e controle de entrada e saída de pessoas externas à comunidade, em suma, tudo o que uma sociedade precisa, porém com leis e políticas próprias criadas e implementadas com intenção de suprir necessidades locais.

Estas comunidades juridicamente são parte territorial da cidade Tabatinga, mas pela distância que as separam, possuem como único meio de transporte embarcações fluviais (demoradas e escassas), o contato diário entre a cidade e a comunidade torna-se difícil.

O conselho comunitário vigente serve para mediar ações e estreitar relações de contato entre esses territórios, sem fins lucrativos, além de apresentar a realidade vivida na comunidade conhecida aos governantes que por dever buscam solucioná-los.

A escolha das lideranças parte da premissa de que os escolhidos funcionem como interlocutores dos interesses gerais dos comunitários aos governantes. Esses agentes funcionam como a voz da comunidade junto ao poder público.

Hierarquicamente o presidente comunitário tem poder maior na tomada de decisões e contato com a cidade sede, em segundo lugar o vice-presidente quando o titular se encontra impossibilitado. Em seguida, tem-se o primeiro e segundo secretário, que possuem funções administrativas na comunidade. Em seguida, o 1º e 2º tesoureiro e suas atribuições de controle financeiro, e por último o conselho fiscal, responsável por fiscalizar e ajudar no ordenamento comunitário. A cada um desses representantes está respectivamente a responsabilidade de:

Quadro 06 - Competência da diretoria**Competência da diretoria**

Art. 15º - Compete ao presidente:

- a) Coordenar todos os serviços da associação;
- b) Fazer cumprir os regulamentos deste estatuto;
- c) Criar comissões de trabalho
- d) Representar a associação
- e) Convocar e presidir as assembleias gerais e reuniões da diretoria, acatando as decisões da maioria dos associados;
- f) Assinar juntamente com o tesoureiro os cheques e demais documentos financeiros da Associação;
- g) Cumprir as deliberações do conselho fiscal;
- h) Solucionar em encargos de urgência dando ciência a diretoria;
- i) Avalizar, endossar e/ou que se fizer necessário, em nome da associação, quaisquer instrumentos de crédito rural, autorizado em assembleia geral e efetivada por seus associados juntos a Linhas de crédito municipal, aos Bancos Federais como o Banco da Amazônia S/A, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, etc. e Banco Estadual como a AFEAM, assumindo compromisso financeiro da sua quitação no caso de sua inadimplência pelo associado.

Art. 16º compete ao vice-presidente:

- a) Substituir o presidente em seus impedimentos e auxiliá-lo em suas atribuições:

Art. 17º - compete ao 1º secretário:

- a) Responder por todos os serviços da secretaria;
- b) Redigir e assinar juntamente com o presidente as atas das assembleias gerais, reuniões da diretoria, avisos, convocações e outros expedientes;
- c) Ter sobre sua responsabilidade livro de presença para chamada de todos os associados;

Art. 18º - compete ao 2º secretário:

- a) Substituir o primeiro secretário em seus impedimentos e auxiliá-lo em suas atribuições.

Art. 19º - compete ao 1º tesoureiro:

- a) Efetuar o pagamento das despesas, quando autorizado pelo presidente;
- b) Arrecadar a receita geral do Conselho;
- c) Apresentar trimestralmente o relatório financeiro das atividades do conselho e da diretoria;

Art. 20º - compete ao 2º tesoureiro:

- a) Substituir o 1º tesoureiro quando este estiver impedido e auxiliá-lo em todas as suas atribuições;

Art: 21º - compete ao conselho fiscal:

- a) Fiscalizar a gestão financeira, examinar livros, contas e registros cabendo-lhes livre acesso da tesouraria;
- b) Opinar sobre o balanço geral e a prestação de contas de cada exercício;

Fonte: Estatuto da associação dos produtores rurais (trabalho de campo, 2018).

De modo simplificado, o conselho comunitário de Terezina III está constituído da forma a seguir:

Organograma conselho comunitário de Terezina III:

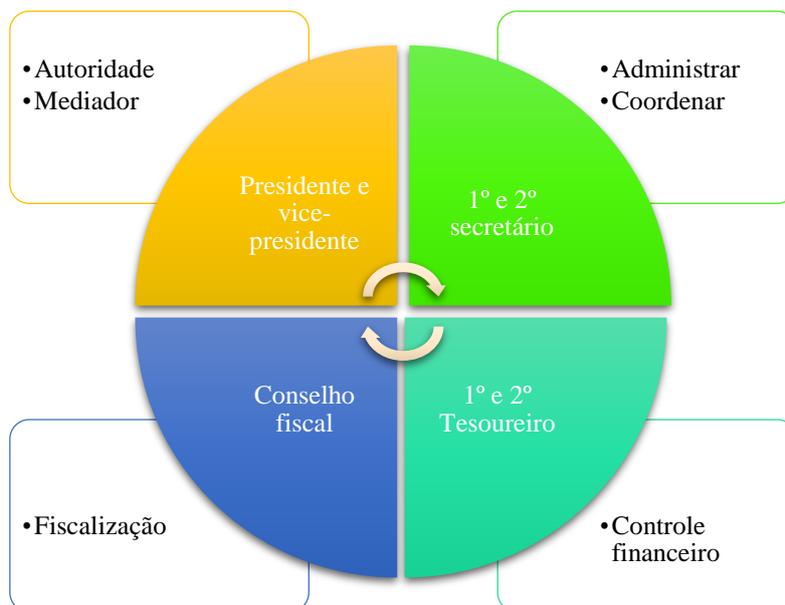


Figura 31 – Organograma do Conselho comunitário de Terezina III
Organizado pela autora, 2018

Deste modo, entendemos que para a organização da comunidade funcionar é preciso que se cumpram os direitos e deveres propostos por seu Estatuto. Além disso, é necessário a participação e apoio dos órgãos estaduais e federais para que se cumpram todo o plano proposto à essa população. Portanto, são organizadas de modo diferenciado, se comparadas a uma cidade, pelo fato de que essa população necessita de soluções para os problemas locais e assim o Estatuto constitui-se como uma ferramenta importante, voltado principalmente para a gestão de comunidades afastadas territorialmente dos centros de controle governamentais.

Assim sendo, é passível de compreender que essas localidades passam a ter líderes que certamente sabem e entendem as necessidades que precisam ser resolvidas, pois, de que modo pessoas alheias à comunidade saberiam e procurariam resolver os problemas internos? Por isso, entendemos a

importância da organização social comunitária para a ordem entre os sujeitos coletivos.

IV – Conflitos internos pelo uso e apropriação dos territórios pesqueiros

O setor pesqueiro vivenciado em Terezina III mostra a importância da atividade na geração de renda e emprego, tanto para trabalhadores comerciais quanto para os de subsistência, o que reforça a ideia de conservação dos estoques pesqueiros como meio de garantir o sustento dessas famílias. Embora os espaços comuns (lagos) sejam para o uso de todos os comunitários, as finalidades pesqueiras demonstram que estes espaços não representam a união dos pescadores. A rivalidade, como ocorre na localidade, surge pela intensa apropriação do recurso por parte dos comerciais, fato que tem incomodado muito quem pesca para subsistência.

Parafurtado (2004, p.58), “os conflitos de pesca começam pela apropriação e uso diferenciados dos territórios aquáticos os quais colocam em choque, de uma forma geral, o uso para a obtenção da subsistência e o uso comercial”. De modo que, pela lógica que segue o trabalho antagônico desses sujeitos, temos evidentemente enfrentamentos entre as duas categorias. O caráter indissociável do complexo formado por sociedade - meio ambiente justifica o entendimento de que estas se reproduzem por processos sócio-ecológicos e se confrontam a diferentes projetos de uso e significação de seus recursos naturais (ACSELERAD, 2004, p.58).

De tal modo, a necessidade dos recursos naturais pela sociedade faz com que esta busque mecanismos para que não falte os bens que a natureza dá, embora seja essa a mesma coletividade que outrora tenha levado o ambiente natural entrar em colapso. Nos faz sentido a expressão de que “o homem sabe remediar aquilo que ele adoeceu” e que ele enxerga a importância dos recursos naturais quando este não se encontra mais disponível. Neste processo, Almeida (2004) ressalta que a relação entre identidades peculiares correspondentes a territorialidades específicas, como no caso dos ribeirinhos, a celebração dos acordos de pescas pode ter um impacto importante na própria constituição e manutenção do grupo.

Em escala local, o acordo de pesca em Terezina III apresentou quatro situações realizadas por pescadores comerciais internos que aparecem recorrentes nas narrativas dos de subsistência pela quebra das regras definidas tais como:

- a)** ocorrência da pesca na boca do lago (local definido como de total proibição à pesca) principalmente na época da piracema;
- b)** captura de espécies abaixo do tamanho mínimo permitido;
- c)** captura de espécies proibidas;
- d)** dobro da quantidade permitida para captura;

Esses eventos conseqüentemente tem tirado o sossego de quem pesca para subsistência, o que tem iniciado um processos de lutas e reivindicações por partes desses sujeitos. Consoante a isso, os projetos de acordos de pesca podem resultar numa forma de “expropriação” pela negação de alguns espaços, apetrechos, técnicas de pesca, etc. que figuram a combinação estável de recursos que tradicionalmente têm assegurado à sobrevivência dos grupos locais.

A expropriação de que falamos é significada pela proibição de usar o território em suas variadas formas, de tal modo que a esses sujeitos são negados o emprego de técnicas tradicionais e somente permitido o uso de maneira conservada. A importância de conservação surge, como ressalta Diegues (1994), pelo território fornecer: os meios de subsistência do grupo, os meios de trabalho e produção, os meios de produzir aspectos materiais das relações sociais, e que no caso se materializa nos espaços de pesca; nisso, vivências contínuas exprimem a essência da sociedade que nele se desenvolve.

Através de Bourdieu (1989) consideramos a partir de então, o meio ambiente inserido num contexto de lutas simbólicas, do qual o poder é redistribuído sobre os recursos territorializados, o que legitima ou não determinadas apropriações por distintos grupos. O espaço aquático definido como entidades espaciais estruturadas pelos sistemas de usos múltiplos dos recursos aquáticos necessariamente tem levado inúmeras comunidades ribeirinhas a reivindicarem o direito de uso dos territórios, ações que tem levado ao embate entre categorias de pescadores.

Para Cruz (2005), esses direitos sobre as águas, fazem parte do costume da comunidade, herdada da tradição, seus valores, constitui-se um processo de apropriação dos espaços aquáticos. Na verdade, quando falamos

nos embates vivenciados no “território” nos referimos ao “território de pesca” que Cruz (2005) aponta como espaço em que um grupo de pescadores potencialmente pode explorar os recursos pesqueiros, seja para o consumo, seja para a comercialização.

Complementar a isso, o território de pesca passa a ser uma “estrutura espacial engendrada por um sistema de exploração constituído de vários elementos interdependentes e elaborada por um grupo humano, que se identifica com o lugar” (COMIER-SALEM, 1995, pp.47 e 48). Assim, o acordo de pesca, nessas perspectivas, aparece sob duas vertentes distintas:



Figura 32 - Resultados do acordo de pesca em Terezina III
Organizado pela autora, 2019

A Figura 35 representa os resultados positivos e negativos da inserção de acordos de pesca em Terezina III; ressaltam a dualidade existente na comunidade sob a perspectiva de instruir/educar a população para que haja conservação dos recursos e, as limitações no uso do território (através das regras firmadas em acordos) que causam conflitos. O último, tem proporcionado desentendimentos entre os usuários do lago Caiu em Terezina III. Os sujeitos que fazem parte do conflito foram elencados anteriormente como **de subsistência** (os mesmos que foram favoráveis ao manejo) e **comerciais internos**. Os conflitos iniciaram no ano de 2017 pelo frequente desrespeito às regras firmadas no acordo, o que tem causado inquietude aos afetados. Na fala

de uma das lideranças da comunidade é possível compreender a natureza dos conflitos;

“mana, logo quando a gente começou o manejo estava tudo certo, todos cumprindo as regras, mas aí, com o passar do ano as coisas foram mudando e começaram a fazer tudo de novo, tudo contrário do acordo [...] acho que esses pessoal começou a fazer isso porque o pessoal de Tabatinga que dava apoio deixou de vim aqui como no início [...] eu fiz denúncias no Sindicato sobre o que tava acontecendo aqui, mas não deram apoio não [...] eu fiz o que pude, mas não consegui frear esse pessoal [...] começaram a me ameaçar, a dizer que iriam passar a faca na minha cara, que eu não tinha direito de negar algo que era deles [...] olha, eu fiquei com medo porque ficavam mandando recado pra mim, eu tive medo de fazerem algo comigo, ainda mais que eu não tive apoio dos agentes de Tabatinga, aí resolvi deixar de lado e eles aproveitaram para pescar tudo o que tinha no lago [...] dói demais ver acabarem nossa riqueza e não poder fazer nada por medo de morrer” (L.S.M. 62. Comunidade Terezina III).

Através desta entrevistada é possível entender que os conflitos partem da premissa do uso e apropriação do território por toda a significação que ele carrega. Não é somente por “usar” o lago, mas sim por representar também um local de trabalho, de sobrevivência para as várias categorias de pescadores. A falta de apoio dos órgãos públicos de Tabatinga, como relatado, fez com que o desrespeito às regras e início de conflitos não fossem punidos e devidamente resolvidos. Tal realidade abriu oportunidades para que a pesca voltasse a ser realizada insustentavelmente. Assim, conforme a Figura 36, no conflito teremos respectivamente a participação de:

SUJEITOS QUE FAZEM PARTE DO CONFLITO

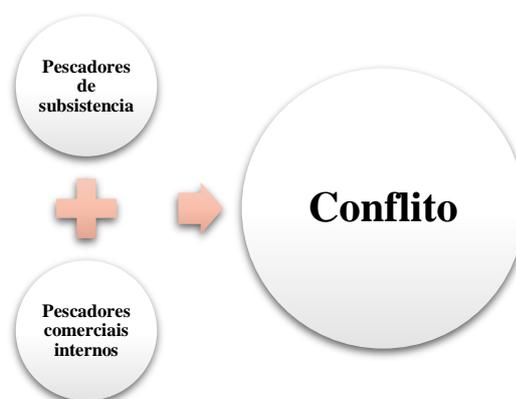


Figura 33- Sujeitos do conflito
Organizado pela autora, 2019

A participação desses sujeitos nos conflitos é vista pela necessidade diária com o território em disputa, visto que, há alegação de pescadores de subsistência que “este lago é nosso, sempre foi utilizado para tirar nosso alimento”, contraditório a isso os comerciais internos afirmam “nós também temos direito de usar, nascemos aqui, esse também é nosso território”. Nessa dualidade, há expressões de pertencimento das duas categorias em tese, fato relevante para a análise de que não há o certo e errado nas questões que envolvem o uso do lago, mas sim falta de mediação para entendimento do lugar e o uso entre os sujeitos conflitantes.

Portanto, entendemos que os conflitos firmados entre os usuários do lago Caiu são criados pelas finalidades pesqueiras, pois, quando identificamos os pescadores de subsistência esses afirmam que o lago é para alimentação do povo da comunidade, em contrapartida, os comerciais alegam que o espaço também deve ser explorado para ganhar lucro. Assim, teremos ideias opostas que levam a desacordo entre os usuários, contudo, não nos cabe afirmar que uma categoria tem mais direito que a outra, ou, que há uma certa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Amazônia legal e seus ecossistemas de várzea e terra firme abrigam uma riquíssima biodiversidade de recursos naturais que são destaque em todo planeta. Esta expressiva variedade ecossistêmica se sobressai ao ponderarmos os ambientes aquáticos brasileiros, sobretudo na porção da Amazônia brasileira. O uso da água na várzea amazônica desempenhada por populações ribeirinhas que mantêm o sustento familiar vindo da pesca, há tempos deixou de ser atividade totalmente artesanal, sobretudo após os projetos de integração ocorridos a partir de 1960 com a política de “integrar para não entregar”.

A vida do ribeirinho basicamente é pautada sob três mundos: da floresta, da terra e das águas. A significação da água para esses povos vai além do simples local de exploração pesqueira, para eles, é espaço de trabalho, de reflexão, espaço de não-abandono, mesmo nas épocas difíceis de praticar a pesca.

Nos últimos vinte anos houve desenvolvimento significativo das atividades pesqueiras, sobretudo no Brasil; esse contou com diversos arranjos sociais, ecológicos, econômicos e políticos. A extração dos animais aquáticos de águas doces e salgadas, principalmente os grupos de peixes, crustáceos e moluscos servem para alimentação de grande parte da população mundial como também para o ramo de ornamentação, recreação, fins comerciais e industriais. Nessa trajetória, as atividades pesqueiras no Rio Solimões/Amazonas têm-se desenvolvido nos últimos anos e possibilitado a permanência de inúmeras comunidades ribeirinhas sustentadas pela pesca.

Como em todo espaço social, cada indivíduo tem uma holística sobre o ambiente vivido, de modo que as finalidades pesqueiras são exercidas pelos sujeitos de acordo com a necessidade e disponibilidade do ambiente natural. Em comunidades ribeirinhas da Amazônia, como ocorre na comunidade Terezina III, da cidade de Tabatinga, mesmo o poder capitalista e toda a invenção tecnológica que fez do setor pesqueiro fonte economicamente rentável, ainda existem indivíduos que desenvolvem atividades artesanais para suprir tão somente a fome e vender os excedentes.

A pesca como atividade constituinte da vida dos grupos locais passou a ter dicotomia de finalidades, pois além de suprir a necessidade de subsistência, a pesca passou a ser uma atividade importante para o setor comercial nessa região. A atividade pesqueira passou a ser desenvolvida para alimentação e comercialização, o que trouxe mudanças sociais e ambientais para a comunidade.

Deste modo, em Terezina III, as dinâmicas vividas na pesca são existidas primeiramente pelas relações sociais, ou seja, pelas afinidades comunitárias repousadas no sentimento afetivo de pertencer ao mesmo grupo que Max Weber retratou. Assim, a territorialização dos ambientes de pesca, realizado por pescadores de comunidades ribeirinhas surgem a partir da apropriações de uso comum, de modo que a pesca na Amazônia passou a consentir na criação de territorialidades sociais, as quais puderam ser compreendidas através das demarcações físicas e simbólicas realizadas por determinadas comunidades.

A partir disso, tornou-se possível compreender a comunidade pelo espaço geográfico e pelas relações sociais existidas no território. As atividades de trabalhos coletivos, discutidos por Fraxe, nos fizeram entender a dinâmica de ajuda mútua vivenciada pelos ribeirinhos que torna os espaços de uso múltiplos. Por ser território de múltiplos usos e indivíduos, a existência de conflitos tornou-se algo frequente e tenso em comunidades.

Essa dinâmica vivida não só provocou a intensificação de desentendimentos entres pescadores, como também contribuiu para a diminuição de espécies mais exploradas economicamente. Assim, foi possível observar que o declínio dos estoques aquáticos atrelado aos conflitos pelo uso e apropriação dos ambientes pesqueiro puderam proporcionar mudanças ambientais e sociais em comunidades que trabalham diretamente com a pesca.

O principal foco da dissertação, pôde ser entendido primeiramente a partir da noção de território abordada por Haesbaert e Raffestin no sentido empregado de poder, dominação e disputas, por ser espaço de desejo e pertencimento. Nessa perspectiva, ele nunca foi aleatoriamente escolhido, mas sim encontrado, identificado, usado e cobiçado por toda sua importância, seja ela econômica, ambiental ou social.

Assim, entendemos que os espaços coletivos e privados onde são realizadas apropriações dos recursos pesqueiros, não são delimitados aleatoriamente e sim demarcados através da importância que ele traz, por ser produto de desejo e necessidade de sobrevivência.

O território, discutido por Raffestin como resultado de ações conduzidas por atores sintagmáticos em busca de apropriar-se do espaço concreto ou abstrato, configura o que conhecemos por territorialização, o que conseqüentemente tem possibilitado a constituição do mesmo. Nisso, temos entendimento de que as ações ocorridas no lago Caiua é fruto da atividade pesqueira exercida cotidianamente. A partir disso, vimos que os pesqueiros, enquanto espaço de uso, conseqüentemente se formaram através das relações de poder e dominação materializadas na delimitação territorial.

Embora haja ausência de delimitações visíveis no ambiente aquático, a existência de territorialidades supera a existência do território propriamente estabelecido, pois, como pudemos ver, o processo de demarcação abrange também o meio cultural e simbólico criados e recriados por pescadores durante suas pescarias.

Os territórios pesqueiros ou simplesmente “pesqueiros” como foram apresentados na comunidade, configuraram-se por serem espaços onde espécies específicas são encontradas por indivíduos associados ou não a uma colônia. Aos pesqueiros foram atribuídas uma noção de poder, isto é, possuem donos, ou, famílias que são donas, refletido pelo uso compartilhado do mesmo recurso por acordos entre familiares ou membros da comunidade.

Pela característica dos pesqueiros em conter espécies peculiares como tambaqui e pirarucu, como ocorre no lago Caiua, é que a sobrepesca avançou a passos largos nesses ambientes pela rentável economia que gira em torno dessas espécies. O fato da sobrepesca trouxe a exaustão dos pesqueiros e conseqüentemente influenciou negativamente na sobrevivência de inúmeras famílias ribeirinhas.

Manaus aparece como o principal polo de desembarque de pescado do Amazonas. A cidade de Tabatinga é vista como um dos centros urbanos em que são desembarcados os pescados capturados por ribeirinhos que vivem em comunidades próximas. Nela, observou-se a comercialização do peixe nos

mercados municipais, portos fluviais e em calçadas próximas ao mercado, realizada pelos próprios pescadores ou aviadores.

A pesca nessa localidade é destinada a abastecer o mercado local e de outros países como Colômbia e Peru, pela livre comercialização facilitada por ser área de fronteira com pouca fiscalização. O pescado vindo de águas brasileiras também é exportado clandestinamente para Bogotá.

Através dessa realidade, foi possível observar que pela fluidez e oportunidade de comercializar o peixe nessa área é que os territórios pesqueiros tem sofrido as ações da pesca insustentável. Neste cenário de exploração, a alternativa de co-manejo pesqueiro surgiu como principal alternativa para a manutenção dos pescados.

Após anos de conversas, mediações e criações de estratégias, o co-manejo pôde ser desenvolvido pelos comunitários de Terezina III em parceria com as comunidades Bom Futuro e Araçari que utilizam o lago Caiau. As práticas que o projeto trouxe foram exercidas por dois anos, e após esse período por questões de administração, fiscalização, comprometimento e falta de respeito às regras o projeto deixou de funcionar e iniciou um novo ciclo de exploração, talvez mais violenta que a anterior.

Assim, o território pesqueiro passou a ser objeto de disputa entre pescadores de subsistência e pescadores comerciais pelo potencial outrora existente no lago. Os conflitos iniciaram pela divergência nas finalidades da pesca, pois, compreendemos que existem duas categorias distintas, uma voltada para a subsistência e outra para a comercialização. A primeira supri as necessidades básicas de alimentação, sem direção para fins lucrativos, embora sejam vendidos os excedentes. A segunda configura-se pela comercialização que abastece o mercado da cidade de Tabatinga e gera renda aos pescadores.

Nesse sentido, a existência do conselho comunitário aparece como ferramenta importante para própria organização da comunidade, mediação com a cidade sede, informar e planejar ações que possam melhorar a vida em Terezina III. No mais, o conselho comunitário serviria, pela legislação, para intervenção de conflitos internos, mas pela ausência do Estado a realidade passou a ser outra.

Assim, consideramos que os objetivos gerais e específicos desta dissertação foram atingidos, contudo, há lacunas quanto ao entendimento sobre

as ações (locais e governamentais) que envolvem o modelo sustentável das pescarias. Por esse motivo, entendemos que há possibilidades de outros estudos, nas diversas áreas do conhecimento humano, voltados a esse tema em Terezina III, Araçari e Bom Futuro.

Esta dissertação pôde contribuir para as comunidades estudadas através da materialização dos fatos ocorridos, de modo que, tornou-se uma ferramenta importante para a reivindicação de direitos sociais e ambientais. Colabora também por ser um instrumento capaz de mostrar e contar sobre a realidade vivida, por conter informações que fazem/farão parte da história das comunidades.

Para a ciência, as contribuições estão sobre o entendimento e uso dos territórios pesqueiros em áreas afastadas dos centros urbanos, como também, por ser um estudo bastante recente e pioneiro nessas comunidades próximas à Tríplice Fronteira. Esperamos que a presente dissertação possa instigar e encorajar novos pesquisadores a discutir e pensar sobre essa temática tão importante na região do Alto Solimões.

Finalizamos e proferimos que o território pesqueiro pôde ser entendido através das dinâmicas de trabalho na comunidade e pelo uso diário do lago por diversos atores sociais que tecem toda uma vida junto aos encontros e desencontros que a atividade pesqueira presenteia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABDALLAH, P. R. **Atividade pesqueira no Brasil: política e evolução**. Tese (Doutorado em Economia Aplicada). São Paulo, ESALQ/USP, 1998.

ACSELRAD, H. “Conflitos ambientais - a atualidade do objeto” in **Conflitos Ambientais no Brasil**. ACSELRAD, Henri (org.), Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Heinrich Boll, 2004, pp.7-11.

ALEGRETTI, M.H. Reservas extrativistas: parâmetros para uma política de desenvolvimento sustentável na Amazônia. In: ANDERSON, A. *et.al.* **O destino da floresta: reservas extrativistas e desenvolvimento sustentável na Amazônia**. Curitiba: Relume Dumará, 1994. Pp. 17 – 47.

ALMEIDA, O. T. **Manejo da pesca na Amazônia brasileira**. Editora: Peiropolis, 2006.

ALMEIDA SILVA, A. **Territorialidades e identidade dos coletivos Kawahibda Terra Indígena Uru-Eu-Wau em Rondônia: “Orevaki Are” (reencontro) dos “marcadores territoriais”**. (Tese de Doutorado em Geografia). Curitiba: UFPR/SCT/DG/PPGMDG, 2010. 301 p.

ANDRIGUETTO FILHO, J. M. **Sistemas técnicos de pesca e suas dinâmicas de transformação no litoral do Paraná, Brasil**. 1999. 242f. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento, Universidade Federal do Paraná, 1999.

AB’SÁBER, A. N. **Domínios morfoclimáticos e províncias fitogeográficas no Brasil**. Revista Orientação. São Paulo: IG-USP n. 3, p 45-48. 1967.

BARTHEM, R. B. 1990. **Ecologia e pesca da piramutaba (*Brachyplatystoma vaillanti*)**. 268 p. Tese (Doutorado em Ciências Biológicas) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Biológicas, Universidade Estadual de Campinas - Unicamp, 1990.

BARTHEM, R. B; GOULDING, M. 1997. **Os Bagres Balizadores: Ecologia, Migração e Conservação de Peixes**. Tefé-AM: Sociedade Civil Mamirauá; Brasília: CNPq. 140 pp.

BENATTI, J. H. MCGRATH, D. G. OLIVEIRA, A. C. M. **Políticas públicas e manejo comunitário de recursos naturais na Amazônia**. SPC&T, Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil - PPG7, entre fevereiro de 2000 a junho de 2003.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Contagem Populacional**. Disponível em: ftp://ftp.ibge.gov.br/Estimativas_de_Populacao/Estimativas_2017/estimativa_do_u_2017.pdf >. Acesso em: 28, março, 2018.

BECKER, B. K. Significado de uma fronteira urbana na Amazônia. In: BECKER, B. K.; MIRANDA, M.; MACHADO. L. O. (orgs.) **Fronteira amazônica: questões sobre a gestão do território**. Brasília: UnB, 1995b, p. 115-130.

BRITO, M. A. S.; WITKOSKI, A. C.; FRAXE, T. J. P.; SILVA, S. C. P. Etnoconhecimento e práticas de pesca. In: FRAXE, T. J. P.; WITKOSKI, A. C. S.; PEDROZA, S. C. (Org). **A pesca na Amazônia Central: ecologia, conhecimento tradicional e formas de manejo**. Manaus: EDUA, 2009. p. 111-161.

CARDOSO, E. S. **Territórios pesqueiros: conflitos e possibilidades para a gestão da pesca**. São Paulo: USP. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de Geografia. Tese (Doutorado em Geografia Física), 2010.

CERDEIRA, R. G. P. **Acordos de pesca, alternativa para manejo de recursos pesqueiros**. Instituto Amazônico de Manejo Sustentável dos Recursos Ambientais. Santarém-PA, Abril de 2002.

CRUZ, M. J. M. **A apropriação das águas pelos camponeses ribeirinhos na Amazonia**. III Simpósio Nacional de Geografia Agrária – II Simpósio Internacional de Geografia Agrária. Jornada Ariovaldo Umbelino de Oliveira – Presidente Prudente, 11 a 15 de novembro de 2005.

CHEVALIER, J. e GHEERBRANDT, A. **O dicionário dos símbolos**. São Paulo, José Olympio, 1992.

COWX, I.; ALMEIDA, O.; BENE, C.; BRUMMETT, R.; BUSH, S.; DARWALL, W.; PITTOCK, J. e VAN BRAKEL, M. Value of river fisheries. In: WELCOMME, R. e PETR, T. (eds.). **Proceedings of the Second International Symposium on the Management of Large Rivers for Fisheries**. FAO Regional Office for Asia and the Pacific. Bangkok: RAP Publication, 2004. pp. 1-20.

COX-FERNANDES, C.; PETRY, P. 1991. A importância da várzea o ciclo de vida dos peixes migradores na Amazônia Central. In: VAL, A. L.; FLIGLIUOLO, R.; FELDBERG, E. (Eds.). **Bases Científicas para Estratégias de Preservação e Desenvolvimento da Amazônia: Fatos e Perspectivas**. v.1, Parte IV. Cap. 12, p. 315-32.

COMIER-SALEM M.C., Paysans-pêcheurs du terroir e marins-pêcheurs du parcours. Les géographes et l'espace aquatique. **L'espace Géographique**, 1995, no. 01, pp.46-59

DIEGUES, A. C. **O mito moderno da natureza intocada**. 3.ed. São Paulo: Editora Hucitec. Núcleo de Apoio a Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras/USP. São Paulo, 2001.

DIEGUES, A. C. **A imagem das águas**. São Paulo: NUPABUSP, 2000.

FALABELLA, Pedro G. **A Pesca no Amazonas: Problemas e Soluções**. 2 ed. Manaus. Imprensa Oficial do Estado, 1994.

FAO, L. M. 1995. **Código de Conducta para la Pesca Responsable**. Roma: FAO. 46p.

FELZKE, L. F; OLIVEIRA, D. F; PAULA, J. M. (2014). Memória e resistência na migração para a Amazônia: O caso de Nova Londrina em Ji-Paraná, estado de Rondônia, Brasil. **Mundo Agrário**, 15 (30). En Memoria Académica. Disponible en: http://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/art_revistas/pr.6495/pr.6495.pdf .

- FERREIRA, E. J. G. 1993. **Composição, distribuição e aspectos ecológicos da ictiofauna de um trecho do Rio Trombetas: área de influência da futura UHE Cachoeira Porteira, Estado do Pará, Brasil.** Acta Amazônica, 23(1/4) (suplemento): 1-89.
- FLORES, H. D. 1980. **Desarrollo sexual des paiche (Arapaima gigas) en las zonas reservas del estado (Rios Pacaya ay Samiria).** 1971-1975, Peru, IMARPE, 21 pp.(Informe 67).
- FRAXE, T. J. P. **Homens Anfíbios: Etnografia de um campesinato das águas.** São Paulo: Annablume; Fortaleza: Secretaria da Cultura e Desporto do Governo do Estado do Ceará, (2000).
- FREITAS, C. E. C. RIVAS, A. A. F. **A pesca e os recursos pesqueiros na Amazônia ocidental.** Ciência & Cultura, 2006.
- FREITAS, C. E. C. WITKOSKI, A. C. JACAÚNA, T. S. ARAÚJO, L. M. S. **Manejo da pesca em lagos da Amazônia central – o lago grande.** – Manaus: editora da Universidade Federal do Amazonas, 2007. (série: Amazônia: a terra e o homem).
- FURTADO, L. G. Dinâmicas sociais e conflitos da pesca na Amazônia. In: ACSELRAD, Henri (org.). **Conflitos Ambientais no Brasil.** Ed. Relume-Dumará: Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll. 2004.
- GODINHO, H. P.; SANTOS, J. E.; FORMAGIO, P. S.; GUIMARÃES - CRUZ, R.J. 2005. **Gonadal morphology and reproduction traits of Amazonian Arapaima gigas** (Schinz, 1822). Acta Zoologica (Stockholm), 86: 289-294.
- GOMES, D. P. ALBUQUERQUE, A. R. **O comércio de pescado em Santo Antônio do Içá-Alto Solimões (AM): uma análise geográfica na tríplice fronteira.** Disponível em:http://www.geo.ufv.br/simposio/simposio/trabalhos/trabalhos_completos/eix_o12/05.pdf. (Acesso em 04 de fevereiro de 2019).
- GOULDING, M. 1980. **The Fishes and the Forest;** Exploration in Amazonian Natural History. University of California, Berkeley. 280p.
- GOULDING, M. Introduction. In: PADOCH, C.; AYRES, J.M.; PINEDO-VAZQUEZ, M. & HENDERSON, A. (Eds.). **Várzea: diversity, development, and the conservation of Amazonian's whitewaters floodplain.** New York Botanical Garden Press, Nova York, 1999.
- GOULDING, Michael. **Ecologia da pesca do rio Madeira.** Trad. de Naércio Menezes. Manaus: INPA, 1979.
- GUSFIELD, J. **The community: a critical response.** New York: Harper Colophon, 1975.
- HAESBAERT, R. **Território e multiterritorialidade: um debate.** Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2007.
- IBAMA - 1991 Portaria do nº 480. CN. Brasília: IBAMA, 1991.

ISAAC, V.J; MILSTEIN, A; RUFFINO, M.L. 1996 **A pesca artesanal no baixo Amazonas. Uma análise multivariada da captura por espécie.** Acta Amazônica, Manaus, 26 (3): 185-208.

JUNG, C. G. **O Homem e seus Símbolos.** Tradução de Maria Lúcia Pinho. 5.ed. São Paulo, Nova Fronteira - 1964.

LEI 9.433/1997 - **POLÍTICA NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS.** Acessado em 20/09/2018.

MARTINS, H. H. T. S. (2004). **Metodologia qualitativa de pesquisa.** Educação e Pesquisa, São Paulo, v.30, n.2, p. 287-298, maio/ago.

McGRATH, D. G.; SILVA, U. e CROSSA, M. N.A. **Traditional floodplain fishery of the baixo Amazonas river.** NAGA (Janeiro – Março), 1998. Pp. 4 – 11.

McGRATH, D.G.; CASTRO, F.; FUTEMMA, C.; AMARAL, B. D. e CALABRIA, J. **Fisheries and evolution of resource management on the baixo Amazonas floodplain.** *Human Ecology* 21, 1993. Pp. 167 – 195.

MINTZ, S. W. **Cultura: uma visão antropológica.** Traduzido por James Emanuel de Albuquerque - Mestrando no PPGHIS – IFCS da Universidade Federal do Rio de Janeiro em Março de 2005.

NASCIMENTO, D. G. **A terra/água e o homem na várzea da Amazônia: uma interpretação da vida ribeirinha.** Sociedade e Território, Natal, vol. 27. Edição Especial I – XXII ENGA. p. 5-19, set. 2015.

NASCIMENTO, M. S. V. **O Manguezal dos rios Tinhonha- Ubatuba, Ceará-Piauí, Brasil: Composição, estrutura e diagnóstico sócio-ambiental.** João Pessoa, 1999. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Universidade Federal da Paraíba. 136 p.

NOGUEIRA, R. J. B. **As redes geográficas na fronteira da Amazônia.** Disponível em: <http://www.ufrr.br/revista/index.php/actageo/article/viewFile/187/114>. (acesso em 04 de fevereiro de 2019).

OVIEDO, A. F. P. BURSZTYN, M. **Gestão Ambiental comunitária da pesca na Amazonia: estudo de caso do alto Purus.** Universidade de Brasília. Centro de desenvolvimento sustentável. Brasília –DF Junho/ 2015.

PAIVA, M. P. **Administração pesqueira no Brasil.** Rio de Janeiro: Interciência, 2004.

PANTOJA, M. N. V. M. **As políticas de apoio ao setor pesqueiro: uma análise do “programa de subvenção ao óleo diesel pesqueiro” no estado de Santa Catarina.** 1º ed. – Curitiba: Appris, 2014.

PEREIRA, H. S. A dinâmica da paisagem socioambiental das várzeas do rio Solimões-Amazonas. In: Therezinha de Jesus Pinto Fraxe, Henrique dos Santos Pereira, Antônio Carlos Witkoski. (org.). **Comunidades ribeirinhas amazônicas: modos de vida e uso dos recursos naturais.** Manaus: EDUA, 2007.

PETRERE Jr., M. 1983. **Yield per recruit of the tambaqui, *Colossoma macropomum* Cuvier, in the Amazonas States, Brazil.** Journal of Fish Biology, 22: 133-144.

SEPROR – Secretaria do Estado de Produção Rural, 20/05/2009. **Plano Amazônia sustentável:** pesca e aquicultura (audiência pública). Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional.

POUPART, J. et al. (2010). **A pesquisa qualitativa:** enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis, RJ: Vozes.

PROVARZEA, Projeto Manejo dos Recursos Naturais da Várzea/ Ibama. **A pesca na região Amazônica:** debates para uma possível solução / Projeto Manejo dos Recursos Naturais da Várzea/ Ibama. – Brasília: Ibama, 2005.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder.** São Paulo: Ática, 1993.

RAMALHO, C. W. N. **Pescados, pescarias e pescadores:** notas etnográficas sobre processos ecossociais. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, v. 11, n. 2, p. 391-414, maio-ago. 2016. Universidade Federal de Pernambuco. Recife, Pernambuco, Brasil.

RAPOZO, P. H. C. **Territórios sociais da pesca no Rio Solimões:** usos e formas de apropriação comum dos recursos pesqueiros em áreas de livre acesso. 2010. 272f. Dissertação (Mestre em Sociologia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2010.

RAPOZO, P. H. C. WITKOSKI, A. C. **Territorialidades e Conflitos:** O mundo do trabalho da pesca em comunidades de várzea no Amazonas. Grupo de Trabalho: GT23 - Sociedade e Ambiente, (2009). Coordenação: Maria José da Silva Aquino (UFPA), Horácio Antunes de Sant'Ana Júnior (UFMA).

RUFFINO, M. L. **Gestão do uso dos recursos pesqueiros na Amazônia.** Manaus: IBAMA, 2005.

RUFFINO, M. L.; SOARES, E. C.; SILVA, C. O.; BARTHEM, R. B.; V. BATISTA; ESTUPIAN, G.; PINTO, W. 2006. **Estatística Pesqueira do Amazonas e Pará 2003.** Manaus: IBAMA; ProVárzea. 76 pp.

SANTOS, Geraldo Mendes; FERREIRA, Efrem J. G; ZUANON, Jansen A. S. **O setor pesqueiro na Amazônia:** análise da situação atual e tendências do desenvolvimento a indústria da pesca. Projeto Manejo dos Recursos Naturais da Várzea. Manaus/ IBAMA/AM, Pro Várzea, 2006.

SILVA, C. N. **Geografia e representação espacial da pesca na Amazonia paraense.** 1. ed. – Belém : GAPTA/UFPA, 2012.

SOARES, M. G. M.; COSTA, E. L.; SOUZA, F. K. S.; ANJOS, H. D.; YAMAMOTO. K. C.; FREITAS, C. E. C. **Peixes de lagos do Médio Rio Solimões.** / organizadores, Maria Gercília Mota Soares ...[et al.]. – 2. ed. rev.– Manaus: Instituto I-piatam, 2008.

SUGUIO, K. **Rochas sedimentares.** São Paulo: Edgard Blucher, 2003.

NAS - **The National Academy of Sciences**. Disponível em: <http://www.nasonline.org/>. Acesso em: março de 2018.

TÖNNIES, F. **Comunidad y sociedad**. Buenos Aires: Editorial Losada, 1947.

VERÍSSIMO, J. **A pesca na Amazônia**. Rio de Janeiro, 1970: Livraria Clássica Alves. 206p.

WEBER, M. Comunidade e sociedade como estruturas de socialização. In: FERNANDES, Florestan. **Comunidade e Sociedade**. São Paulo: Nacional, 1973.

WOLF, Eric R. **Culture: Panacea or Problem?**. American Antiquity, Vol. 49. Society for American Archaeology, 1984.

APÉNDICE

Apêndice 1:**Entrevista**

(Destinada a população em geral)

- 1) O que os rios e lagos representam para você?
- 2) Como é viver nesta comunidade?
- 3) Por quais motivos não vive na cidade?
- 4) Quais espécies de peixes estão diminuindo nos lagos?
- 5) Qual o motivo da diminuição destas espécies?
- 6) Como foi possível perceber a diminuição destas espécies?
- 7) Quais problemas a comunidade tem enfrentado pela diminuição destas espécies?
- 8) Quais medidas estão sendo tomadas para solucionar este problema?
- 9) Como a comunidade se organizou para buscar soluções a este problema?
- 10) O manejo de pesca está produzindo efeitos positivos? E negativos?
- 11) Qual a contribuição dos órgãos ambientais de Tabatinga?
- 12) Os lagos manejados são utilizados por moradores de quais comunidades?
- 13) Como a comunidade se organiza para praticar o manejo?
- 14) Como são feitas e onde são feitas as reuniões para tratar do manejo? Quais são as principais pautas? Quem participa das reuniões?
- 15) Como foram eleitos os fiscais de lago? A comunidade confia na participação deles?
- 16) O manejo tem gerado conflitos na comunidade? Quais conflitos? Como são sanados?
- 17) Todas as regras do manejo são seguidas?
- 18) Quais falhas podem ser observadas no manejo? Como poderiam ser consertadas?
- 19) Como é controlada a fiscalização do manejo pelos órgãos ambientais de tabatinga?
- 20) Nestes anos após a introdução do manejo, quais resultados se tem?
- 21) Como a pesca comercial é vista na comunidade? O que ela tem proporcionado?
- 22) O senhor (a) visualiza a participação dos órgãos ambientais de tabatinga junto aos comunitários no manejo dos lagos? Há essa relação?
- 23) É permitida a entrada dos pescadores de “fora” nos lagos, porque?
- 24) Como funciona o projeto da despesca do lago?
- 25) Como é possível identificar onde termina e onde começa um lago?
- 26) Quando foi criado o conselho comunitário? Quem criou? Quem foi o primeiro presidente da sua comunidade?
- 27) Qual a relação do conselho comunitário com o manejo dos lagos?
- 28) Como são escolhidos os fiscais de lago? Qual a função dos fiscais?

29) Há conflitos na comunidade com outras comunidades próximas?